



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

**A exploração do pau-de-pernambuco nas províncias de RN, PB e PE:
Estanco e Contrabando (1822-1858).**

Antônio Eduardo Alves de Meneses Junior

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa/PB
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

**A exploração do pau-de-pernambuco nas províncias de RN, PB e PE:
Estanco e Contrabando (1822-1858).**

Antônio Eduardo Alves de Meneses Junior

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História do Centro
de Ciência Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal da
Paraíba-UFPB, em cumprimento às
exigências para obtenção do título
de Mestre em História, Área de
Concentração em História e
Regionalidades.

João Pessoa/PB
2024

Antonio Eduardo Alves de Meneses Junior

Dissertação de Mestrado avaliada em 20/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **TIAGO LUIS GIL**
Data: 03/10/2024 08:53:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
(UnB/UFPB)
(ORIENTADOR)

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO MARQUES**
Data: 03/10/2024 18:04:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leonardo Marques (UFF)
(EXAMINADOR EXTERNO)

Documento assinado digitalmente
 **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA**
Data: 03/10/2024 09:15:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Angelo Emilio Pessoa (UFPB)
(EXAMINADOR INTERNO)

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

M543e Meneses Junior, Antonio Eduardo Alves de.

A exploração do pau-de-pernambuco nas províncias de RN, PB e PE : estanco e contrabando (1822-1858) / Antonio Eduardo Alves de Meneses Junior. - João Pessoa, 2024.

122 f. : il.

Orientação: Tiago Luís Gil.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Pau-brasil. 2. Pau-de-pernambuco. 3. Estanco. 4. Contrabando. 5. Exploração. I. Gil, Tiago Luís. II. Título.

UFPB/BC

CDU 582.736.2(812/813)(043)

Elaborado por CHRISTIANE CASTRO LIMA DA SILVA - CRB-15/865

Dedicatória

Para Celeste Pereira da Silva Meneses, minha esposa.

Para Janaina Kelly Anselmo de Meneses, minha querida irmã.

Para Tiago Gil, meu amigo e orientador.

Para Ângelo Emílio Da Silva Pessoa, meu professor e amigo.

Resumo

Esta dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), teve como objetivo analisar a exploração do pau-de-pernambuco (*Paubrasilia-echinata*) no século XIX, a partir da sua extração ocorrida nas províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. A escolha do recorte temporal tem como marco inicial a independência do Brasil em 1822 e se estenderá até o ano de 1858, devido ao novo Estado brasileiro e à indústria europeia, ambos visando atender aos seus interesses políticos e econômicos, articulando-se na manutenção da extração dessa árvore. A historiografia nacional indica que essa atividade estava nas suas décadas finais de exportação para a Europa, em virtude da descoberta dos corantes artificiais em 1858.

Dessa forma, esta pesquisa analisará como o Brasil, após a sua independência, reorganizou internamente esse estanco por meio da reforma das antigas leis régias portuguesas, que na época já regulamentavam esse monopólio há mais de três séculos. A análise dessa legislação, associada aos relatos históricos de botânicos, servidores públicos, lideranças políticas locais e seus agregados, torna possível compreender como essa atividade extrativista ocorria em território nacional, lançando luz sobre as exigências que o governo fazia para as concessões de licenças de corte, os métodos de extração, a condução e armazenamento dessa madeira, e finalmente a sua exportação e comercialização na Europa. Além disso, através das fontes coletadas, é possível fazer um levantamento dos dados da exportação dessa commodity, para assim dimensionarmos o impacto econômico deste tipo de pau-brasil para as províncias de RN, PB, PE e o Governo Central. Por fim, serão abordados os descaminhos existentes nessa atividade.

A concepção teórica utilizada é baseada nos princípios da História Social, partindo da observação das relações políticas e socioeconômicas desse estanco entre as províncias de RN, PB e PE e o Governo Central, buscando entender a força produtiva, o meio de produção, a propriedade, o uso da terra e o meio ambiente. Com esse estudo, contribuimos para a historiografia nacional na construção de uma perspectiva que coloca o pau-de-pernambuco extraído do Norte como o mais valioso e importante tipo de pau-brasil que era exportado para ser comercializado na Europa. A metodologia desta pesquisa tem como fonte a documentação produzida pelas instituições do Império do Brasil entre 1822 e 1858, além dos jornais da época, e os Almanaks Laemmert, O Auxiliador da Indústria Nacional, e a obra de Balthazar Da Silva Lisboa: "Riquezas do Brasil em Madeiras de Construção e Carpintaria".

Palavras-chave: pau-brasil; pau-de-pernambuco; estanco; contrabando; exploração.

Abstract

This research project, presented to the Postgraduate Program in History at the Federal University of Paraíba (UFPB), aims to analyze the exploration of pau-de-pernambuco (*Paubrasilia-echinata*) in the 19th century, from its extraction that took place in the provinces of Rio Grande do Norte, Paraíba and Pernambuco. The choice of the time frame has as its starting point the independence of Brazil in 1822 and will extend until the year 1858, due to the new Brazilian State and European industry, both aiming to meet their political and economic interests, articulating in the maintenance of extraction of this tree. National historiography indicates that this activity was in its final decades of export to Europe, due to the discovery of artificial dyes in 1858.

Therefore, this research will analyze how Brazil, after its independence, internally reorganized this situation through the reform of the old Portuguese royal laws, which at the time had already regulated this monopoly for more than three centuries. The analysis of this legislation, associated with historical reports from botanists, public servants, local political leaders and their associates, makes it possible to understand how this extractive activity occurred in the national territory, shedding light on the requirements that the government made for the granting of logging licenses. , the extraction methods, the transport and storage of this wood, and finally its export and commercialization in Europe. Furthermore, through the sources collected, it is possible to collect data on the export of this commodity, so that we can measure the economic impact of this type of brazilwood for the provinces of RN, PB, PE and the Central Government. Finally, the errors that exist in this activity will be addressed.

The theoretical conception used is based on the principles of Social History, starting from the observation of the political and socioeconomic relations of this situation between the provinces of RN, PB and PE and the Central Government, seeking to understand the productive force, the means of production, property, land use and the environment. With this study, we will contribute to national historiography in the construction of a perspective that places Pernambuco wood extracted from the North as the most valuable and important type of Brazil wood that was exported to be sold in Europe. The methodology of this research has as its source the documentation produced by the institutions of the Empire of Brazil between 1822 and 1858, in addition to the newspapers of the time, and the Almanaks Laemmert, O Auxiliador da Indústria Nacional, and the work of Balthazar Da Silva Lisboa: "Riques do Brazil in Construction Wood and Carpentry".

Keywords: brazilwood; Pernambuco wood; stagnation; smuggling; exploration

Lista de abreviaturas

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UEPB- Universidade Estadual da Paraíba

AN- Arquivo Nacional

BND- Biblioteca Nacional Digital

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGH-UFPB- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade da Paraíba

(CRL)- Center for Research Libraries, Biblioteca da Universidade de Chicago

Lista de figuras

Figura 01- indígena Emplumado.	39
Figura 02- área de abrangência do Pau-Brasil	45
Figura 03- Pau-brasil adulto com média 12 metros de altura, presente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na cidade de Mamanguape.	44
Figura 04- exemplar de pau-brasil jovem na Universidade Federal da Paraíba no campus IV (UFPB), na cidade de Mamanguape.	45
Figura 05- pau-brasil com sete metros de circunferência e idade aproximada de 600 anos foi encontrada no sul da Bahia, em 2020.	48
Figura 06- pau-brasília echinata	50
Figura 07- pau-brasil, corte transversal do tronco da árvore.	51
Figura 08- retrato do rei Dom. João VI em sua vestimenta de gala	75
Figura 09- casacas-vermelhas soldados ingleses do século XIX	76
Figura 10- cardeais da igreja católica “escarlata”	77
Figura 11- Retratos de prostitutas, In the Salon at Rue des Moulins (1894) – Henri de Toulouse-Lautrec	78
Figura 12- Lenhadores Escravos, de 'Voyage Pittoresque et Historique au Bresil' Jean Baptiste Debret.	88

Sumário

Introdução.....	11
1- <i>A árvore que se tornou país</i> : a independência do Brasil, e o uso do pau-brasil como moeda para pagamento da dívida externa.....	29
1.1 A independência do Brasil e o Estanco do pau-brasil.....	58
1.2 O interesse inglês nas exportações brasileiras de pau-brasil	63
1.3 Roupas, Moda e corantes naturais.....	69
2- “A planta da Coroa”: Legislação e normas gerais sobre a extração do pau-brasil no Império	76
2.1 Condução, armazenagem, embarque e destino	86
3- “Um monopólio endiabrado”: contrabandistas em busca de pau-brasil no Império.....	92
3.1 Estratégias no Contrabando de Pau-brasil	98
3.2 Autoridades Coniventes com o contrabando de pau-de-pernambuco	103
3.3 A Inglaterra e o contrabando de pau-brasil	108
3.4 A descoberta dos corantes artificiais e a decadência do estanco do pau-brasil.....	114
Considerações finais.....	118
Referências bibliográfica.....	120

Introdução

“É declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-Brasil (Caesalpinia Echinata, Lam), cuja festa será comemorada, anualmente, quando o Ministério da Educação e Cultura promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie vegetal na História do Brasil...”. Ernesto Geisel - Presidente da República do Brasil – 1978.¹

Durante a segunda metade do século XX e início do século XXI, nas escolas públicas e privadas de Guarabira, onde eu cursei o ensino fundamental, fui sendo educado sobre a importância de preservar a planta que carrega o nome do país. Essa planta é cientificamente denominada *Caesalpinia Echinata* e popularmente conhecida como pau-brasil. Graças ao decreto-lei 6.607 do governo Federal do Brasil, que declarou o pau-brasil como a árvore nacional em 1978, ocorreu uma significativa campanha de preservação e replantio deste exemplar em todo o território nacional. Na Paraíba, essa iniciativa também foi adotada, tornando-se comum encontrar exemplares dessa planta nos jardins de escolas de ensino fundamental, universidades, praças, shoppings e outros espaços públicos e privados.

Recordo-me, entre os anos de 1998 e 2008, de a prefeitura de Guarabira, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, distribuir gratuitamente dezenas de mudas de pau-brasil para aqueles interessados em adquirir um exemplar desta planta. Como resultado, tornou-se habitual encontrar o pau-brasil plantado nas calçadas de residências em diversos bairros da cidade. Além disso, criou-se o mito local entre os guarabirenses de que ter uma boa árvore desse tipo em frente à residência valorizaria o imóvel com o tempo. A planta adulta proporciona uma excelente sombra nas manhãs escaldantes do verão quente e úmido do brejo paraibano, época do ano em que as temperaturas chegam a até 35º Celsius.

Com base nas minhas vivências entre 1990 e a data atual desta pesquisa (2024), é possível afirmar que as crianças do brejo e litoral paraibanos cresceram com contato direto com o pau-brasil durante a infância, graças às campanhas de replantio do Estado e às campanhas escolares educativas. Estas buscavam ensinar aos jovens a compreensão da importância simbólica e ambiental que essa planta

¹ Decreto-Lei nº 6.607. **Declara o Pau-Brasil árvore nacional, institui o Dia do Pau-brasil, e dá outras providências.** 7 de dezembro de 1978. [Consult. 19 de out. 2022]. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/548483/publicacao/15715908> >.

carrega. Para mim, essa árvore tornou-se especial entre todas as demais espécies nativas do Brasil, pois carrega o nome da nação. Nas escolas que frequentei, além de ter sempre um exemplar crescendo no jardim, era destaque nas aulas de história do Brasil colônia, um recorte historiográfico que desenvolvi gosto em estudar. Ouvir os relatos dos professores sobre piratas, corsários, naufragos e degredados em busca de ibirapitanga na América portuguesa do século XVI tornava as aulas fascinantes.

Contudo, foi no ano de 2017, estando recém-matriculado no curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que minha reintrodução à árvore nacional ocorreu. Ao me envolver com o projeto de pesquisa científica (PIBIC) logo no primeiro período de graduação, indicado pelo meu orientador, dediquei todas as horas vagas à leitura de arquivos digitais do governo brasileiro do século XIX (1822-1888). Esses documentos estavam disponíveis na biblioteca da Universidade de Chicago, mais especificamente na Center for Research Libraries (CRL). Antes de abordar essa questão, é importante esclarecer alguns pontos que me levaram a esse reencontro com meu objeto de pesquisa.

Durante minha graduação em História (2017-2021), minha esposa e eu, jovens e recém-casados, moramos em um simples apartamento no centro de Guarabira. Ela, por alguns anos, permaneceu desempregada, mas, incentivada por mim, retomou os estudos e, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obteve uma vaga no curso de Licenciatura em Letras Português na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como aluna bolsista. Paralelamente, eu trabalhava diuturnamente como secretário no comércio da família e cursava História na UEPB à noite. O trajeto entre a universidade e a minha residência era curto, permitindo que eu chegasse em casa por volta das 21h30, onde permanecia acordado até as 3h da manhã, lendo arquivos em meu único notebook recém-adquirido de um brechó local.

As minhas leituras noturnas eram uma parte essencial do curso de História, incluindo os arquivos digitais do governo brasileiro do século XIX. Essas leituras constantes durante a madrugada me serviram como válvula de escape para eu superar a rejeição dos meus pais, que não aceitaram meu relacionamento com Celeste Pereira devido à sua origem humilde. Além disso, enfrentei a decisão de me tornar um futuro professor de História na rede pública estadual, rompendo com a tradição da minha família de se dedicar ao comércio em Guarabira.

Considerando que eu era recém-casado, com pouco apoio da minha família e recebendo uma remuneração modesta, acabei optando por realizar um tipo de pesquisa historiográfica que não dependesse de muitos recursos financeiros, além de não se exigir deslocamentos para acessar acervos físicos. Diante disso, o meu orientador de graduação, Dr. Cristiano Luís Christillino, informou-me que, em 2017, já contávamos com plataformas digitais de instituições públicas e privadas no Brasil e no exterior. Essas plataformas detinham em seus acervos digitais milhares de documentos digitalizados adicionados na última década, disponíveis ao público por meio da internet.

Como meu objetivo acadêmico inicial era pesquisar sobre os escravizados de Guarabira no século XIX, comecei a ler essas fontes digitais, concentrando meu foco em buscar informações nos relatórios dos presidentes de província da Paraíba do Norte. No entanto, a cada noite que eu explorava essa documentação, a minha frustração aumentava, pois eu não obtinha sucesso. Percebi que essa temática era pouco abordada nesses relatórios, que estavam mais concentrados na primeira metade do século XIX em detalhar o quadro político e econômico da província.

Entretanto, em uma noite do segundo semestre de 2017, ao ler o relatório do então presidente de província da Paraíba do Norte, Basílio Quaresma Torreão, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial em janeiro de 1837, surpreendi-me com as queixas que ele fazia na época sobre a exploração descontrolada de pau-brasil na região norte do Brasil.

[...] certo, senhores, se até ontem era fácil obtermos madeiras de construção, já hoje he mais difícil, a menos que não as procuremos no interior do paiz com enorme despendio no transporte. Admiram que os proprietários, que deverião ser os mais interessados na conservação de suas mattas, sejam os primeiros a consentir, tolerar, e mesmo authorizar a destruição d'ellas, ou com continuados cortes de madeiras, que, para aproveitar-se hum pequeno tóro, são derrubadas todas as arvores do circuito, ou com o incêndio dos roçados, que reduz a cinzas não somente as famosas madeiras de construção, como até o pão de tinturaria, húa das riquezas do Estado; ao mesmo passo que outros proprietários mais zelosos, e instruídos permanecem sem recursos, obrigados a longos, e desperdizos processos contra a violência d'esses invasores, que a viva força impunemente tudo estragão. [...] ²

Neste relato, não me causava estranheza o fato de que ao longo da história do Brasil, a exploração de nossas reservas florestais fosse sendo feita de forma

² Relatório presidente de província paraíba 1837 Disponível em: <https://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/302223> Acessado em: 07 de novem. de 2022

predatória. No entanto, a fala de Basílio no ano de 1837 sobre a existência de pau-brasil nas matas da província da Paraíba do Norte surpreendeu-me. Segundo essa fonte, essa árvore no século XIX ainda era uma matéria-prima relativamente valiosa e importante para o Estado brasileiro, a ponto de ser mencionada em um documento oficial do governo imperial. O presidente da província, representando os interesses do Governo Central, cobrou providências do Estado para a preservação dessa árvore.

Após a leitura desse relato, meu interesse voltou-se para se compreender como um estanco com mais de três séculos de duração na América portuguesa se manteve ativo após a independência do Brasil de Portugal. Nos relatórios dos presidentes de província da Paraíba do Norte e de outras regiões onde essa árvore ainda se fazia presente, o estanco do pau-brasil tinha uma aparente importância econômica entre os assuntos gerais do novo governo brasileiro.

No entanto, para minha surpresa e a do meu orientador de graduação, ao lermos na internet entre bibliotecas nacionais, revistas científicas, dissertações e teses publicadas em diversas universidades brasileiras, tivemos pouquíssimos trabalhos historiográficos que se debruçaram sobre como essa exploração ocorreu no Brasil após 1822. O pouco material que eu consegui naquela época de graduação se resumia a meia dúzia de artigos. Fato que permaneceu o mesmo anos depois, durante o meu mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além destes artigos, obtive um pequeno livro sobre essa temática, indicado pelo professor Ângelo Emílio da Silva Pessoa, um dos meus professores de pos-graduação.

No entanto, seja artigos ou livros, o que essas produções tinham em comum era o fato de dedicar-se a narrar sobre a exploração do pau-brasil com ênfase no período colonial brasileiro (1500-1822). Elas faziam, no máximo, pequenos ensaios sobre como esse estanco se manteve no Brasil após os eventos de 1822. Em outras palavras, ao final de todo o levantamento que eu fiz ao longo de anos, constatei que não havia pesquisas historiográficas que pudessem satisfazer a minha pergunta elaborada ainda durante o início da minha graduação em história. Sendo assim, eu teria que pesquisar mais a fundo sobre este assunto para buscar as respostas.

Considerando que estava lidando com uma temática ainda pouco estudada em um período histórico específico, e que, enquanto graduando em História na

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e iniciante no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desejava pesquisar algo que pudesse resultar em um pré-projeto de pesquisa capaz de me proporcionar a aprovação no processo seletivo do mestrado em história do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade da Paraíba (PPGH-UEPB), eu optei por me dedicar nos próximos cinco anos de graduação a um levantamento do máximo de fontes digitais possíveis sobre o pau-brasil após a independência do Brasil. O compilado desses documentos seria utilizado para tentar responder aos meus questionamentos sobre como ocorreu essa exploração madeireira no século XIX.

Afinal, por que a geração de historiadores anteriores a mim não se aprofundou na exploração do pau-brasil no período imperial do Brasil? Inicialmente, a minha suposição que elaborei para essa pergunta foi que, com base no que já havia lido sobre as produções historiográficas do pau-brasil no período colonial do Brasil, os autores relataram em seus estudos uma certa carência de fontes capazes de realizar maiores problematizações sobre esse objeto de pesquisa tão singular nesse período. Diante disso, eu tracei um plano de pesquisa que consistia em ler um compilado de documentos do Governo brasileiro digitalizados pela equipe de brasilianistas norte-americanos disponíveis na biblioteca da Universidade de Chicago, mais especificamente na Center for Research Libraries (CRL).

A biblioteca virtual da Universidade de Chicago (CRL) possui um acervo fascinante de documentos digitais do governo imperial do Brasil. Com base em leituras anteriores, eu já tinha o conhecimento das províncias brasileiras onde o pau-brasil se encontrava em suas matas. Assim, iniciei a leitura dos relatórios dos presidentes das províncias de RN, PB, PE, SE, AL, BA, ES e RJ.³ Nessas leituras, eu obtive informações abrangentes sobre a situação da exploração desse pau-de-tinta em cada uma dessas províncias e as dificuldades enfrentadas pelas autoridades da Coroa brasileira para manter um monopólio nacional deste tipo, diante dos desafios existentes em um país com uma extensa costa marítima.

Após a análise dos relatórios dos presidentes de província, eu constatei a necessidade de aprofundar o meu entendimento sobre a legislação que regulava o estanco do pau-brasil durante o Império. Com esse propósito, consultei alguns

³ Latin American Microform Project (LAMP) do Center for Research Libraries - CRL. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=country%3ABrazil> Acesso em: 15/12/2023.

documentos oficiais, mais especificamente os "Livros da Coleção de Leis do Império do Brasil (1808-1889)", publicados pela Imprensa Nacional.⁴ Foi examinado as Cartas de Leis, Alvarás e outras normas imperiais que abordam o estanco do pau-brasil, visando compreender como o Estado brasileiro supervisionava o corte dessa árvore em território nacional. Esses livros estão disponíveis no acervo digital organizado pela Biblioteca da Câmara de Deputados do Brasil.

Da mesma forma, procedi com a análise dos Relatórios Ministeriais do Império: Fazenda, Agricultura, Império, Justiça e Relações Exteriores. Esses documentos oficiais contêm informações valiosas sobre a aquisição de pau-brasil pelo Estado e sua subsequente revenda no mercado externo. Além disso, fornecem mais detalhes sobre os decretos imperiais que regulamentam essa atividade, incluindo informações sobre o contrato do empréstimo inglês feito ao Brasil em 1823, que concedeu à Inglaterra o arrendamento do pau-brasil.

Adicionalmente, esses relatórios oferecem insights sobre o estado da atividade ao longo da primeira metade do século XIX. Todos esses documentos estão disponíveis para acesso no acervo digital organizado pelo Latin American Microform Project (LAMP) do Center for Research Libraries - CRL.⁵

Após minuciosa análise feita por mim nos relatórios dos presidentes de província, identifiquei a necessidade de uma abordagem mais profunda para compreender a legislação que regulava o estanco do pau-brasil durante o período imperial. Com esse propósito, adentrei documentos oficiais específicos, como os "Livros da Coleção de Leis do Império do Brasil (1808-1889)", publicados pela Imprensa Nacional. Foi realizado uma investigação aprofundada nas Cartas de Leis, Alvarás e outras normas imperiais relacionadas ao estanco do pau-brasil, visando entender minuciosamente como o Estado brasileiro fiscalizava o corte dessa árvore em território nacional. Esses registros encontram-se disponíveis no acervo digital organizado pela Biblioteca da Câmara de Deputados.

Simultaneamente, eu aprendi a análise dos Relatórios Ministeriais do Império: Fazenda, Agricultura, Império, Justiça e Relações Exteriores. Esses

⁴ Biblioteca da Câmara de Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10/09/2023.

⁵ Project (LAMP) do Center for Research Libraries - CRL. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=country%3ABrazil>. Acesso em: 16/10/2023.

documentos oficiais oferecem uma visão mais abrangente sobre a aquisição de pau-brasil pelo Estado e sua subsequente comercialização no mercado externo. Além disso, apresentam detalhes sobre os decretos imperiais que regulamentam essa atividade, incluindo informações cruciais sobre o contrato do empréstimo inglês feito ao Brasil em 1823, que concedeu à Inglaterra o arrendamento do pau-brasil. Adicionalmente, esses relatórios proporcionam insights valiosos sobre o panorama da atividade ao longo da primeira metade do século XIX. Todo esse acervo documental encontra-se acessível digitalmente no repositório digital organizado pelo Latin American Microform Project (LAMP) do Center for Research Libraries - CRL.⁶ E o segundo disponível pela Biblioteca Nacional Digital (BDN), Hemeroteca.⁷

E, para concluir de maneira crucial, exploramos outros periódicos da Imprensa Nacional no extenso período de 1821 a 1875. Estes jornais trazem em suas manchetes informações cruciais sobre o forte contrabando de pau-brasil em diferentes regiões do Império, além de dados complementares acerca dos valores pagos pelo governo aos cortadores/carregadores de pau-brasil. Esses documentos valiosos estão também acessíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional Digital (BDN).⁸

No que tange à abordagem teórica e metodológica desta pesquisa, foi também fundamental discutir a relevância dos "Annales". Originada das inquietações de March Bloch e Lucien Febvre em relação à história positivista, sempre permeada pela retórica da "história dos vencedores", essa revista foi fundada em 1929 por um grupo de renomados professores universitários. Com a colaboração de outros destacados pesquisadores/professores, os "Annales" conquistaram o sucesso e influência, consolidando-se como uma nova e influente escola historiográfica.

De acordo com o historiador inglês Peter Burke (1937) essa escola tinha:

“O núcleo central do grupo é formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Geroge Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Próximos desses centros estão Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vovelle, quatro importantes historiadores cujo compromisso com uma visão marxista da história- particularmente forte no

⁶ Latin American Microform Project (LAMP) do Center for Research Libraries - CRL. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-198%2C5588%2C3942>>. Acesso em: 10/10/2023.

⁷ Biblioteca Nacional Digital (BDN), Hemeroteca. Disponível em: Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>>. Acesso em: 18/11/2023.

⁸ Biblioteca Nacional Digital (BDN). Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. 20/22/2023.

caso de Vilar- coloca-os fora desse núcleo. Aquém, ou além dessa fronteira estão Roland Mousnier e Michel Foucault” (p. 11-12).⁹

Ao longo do século XX, a historiografia regional francesa, notadamente representada pela escola dos Annales em parceria com as obras que se dedicam a explorar a sociedade rural, como o trabalho fundamental de Marc Bloch "Os caracteres originais da história rural francesa", introduziu o conceito de "história problema". Através da antecipada problematização das questões elaboradas pelos historiadores, a interpretação e a utilização das fontes historiográficas tornaram-se mais amplas. Agora, não se restringiam apenas às fontes oficiais produzidas pelo Estado, mas também incluíam outras fontes não oficiais, como jornais, cartas, panfletos e diversos outros tantos escritos produzidos pelos próprios indivíduos. Essas abordagens qualitativas e quantitativas de análise permitiram uma visão renovada sobre o mundo rural, uma vez que as investigações das primeiras gerações dos Annales se concentraram nas intrincadas relações estabelecidas nesses espaços sociais.

Quanto à história quantitativa, Peter Burke alude que:

“Dessas tendências, a mais importante, de mais ou menos 1950 a 1970, ou mesmo mais, foi certamente o nascimento da história quantitativa. Esta “revolução quantitativa”, como chamada, foi primeiro sentida no campo econômico, em particular na história dos preços. Da economia espalhou-se para a história social, especialmente para a história populacional. Por fim, na terceira geração... a nova tendência invadiu a história cultural- a história da religião e a história das mentalidades”.¹⁰

Diante dessas considerações, a História Agrária emerge na historiografia como um ramo consolidado da História Social, estabelecendo diálogos significativos com a Geografia Humana. Este segmento dedica-se à análise das múltiplas facetas do mundo rural, explorando as condições de desenvolvimento socioeconômico do espaço estudado, assim como as dinâmicas de uso e acesso à terra.¹¹ O presente projeto de pesquisa está alinhado com essa corrente historiográfica, partindo da premissa de que o objeto da história é o homem em sociedade, estabelecendo conexões tanto com diferentes grupos sociais quanto com o Estado.

⁹ BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia; Tradução Nilo Odália. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 11.

¹⁰ BURKE, 2010. p. 73-74.

¹¹ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 1ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, p. 243-244.

A História Social, ao abordar eventos, estruturas, comportamentos e as "relações entre os diversos grupos sociais", oferece perspectivas fundamentais para desvendar as interconexões entre o econômico, o político e o mental. Isso permite estabelecer laços que conduzem à compreensão abrangente de uma sociedade, incluindo sua estrutura econômica e social particular.¹² Portanto, para uma compreensão mais aprofundada da história, é também imperativo voltar ao passado em busca de registros e informações, com o objetivo de construir uma explicação mais abrangente das sociedades humanas em suas variadas complexidades socioeconômicas.

No cenário historiográfico brasileiro, os estudos conduzidos pela História Agrária têm proporcionado métodos valiosos para se abordar questões relacionadas ao espaço rural. A partir da década de 1970, obras significativas de Maria Yedda Linhares, Ciro Flamarion Cardoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva deram origem a uma série de pesquisas que exploram a realidade agrária nacional.¹³ Esses novos enfoques historiográficos não apenas revisaram temas já consolidados, mas também destacaram a necessidade contínua de realizar estudos mais aprofundados sobre o extenso campo do mundo rural brasileiro no século XIX.

A História Agrária não pode ser subestimada, pois a agricultura, como atividade, desempenhou um papel central ao longo da história humana, sendo a principal fonte de trabalho desde a revolução neolítica. Conforme destacado por Linhares, no início da revolução industrial, a agricultura representava $\frac{3}{4}$ da atividade global, evidenciando sua relevância e justificando a necessidade de mais aprofundamento nos estudos sobre a organização social do campo. Nesse contexto, Linhares define a História Agrária como o estudo social da agricultura, visando compreender o estatuto jurídico e social dos trabalhadores, assim como as formas de uso e apropriação do solo. Destaca-se, ainda, a ênfase na compreensão da agricultura como um processo produtivo envolvendo três elementos interligados: a terra (ambiente), os homens e as técnicas. A complexidade e interdependência desses fatores ressaltam que alterações em um deles podem acarretar resultados

¹² CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 48.

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. **História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura...; LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Op. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

imprevisíveis, indo além da influência exclusiva do clima na constituição da realidade historiográfica.

Ao explorar a economia agrícola, é essencial considerar diversos aspectos, como o ambiente (modificado ou não pelo homem), a força produtiva, a propriedade e o uso da terra, os meios de produção agrícola, as relações de produção no setor agrícola, os investimentos em agricultura, transporte e comunicação, e a estrutura de comercialização.¹⁴

Além disso, no período abordado por esta pesquisa, é fundamental analisar as relações sociais sob a hegemonia do escravismo, bem como no contexto "não-escravista", onde a lógica dos segmentos voltados para o abastecimento estava articulada para atender às necessidades de reprodução do escravismo colonial nas Américas.¹⁵

Dessa perspectiva, a abordagem de Linhares nos permite considerar a história da exploração do pau-brasil como integrante das atividades rurais, desde que essa atividade seja concebida como extrativismo predatório. Apesar de ser um produto exportável no século XIX, o Estado brasileiro não planejava o cultivo dessa matéria-prima, fato este que contribuiu para a extinção de algumas de suas subespécies no habitat natural. Assim, adotando essa abordagem teórica sobre o uso e análise das fontes historiográficas, busca-se nessa pesquisa compreender como ocorreu, durante a primeira metade do século XIX, a exploração do pau-de-pernambuco nas províncias de RN, PB e PE. Apesar de ser uma temática já estudada por diversos autores durante o período colonial brasileiro, persiste a escassez de estudos mais aprofundados sobre esse estanco no período pós-independência.

A ampliação do escopo de pesquisas em História e a integração com outras disciplinas científicas têm impulsionado avanços significativos nas abordagens e temáticas exploradas pelos historiadores. Estas transformações têm fomentado um interesse sólido e crescente na investigação sob a perspectiva regional, resultando

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p.42

¹⁵ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.146-147.

em contribuições inovadoras ao se examinar as particularidades das localidades estudadas e contextualizá-las em um âmbito mais amplo.

Em nossa perspectiva metodológica, buscamos compreender a exploração do pau-brasil no Brasil, destacando o extrativismo predatório dos recursos naturais brasileiros, em consonância com o contexto econômico e social das províncias do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Pernambuco (PE). Pretendemos articular de maneira coesa as dimensões regionais com o cenário nacional. Inicialmente, empregamos algumas análises quantitativas e qualitativas para tabular dados provenientes das fontes relacionadas à extração do pau-brasil. O objetivo foi traçar um perfil mais detalhado das unidades de produção dessa madeira e examinar as práticas de uso da terra.

Num segundo momento, propusemos problematizar esses resultados utilizando os princípios analíticos da História Regional. Isso implica contextualizar as descobertas dentro das especificidades das províncias investigadas, explorando as nuances das influências locais nas práticas econômicas, nas dinâmicas sociais e nas relações de poder que moldaram a exploração do pau-brasil. Ao articular os achados regionais com o panorama nacional, visamos evidenciar como as características locais desempenharam um papel significativo nos desenvolvimentos históricos mais amplos no Brasil.

“Os motivos que levaram os historiadores a voltar suas atenções para a história regional, concebida como história econômica e social por excelência, prenderam-se a duas ordens de razões. A primeira refere-se ao propósito de testar generalizações mais amplas através da utilização de dados de base, não agregados, que a visão ao microscópio, na expressão de Pierre Goubert, possibilita. A segunda decorre do fato de que a reconstituição de situações localizadas tem revelado a complexidade dos sistemas socioeconômicos, sendo, pois, fundamental a reformulação do conhecimento de uma “história geral”.¹⁶

A abordagem integrada proposta, ao mesclar análises quantitativas, investigações qualitativas e uma perspectiva regional, visa proporcionar uma compreensão mais holística e aprofundada desse capítulo específico da história brasileira.

Logo, a abordagem integrada proposta oferece uma análise mais aprofundada das complexidades inerentes às realidades investigadas, destacando as nuances frequentemente negligenciadas por estudos que adotam perspectivas

¹⁶ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 1ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, p. 250.

mais generalizantes. Inicialmente, focalizamos nossos esforços nas fontes produzidas pelos ministérios do Império do Brasil entre 1822 e 1858, relacionadas ao estanco do pau-brasil.

Essas fontes oficiais proporcionam uma compreensão mais detalhada da legislação imperial que regulamenta a exploração do pau-de-pernambuco nas Províncias do Norte. Além disso, apresentam dados orçamentários sobre resgates, fretes e revendas dos diversos tipos de pau-brasil brasileiro enviados à Europa, com ênfase no mercado de Londres. Esses dados revelam a importância econômica do pau-de-pernambuco nas exportações de tinturaria do Brasil, permitindo, assim, a compreensão da coordenação dessa atividade pelo Governo Central em todo o território nacional.

A ausência de estudos historiográficos detalhados sobre a exploração do pau-de-pernambuco durante o período imperial me motivou uma busca exaustiva por fontes ao longo de cinco anos. A revolução tecnológica do século XXI, impulsionada pela internet, desempenhou um papel crucial nesse esforço. A digitalização progressiva de acervos nacionais e internacionais tornou acessíveis inúmeras fontes digitalizadas, e o uso de recursos digitais de busca e leitura (OCR) possibilitou um levantamento quantitativo e qualitativo significativo desses dados. Essa abordagem foi essencial, permitindo a reavaliação de temas já estudados e abrindo caminho para uma nova geração de historiadores proficientes em ferramentas digitais.

Dessa maneira, ao integrar métodos analíticos tradicionais com as potencialidades oferecidas pela tecnologia e acervos digitais, nossa pesquisa visa não apenas preencher lacunas historiográficas, mas também lançar luz sobre aspectos ainda pouco explorados sobre a exploração do pau-de-pernambuco durante o período imperial brasileiro.

Os dados provenientes das fontes coletadas reforçam as conclusões do brasilianista Warren Dean em sua obra "A ferro e fogo", que traça uma narrativa acerca da exploração e degradação da Mata Atlântica.¹⁷ Desse modo, logo após a independência do Brasil, observou-se a persistência do estanco do pau-brasil como uma estratégia do governo imperial para se comercializar essa matéria-prima no

¹⁷ DEAN, 2004. p. 23.

mercado externo. Sendo essa matéria-prima, posteriormente transformada em tinturaria na Europa, atendendo assim à demanda das indústrias têxteis europeias. Assim, ao longo do século XIX, perdurou uma forma rudimentar de acumulação de capital, fundamentada na exploração dos recursos naturais remanescentes das reservas florestais da Mata Atlântica brasileira.

Ademais, Warren Dean como pensador no âmbito da "História Ambiental", destacou que, à medida que a população brasileira crescia, o capital se acumulava à custa do desaparecimento das florestas, perpetuando esse ciclo de acumulação. No entanto, ele ressalta a necessidade de os historiadores abordarem essa dialética de maneira reflexiva.¹⁸

O foco aqui recai sobre as complexas interações entre o crescimento populacional, a acumulação de capital e os impactos ambientais resultantes da exploração desenfreada dos recursos naturais. Essa perspectiva, ao considerar a relação intrínseca entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, contribui para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos processos históricos ligados à exploração do pau-brasil e à transformação da Mata Atlântica ao longo do século XIX.

"A história da Mata Atlântica não é uma história natural; ou seja, não é uma explicação das criaturas da floresta e das relações que estas mantêm entre si. É antes, um estudo da relação entre a floresta e o homem... a intenção foi retratar a Mata Atlântica como algo mais que uma reserva de recursos ou um desafio à ambição humana." ¹⁹

Nesse contexto, é imprescindível compreender a relação socioeconômica que ao longo do tempo se desenvolveu entre o ser humano e o meio ambiente, especialmente considerando a exploração direta de uma espécie arbórea na Mata Atlântica. Essa pesquisa não pode negligenciar os fatores e impactos ambientais decorrentes dessa atividade exploratória, uma vez que o pau-de-pernambuco é uma espécie vegetal inserida em um ecossistema explorado pelo ser humano por quase quatro séculos. Portanto, é necessário levar em consideração fatores como clima, geografia e solo no âmbito da exploração humana.

Ao adotar uma abordagem que integra a perspectiva ambiental com a História Social, a mudança na nomenclatura do título e do objeto de estudo - de pau-brasil

¹⁸ Ibidem, p.380.

¹⁹ DEAN, 2004. p. 42.

para pau-de-pernambuco - fundamenta-se nas características singulares dessa subespécie encontrada na Zona da Mata das províncias de RN, PB e PE. Essa região, conforme atestado pelas fontes primárias, destacava-se por abrigar a subespécie de pau-brasil mais valiosa da época, conhecida como "pau-de-pernambuco". Devido aos fatores climáticos e ao tipo de solo regional, essa variedade de pau-de-tinta produzia árvores com uma qualidade tintorial excepcional, atendendo à uma alta e crescente demanda do mercado externo, que se interessava pela madeira de tinturaria proveniente dessa região.

A análise desenvolvida aqui busca apresentar as complexas relações sociais e econômicas associadas a esse estanco, ultrapassando a mera descrição, que representa apenas uma parte das responsabilidades do historiador. A atenção voltada à história específica da região se justifica pelas particularidades sociais, econômicas e ambientais que influenciaram a ampliação das fronteiras no contexto desse objeto de estudo.

Outro ponto relevante, destacado durante a revisão teórica, foi a necessidade de uma análise cuidadosa das fontes, enfatizando a importância de compreender os conceitos presentes nos documentos. Um exemplo notável é a consideração dos termos "Estanco" e "Monopólio". Percebeu-se que, dependendo da posição política das elites locais, a descrição da exploração do pau-de-pernambuco podia variar entre esses dois termos. Enquanto os conservadores enfatizavam a preservação da exploração sob a tutela do Estado devido à sua relevância para as finanças do Império, os liberais advogavam pelo fim de qualquer monopólio estatal, privilegiando a livre competição no mercado. Essa dinâmica política impactava diretamente a interpretação e a narrativa histórica relacionada à exploração do pau-de-pernambuco.

Com relação ao conceito de “superexploração do trabalho” e “dependência econômica” o historiador Tiago Benardon de Oliveira destaca que

“desenvolve-se nos países de capitalismo dependente porque é por meio dela que suas classes dominantes realizam as formas de compensação de suas perdas nas relações estabelecidas com as formas mais avançadas do capital localizado nos países centrais. “Modernidade” e “arcaísmo”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, portanto, não passariam de aparências díspares de processos mais profundos, mas intrinsecamente vinculados.”²⁰

²⁰ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **As partes e o todo:** notas sobre o materialismo histórico e a ação dos sujeitos na história entre o regional e o nacional. *Historiæ*, v. 11, n. 1, p. 126-155, 2020. p. 141.

Conforme a análise de Benardón, a dependência econômica é alimentada pela superexploração da força de trabalho. Essa superexploração se configura como condição para a realização do capital e dos interesses das classes dominantes locais, historicamente subordinadas à indústria "avançada" situada além de suas fronteiras (mercado externo), por meio do fornecimento de commodities. Esse padrão de comportamento se fortalece à medida que as classes dominantes encontram um espaço no mercado global sem se arriscarem em grandes investimentos em tecnologia industrial, competindo em condições desfavoráveis. Assim, a dependência e a superexploração não são elementos de "arcaísmo" ou "atraso", mas sim constituem a desigualdade inerente ao capitalismo em escala global, onde coexistem o "moderno" e o "avançado".²¹

Essa perspectiva auxilia na compreensão do fato de as elites brasileiras, apesar de conquistarem autonomia política após a independência em 1822, não terem se dedicado à industrialização do país. Adicionalmente, elas não buscaram, por meio de técnicas industriais, a produção de tinturaria, uma vez que o investimento de capital no sistema escravista era considerado mais conveniente do que arriscar grandes recursos em empreendimentos fora do sistema escravocrata.

Outro ponto importante a se considerar nesta pesquisa é a relação entre posseiros de pequenas e grandes áreas, tomando como exemplo o caso de Pernambuco;

“durante todo o século XVIII, esses grupos de agricultores pobres iniciaram um crescimento prolongado e acidentado que os transformariam em embriões de formas produtivas e estruturas de organização social que significavam o surgimento de espaços socioeconômicos e socioculturais de resistência ao predomínio da plantação escravista, espaços que cresciam ao longo do século a medida que mais e mais homens e mulheres pobres livres viravam camponeses, adotavam formas camponesas de produção e subsistência e de coesão social.”²²

Perceber a coexistência de grandes propriedades de terra e pequenas propriedades administradas por uma classe de homens livres e pobres revela a possibilidade de cooperação e articulação entre as partes, seja para fins comerciais ou não, na exploração das respectivas reservas florestais. Entretanto, é crucial enfatizar que a ocupação da terra no Brasil fundamentou-se na posse, com os grandes proprietários utilizando seu poder econômico e social para exercer violência

²¹ OLIVEIRA, 2020. p. 140.

²² PALACIOS, Guilhermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1770-1817)**. Brasília: Editora UnB, 2004, p. 26.

e coerção contra os pequenos proprietários e seus agregados. Estes últimos eram expropriados quando os grandes proprietários buscavam expandir suas possessões de terra, um processo que ocorria somente após a camada social empobrecida realizar o grande e árduo trabalho de desbravar a densa floresta tropical, utilizando técnicas descritas por Warren Dean.

Nessa perspectiva, um ponto a se considerar é a observação de Eric Hobsbawm sobre os camponeses com pouca influência política e relevância, exceto durante épocas de revoluções, conflitos e disputas políticas. Trabalhadores livres e pobres do campo parecem contribuir para uma história econômica e social, mas raramente para a história política, uma vez que os governantes locais geralmente não se preocupavam por mais do que um momento com o que ocorria nas regiões habitadas por eles.²³

Seguindo essa linha de raciocínio, a análise de Márcia Motta sobre um conflito entre um pequeno posseiro e um grande proprietário, que buscava incorporar a posse em suas terras, destaca a disputa como um embate entre interpretações sobre o direito de ocupação e posse da terra. Ela ressalta que, nesse contexto, o direito natural à posse, parte do arsenal jurídico, era frequentemente ignorado em nome de uma sociedade senhorial. Quando os conflitos surgiam entre sujeitos sociais desiguais.²⁴

“os fazendeiros mostram todas suas facetas de seu poder, atuando como uma das partes ou como testemunhas do próprio conflito. Nos embates entre fazendeiros e pequenos posseiros... a questão da existência de matas virgens ou da realização de atos possessórios tona-se efetivamente importante e serve de ponto de partida para uma discussão sobre o direito à terra... o direito destas categorias sociais de ocupar terra devolutas- foi sendo dificultado e impedido pela ação de fazendeiros que forjavam, nos processos, a inexistência de matas virgens, incorporando-as as suas grandes glebas de terra”.²⁵

A partir da análise da influência social e econômica dos grandes latifundiários no Brasil do século XIX, a historiadora Miriam Dolhnikoff, em "O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX", detalha como os cargos, tanto elevados quanto inferiores, no serviço público brasileiro na primeira metade do século XIX eram preenchidos por indicação da elite política local, em benefício de

²³ HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e Jazz. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 245-246

²⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p.74

²⁵ Ibidem. p. 74.

seus afilhados políticos. Essa elite mantinha laços sólidos com o latifúndio escravagista, seja como proprietários ou investidores no sistema escravista. Através de práticas clientelistas, esses cargos eram percebidos como oportunidades para ampliar ganhos e influência política local.²⁶

Essa compreensão torna-se crucial, uma vez que esses funcionários públicos, responsáveis pela fiscalização e gestão do estanco de pau-brasil, frequentemente estavam envolvidos, direta ou indiretamente, no contrabando dessa madeira. A manutenção desses cargos estava sujeita ao controle de poderosas figuras políticas da elite local, canceladas pelo Governo Central.

A obra de José Murilo de Carvalho, "A Construção da Ordem: a elite política". Teatro das Sombras: a política imperial", também é relevante, destacando o relacionamento crucial entre o Estado Imperial e uma elite colonial baseada na agricultura de exportação e no sistema escravocrata.²⁷ Independentemente da elite política vigente, a Coroa dependia economicamente da exportação dos produtos agrícolas gerados pela Plantation, representando 70% das receitas do Governo-geral. Nesse contexto, é fundamental compreender que o Estado Imperial negociava com os senhores de terra para manter a ordem no país. A elite política do Governo Central, especialmente os magistrados, tinha que negociar com os proprietários de terras para chegar a um consenso que, pelo menos, aparentasse ordem no Império.

Essa relação se estende à forma como o Estado Imperial abordava o contrabando de pau-de-pernambuco. Quando envolvia pequenos proprietários de terras livres, o Estado se fazia presente para reprimir. No entanto, quando "figuras poderosas" da elite política local estavam envolvidas, o Estado muitas vezes se mostrava omissivo ou conivente, priorizando o apoio político dessa classe para manter a ordem local.

Essa pesquisa se constitui, principalmente, pela consulta de fontes históricas coletadas, pela análise e interpretação dos dados e eventos registrados. Esse processo contribuirá para o debate sobre a exploração do pau-de-pernambuco ao longo da primeira metade do século XIX. Por meio desses documentos, é

²⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política. **Teatro das Sombras**: a política imperial. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

possível entender as especificidades desse estanco, seu impacto socioeconômico nas províncias do Norte e nas finanças do Governo Central, além de expor a estrutura formada entre contrabandistas e proprietários de terras no comércio ilícito de pau-de-pernambuco.

1- *A árvore que se tornou país: a independência do Brasil, e o uso do pau-brasil para pagamento da dívida externa*

Iniciamos este capítulo convidando o leitor a explorar mais profundamente o objeto de estudo deste trabalho, uma vez que nos debruçamos sobre a história da árvore mais emblemática da flora brasileira. Sua influência nas esferas política, econômica e cultural foi tão significativa que ela chegou a desafiar a autoridade da Igreja Católica no século XVI, a ponto de o próprio país de origem ser denominado a partir do seu nome.

Antes de adentrarmos neste fascinante relato, permiti-me uma breve pausa para apreciar o poema nordestino de Carlos Pena Filho. Em seus versos, ele descreve algumas das riquezas naturais da região Nordeste do Brasil, cujo litoral abriga uma exuberante floresta tropical conhecida como Mata Atlântica. Esta área, sendo o "berço" de inúmeras espécies arbóreas, incluindo aquela que será o foco de nosso estudo: o pau-brasil.

Um Nordeste

Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma
mancha d'água: um avanço de mar, um rio, um
riacho, o esverdeado de uma lagoa.

Onde a água faz da terra mole o que quer: inventa
ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto
a geografia convencional dos compêndios.

Um Nordeste da terra.

Das árvores lambuzadas de resinas.

Das águas

Do corpo molhado dos homens que trabalham
dentro do mar e dos rios, na bagaceira dos
engenhos, no cais do Apolo, nos trapiches de
Maceió. (*Carlos Pena Filho*)²⁸

Essa introdução busca não apenas situar o leitor no contexto histórico e cultural, mas também oferecer uma pausa poética para apreciar a riqueza da natureza que circunda a trajetória histórica do pau-brasil. A partir desse ponto,

²⁸ FILHO, Carlos Pena. **Um Nordeste**. Texto em prosa ordenado em forma de verso. in: FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 7.

iremos aprofundar nossa análise na influência e relevância dessa árvore singular na construção da identidade brasileira.

Ao longo do século XX, a historiografia brasileira, permeada por uma abordagem fortemente eurocêntrica, propagava a ideia de uma concepção de que a história do pau-brasil teve início no século XVI, quando os exploradores portugueses, ao aportarem no "Novo Mundo", se depararam com essa árvore em meio à extraordinária biodiversidade da fauna brasileira. No entanto, investigações científicas nas áreas de arqueologia, antropologia e, notadamente, História Ambiental, desafiam essa narrativa estabelecida. Argumenta-se que as comunidades ameríndias já mantinham conhecimento e práticas de exploração restrita do pau-brasil antes da chegada dos europeus, utilizando assim a sua madeira na confecção de arcos de caça e extraíndo resina para propósitos ornamentais.

Além disso, cientistas e naturalistas das ciências naturais oferecem contribuições valiosas para ampliar a cronologia associada a essa árvore, conectando-a à evolução da Mata Atlântica. Ao longo de milênios, esse ecossistema desempenhou um papel crucial na modelagem do crescimento e na expansão do pau-brasil ao longo do litoral brasileiro.

Diante desses elementos, sugere-se a construção de uma síntese historiográfica mais abrangente, integrando dados adicionais para uma compreensão mais rica da história do pau-brasil. Este enfoque permitirá uma análise mais aprofundada da exploração extrativista que se estendeu por quase quatro séculos. Com uma perspectiva embasada na História Ambiental, complementada por uma gama de outras disciplinas científicas, será possível examinar detalhadamente a emergência do pau-brasil na Mata Atlântica. Importante ressaltar, também, a necessidade em se investigar como ocorreu a exploração do estanco do pau-brasil durante o período colonial no Brasil.

Segundo as Ciências Naturais, aproximadamente 90 milhões de anos atrás, o supercontinente Gondwana começou a se fragmentar, originando os continentes da África e América do Sul. Esse processo, ao longo do tempo geológico, resultou no afastamento gradual desses continentes, formando o Oceano Atlântico entre eles. Esse fenômeno complexo deixou marcas profundas na América do Sul, contribuindo

para a configuração de uma nova faixa litorânea com 7.491 quilômetros de extensão, banhada pelo Oceano Atlântico.²⁹

Na vastidão da América do Sul, mais precisamente no interior da atual região Nordeste do Brasil, destaca-se o "Planalto da Borborema" que é uma região serrana situada aproximadamente a 200 km da costa. Com uma extensão de cerca de 400 km, esse planalto revela uma topografia marcada por uma altitude média de quinhentos metros, sendo adornado por picos que alcançam imponentes 1.260 metros.³⁰ Essa majestosa formação de terras elevadas cria uma barreira geográfica que obstaculiza a penetração da umidade e das precipitações oriundas do Oceano Atlântico, gerando uma sub-região de extrema relevância geográfica e ecológica: a "Zona da Mata".³¹

A peculiaridade geológica dessa região não apenas influencia o clima local, mas desempenha um papel crucial na evolução da fauna e flora da antiga floresta da Mata Atlântica brasileira, propiciando assim, o surgimento de espécies endêmicas que caracterizam a biodiversidade única desse ecossistema brasileiro.

A Zona da Mata abraça a faixa litorânea do nordeste brasileiro, estendendo-se desde o Rio Grande do Norte (RN) até o estado da Bahia (BA), abrangendo os estados intermediários da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Ao longo desse trecho costeiro, a largura da faixa varia entre 100 km e 200 km, conferindo-lhe uma diversidade de paisagens. O clima predominante é o litorâneo úmido, caracterizado por dias ensolarados na maior parte do ano e temperaturas que oscilam entre 25 °C e 31 °C. O período chuvoso, de janeiro a julho, é marcado por precipitações abundantes e irregulares, contribuindo para um índice pluviométrico anual variável, situando-se entre 600 e 3.000 milímetros.³²

²⁹ ROSSETTI, Victor. **Origem e caracterização da Mata Atlântica: Estratégias de conservação e leis.** 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://netnature.wordpress.com/2017/05/27/origem-e-caracterizacao-da-mata-atlantica-estrategias-de-conservacao-e-leis/>>. Acesso em: 05 set. 2023.

³⁰ **PLANALTO DA BORBOREMA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Planalto_da_Borborema&oldid=61984826>. Acesso em: 7 agost. 2023. Acesso em: 10/03/2023

³¹ DEAN, 2004. p. 35.

³² PEREIRA, Michael Douglas Barbosa. **Dinâmica Climática e as Chuvas na região da Zona da Mata, Nordeste do Brasil.** 2018. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 1955. p. 46. Disponível em: <https://www.ufpb.br/climageo/contents/menu/publicacoes/dissertacoes/dinamica_climatica_e_as_chuvas_na_regiao_da_zona_da_mata.pdf>. Acesso em: 05 agost. 2023.

O antropólogo Gilberto Freyre descreve no seu livro *Nordeste*, que a Zona da Mata do Nordeste do Brasil possui uma forte relação com a suas águas, pois a geografia dessa região é marcada pelos seus diversos rios de pequeno e médio porte, que percorrem os vales da região.

“[...]Na região não se observa a presença de grandes rios; estes, ora são rios médios que nascem no agreste e caminham para o litoral, apresentando pequeno volume d’água, sendo muitas vezes intermitentes no estio, nos seus altos e médios cursos e volumosos no baixo curso, quando atravessam a região úmida e são abastecidos por afluentes nascidos na própria mata; ora são pequenos rios que nascem nas encostas do maciço da Borborema e se encaminham para o oceano, através de várzeas onde alagaram e se aprofundam, formando “rias” que, no passado, permitiam a entrada de embarcações de porte médio a algumas léguas de distância do litoral[...]”³³

Os rios desempenham um papel fundamental no ecossistema da selva, atuando como agentes enriquecedores do solo à medida que percorrem a floresta. O transporte de sais minerais e substâncias orgânicas pela água fluvial contribui significativamente para a fertilização do solo nas regiões por onde eles fluem. Esse processo é especialmente vital para as plantas das matas ciliares, que utilizam esses compostos orgânicos e inorgânicos para alimentar seu crescimento e desenvolvimento.

Além disso, as características climáticas desempenham um papel determinante na evolução da fauna e flora na Zona da Mata. A presença constante de sol e chuvas ao longo de todos os meses do ano cria um ambiente propício para a diversidade biológica florescer. A água abundante é um elemento essencial para a sobrevivência das plantas, animais e microorganismos, fomentando assim, a criação de ecossistemas complexos e diversos.

“Essa riqueza deriva, provavelmente, de uma história menos conturbada do que aquela vivida pelo restante do bioma. As comunidades vegetais da Mata Atlântica vêm se transformando, ao longo dos últimos 65 milhões de anos, em resposta às oscilações climáticas. De acordo com essa interação, as florestas têm se expandido ou contraído geograficamente, dependendo de quanta umidade e calor elas conseguem obter. Por oceanos de tempo, em intervalos mais ou menos constantes, glaciações vieram e foram, derrubando e elevando novamente as temperaturas, bem como alterando os níveis de precipitação; nessa gangorra climática, a temperatura oscilava em 8° ou 9°C.”³⁴

³³ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 14.

³⁴ CABRAL, Diogo. **Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial**. Editora Vozes, 2019. p. 35.

A expressão de Gilberto Freyre, referindo-se a essa região como uma "terra rica e gorda", destaca de maneira poética a fertilidade do solo. Essa fertilidade, resultante da interação intrincada entre fatores climáticos, geológicos e hidrológicos, contribui para a exuberância da Mata Atlântica. Este bioma se destaca como um dos mais ricos em biodiversidade, evidenciando assim, como a sinergia entre rios e condições climáticas favoráveis molda um ecossistema único e vital.³⁵

Com relação a essa "*terra rica e gorda*" mencionada por Freyre, entende-se que intempéries físicas e químicas lentamente desgastaram as rochas da região serrana do *Planalto da Borborema*, e arrastaram importantes sais minerais dos pontos mais elevados do relevo para as regiões mais baixas do litoral. Freyre nos conta que a distribuição e o acúmulo destes sedimentos na Zona da Mata possibilitou a formação de um solo específico na região:

"[...]Os solos da região eram muito ricos em substâncias minerais, podendo ser classificado em dois grandes grupos: aqueles formados por argila laterítica, o chamado "barro vermelho", dominante nas encostas e que eram eluviais e os solos transportados das encostas para as várzeas e vales dos rios que eram aluviais. Estes eram os solos de massapê e se caracterizavam por formar um verdadeiro lamaçal, no período chuvoso[...]"³⁶

O solo do tipo massapê é profundo e argiloso, sendo formado a partir da decomposição de rochas minerais como gnaisses, calcários e filitos, conferindo-lhe uma coloração escura, quase preta. É um solo muito úmido, de escoamento lento, mantendo-se constantemente excessivamente encharcado ao longo do período de chuvas e rígido/seco durante a seca.

O Mestre de Apipucos (Freyre) descreve que o solo massapê tem como característica ser bastante pegajoso em períodos de chuva, formando uma massa grudenta que adere às botinas dos homens e às patas dos animais que o pisoteiam, dificultando ou impedindo a locomoção de carros de bois e cavalos. É mais fácil deslocar-se em períodos de estio, quando as chuvas são mais escassas.³⁷

Contudo, quando os lavradores expõem este solo diretamente à luz solar, ele torna-se seco e duro, pois possui pouca capacidade de reter a água e nutrientes, resultando em um pH mais ácido, o que reduz a sua fertilidade.

³⁵ FREYRE, 1989, p. 14.

³⁶ Ibidem, p. 13.

³⁷ FREYRE, 1989, p. 13.

O brasileiro Warren Dean em *A Ferro e Fogo*, explica que para este solo ser fértil, além da abundância de água e sais minerais, ele também necessita de uma cobertura vegetal sobre si:

“[...]Sob tais condições, o desenvolvimento do solo depende em grande parte de uma cobertura de vegetação e não o contrário. A folhada caída das árvores costuma ser duas vezes mais pesada que a das florestas temperadas e é rápida e continuamente mineralizada por cupins, fungos e bactérias. A sombra densa da floresta fornece condições ambientais para a formação de uma camada fértil de húmus. Assim, a floresta cresce e se espalha sobre um substrato orgânico gerado por ela mesma[...]”³⁸

Ao longo de um extenso período, a natureza despendeu consideráveis esforços para desenvolver na Zona da Mata uma floresta tropical vigorosa. Plantas e animais, ao evoluírem, deram origem a inúmeras espécies e subespécies. Com a estabilização dessa selva, ela se tornou o lar de uma ampla diversidade de seres vivos. Coletivamente, esses seres contribuíram para a produção abundante de matéria orgânica, que gradualmente se acumulou na superfície do solo, formando uma camada de húmus com uma espessura que varia entre três e cinco centímetros.

Essa camada, rica em vida microscópica, composta por bactérias, fungos e insetos, desempenha um papel vital na decomposição da matéria orgânica acumulada. Ao final desse processo de reciclagem, a transformação resulta em nutrientes essenciais que conferem ao solo uma fertilidade excepcional. Este delicado equilíbrio ecológico ao longo do tempo moldou uma base de sustentação para a exuberância da biodiversidade na região.³⁹

Posteriormente, depois de todo esse longo e contínuo processo de transformação que a Mata Atlântica passou nesta região ela se estabilizou, e graças a sua intensa fertilidade de solo florestal foi possível que a sua vegetação fosse composta por mais de “20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil são endêmicas, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro lugar do Planeta. É a floresta mais rica do mundo em diversidade de árvores”.⁴⁰

³⁸ DEAN, 2004, p. 27.

³⁹ DEAN, 2004 p. 27.

⁴⁰ CASANOVA, Leandro Rosa. PROCHNOW, Rainer. PROCHNOW, Miriam. **Planejando Propriedades e Paisagens**. APREMAVI, Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida. Rio do Sul (SC), 2005. p. 6. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2018/03/cartilha-planejando-propriedades.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

Apesar da extraordinária riqueza natural que caracteriza a Mata Atlântica, a ocupação humana deste "paraíso tropical" ocorreu somente há aproximadamente 10 mil anos. A ciência ainda não forneceu uma explicação definitiva sobre como nossos ancestrais chegaram a essa região, mas os primeiros hominídeos que a habitaram conseguiram se adaptar com sucesso à vida na selva.⁴¹

Na Zona da Mata nordestina, algumas dessas comunidades se espalharam pelo extenso litoral, dando origem a diversas tribos. Cada clã, ao longo desse processo, manteve sua coesão por meio da língua, costumes e tradições únicas. Esses povos permaneceram isolados do contato com o Velho Mundo até o início do século XVI.

Em 1500, os exploradores portugueses no "Novo Mundo" foram imediatamente cativados pela exuberância natural das terras recém-descobertas. Freyre destaca que "Ao pisar no Novo Mundo, o europeu se viu perplexo diante daquela mata exuberante e heterogênea, tão distinta da floresta temperada europeia."⁴² Nesse primeiro encontro entre nativos e europeus, um clima inicialmente pacífico predominou, marcado por trocas de presentes e uma profunda interação e curiosidade mútua.

Durante os dez dias os portugueses permaneceram no litoral do "Novo Mundo", não apenas exploraram a riqueza da flora e fauna, mas também realizaram atividades como o corte de árvores e a talha de toras em formas de cruz. Essas cruzes foram meticulosamente erguidas em uma praia para celebrar duas missas, simbolizando a tomada de posse dos portugueses naquele novo território. A terra, de acordo com os costumes cristãos, foi batizada como Terra de Vera Cruz.

No entanto, os colonizadores ainda não tinham conhecimento de que esse "nome sagrado" seria em breve substituído. Essa substituição aconteceria devido à crescente popularidade de uma árvore que se destacava naquelas terras recém-descobertas, iniciando uma nova era na história da região. Esse episódio inicial, marcado pela maravilha diante da natureza e pelo primeiro contato entre culturas tão distintas, lançou as bases para os eventos futuros que moldaram profundamente o destino dessa porção do "Novo Mundo".

⁴¹ ROSSETTI, 2017. p. 1.

⁴² FREYRE, 1989, p. 12.

Durante a incursão dos colonizadores portugueses pelo "Novo Mundo", a exploração da floresta contou com a colaboração dos nativos, visando a descoberta de metais ou pedras preciosas, ainda que sem êxito devido à falta de informações sobre a região. Contudo, a Mata Atlântica deixou uma impressão marcante nos portugueses, levando-os a aprofundar seus conhecimentos sobre a diversidade de plantas e animais presentes neste rico ecossistema.

Em busca de identificar os recursos naturais que as novas terras "descobertas" poderiam oferecer à Coroa portuguesa, os colonizadores elaboraram uma lista. Assim, os portugueses passaram a selecionar cuidadosamente algumas espécies de árvores da Mata Atlântica que apresentavam potencial lucrativo quando comercializadas na Europa. Essa escolha estratégica visava suprir a crescente demanda europeia por madeira nobre, essencial nos setores naval, construção civil e marcenaria em geral. Desse modo, estabeleceu-se uma relação intrincada entre os portugueses e a Mata Atlântica, marcada pela exploração consciente e pela comercialização das riquezas naturais dessa região tropical. Entretanto, segundo o relato do explorador e franciscano André de Thevet em *"As Singularidades da França Antártica"* (1557), o "achado" de um pau-de-tinta no Novo Mundo logo atraiu atenção dos colonizadores.

"[...]Assim foi que enquanto estavam eles [os portugueses] pesquisando atentamente essa terra, tiveram a atenção despertada para os diversos tipos de plumagens que já constituíam um bom artigo de comércio, especialmente as vermelhas. Tendo inquirido os nativos sobre a tinta com a qual tingiam as penas, mostraram-lhes estas a árvore do pau-brasil. Esta árvore, que na língua dos selvagens recebe o nome de orabutan, é uma planta de rara beleza. A casca, cinzenta por fora, recobre um tronco que é tanto mais vermelho quanto mais próximo do cerne, sua parte mais excelente e procurada[...]"⁴³

Os colonizadores portugueses observaram atentamente como os indígenas coletavam galhos de uma árvore de madeira notavelmente resistente, maleável e flexível. Esses galhos eram habilmente utilizados pelos nativos locais na confecção de seus arco de caça. Além disso, essa mesma árvore proporciona uma resina avermelhada, em que os indígenas aplicavam essa tinta para se tingir as penas de seus elegantes adornos emplumados. Na língua Tupi, os nativos nomeavam essa árvore como "ibirapitanga" ou "Ibirapiranga", onde "Ibira" representa pau ou madeira,

⁴³ THEVET, André. **As Singularidades da França Antártica (1558)**. trad. Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978, p. 195.

e "pitanga" significa a cor vermelho.⁴⁴ Em vista disso, essa prática revela não apenas as habilidades técnicas dos indígenas, mas também uma profunda conexão deles com a natureza, utilizando-a de maneira sustentável para atender às suas necessidades artísticas.

Em 1549, durante a sua segunda viagem ao Brasil, o aventureiro alemão Hans Staden (1525-1576) acabou sendo capturado e mantido como prisioneiro pelos antropófagos índios tupinambás, mas foi poupado do ritual indígena e acabou sendo liberado para voltar à Europa, onde ele publicou em 1557 o seu livro que ficou bastante famoso na época: "Duas Viagens ao Brasil". Nele, o aventureiro alemão narra as suas aventuras na América portuguesa e nos conta como os tupinambás confeccionavam esses adornos emplumados pintados com a tinta extraída do cerne de pau-brasil do Brasil.

"[...]Colam ao corpo, com uma substância que escorre das árvores, penas vermelhas e brancas, misturando as cores. Espalham a substância nos lugares que querem ornar e, depois, aplicam com força as penas, que ficam grudadas. Pintam, ainda, um braço de preto e o outro de vermelho. Fazem o mesmo com as pernas, e o tronco também é pintado. Além disso, usam um ornamento de penas de ema. Trata-se de um grande objeto redondo que amarram sobre o traseiro quando vão à guerra contra seus inimigos ou quando estão festejando. Chama-se enduape.[...]"⁴⁵

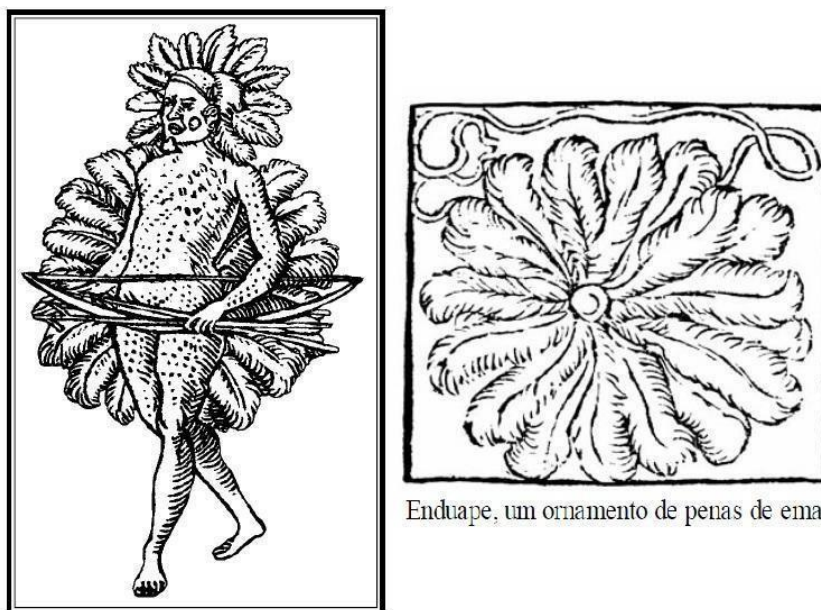
O aventureiro alemão cita que uma das preciosidades dos indígenas eram essas elegantes penas de pássaro tingidas com tinta do pau-brasil. Quem tinha muitas era considerado rico sobre os demais.⁴⁶ Logo, nesta obra Staden nos oferece insights detalhados sobre a cultura tupinambá, sendo uma delas o fascinante processo de confecção dos adornos emplumados pelos tupinambás. Ele revela que esses ornamentos eram meticulosamente pintados com tinta extraída do pau-brasil, proporcionando não apenas um relato de suas próprias experiências nos trópicos, mas também um valioso registro das práticas e técnicas indígenas da sua época. O relato de Staden contribuiu significativamente para a compreensão do Brasil no século XVI, enriquecendo assim, o conhecimento europeu sobre as terras recém-descobertas.

⁴⁴ MURALT, Malou Von. **A árvore que se tornou país**. Revista USP, [S. l.], n. 71, p. 171-198, 2006, p. 180. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13560>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁵ STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre (RS): L&PM POCKET, 2010. p. 127.

⁴⁶ Ibidem, p. 131.

Figura 1- *Indígena Emplumado. Enduape com plumas tingidos de vermelho do pau-brasil, e o arco confeccionado com galhos da mesma planta.*



Enduape, um ornamento de penas de ema.

Fonte: STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre [RS], L&PM POCKET, 2010. p. 127.

Dessa forma, para os indígenas, a utilidade do pau-brasil estava associada a uma relação exploratória limitada, desprovida de fins comerciais. Utilizavam a tintura extraída dessa árvore apenas para tingir seus enfeites emplumados, além de coletar alguns galhos para confeccionar seus instrumentos de caça. No entanto, quando os europeus chegaram ao Novo Mundo, também se interessaram por essa planta, mas esse interesse estava vinculado a uma lógica capitalista mercantil.

Os europeus viam o pau-brasil como mais uma mercadoria lucrativa, mostrando pouco interesse pelo potencial de devastação ambiental resultante da exploração em larga escala dessa árvore. Para eles, a rentabilidade ao comercializar essa madeira nos mercados de tinturaria da Europa era prioritária. Tais mercados eram altamente lucrativos no século XVI e eram dominados pelos antigos e dispendiosos corantes naturais de origem asiática. Essa diferença de abordagem revela um contraste marcante na percepção e na utilização do pau-brasil entre as culturas indígenas e os colonizadores europeus.⁴⁷

De acordo com o historiador Souza o comportamento predatório do homem para com o meio ambiente e em especial a dos europeus, se deve aos seguintes fatores:

⁴⁷ DEAN, 2004, p. 63.

“[...]O homem não pertenceria àquelas sociedades compostas por inúmeras espécies de plantas e animais em contínua interação. Seu equipamento natural não o possibilita viver em ambientes altamente hostis às suas necessidades como de fato é uma floresta tropical. Para permanecer lá, ela, a espécie humana, precisa alterar o mundo ao seu redor. Assim, para viver na Mata Atlântica os homens, necessariamente, precisaram destruí-la. Não obstante, se algumas sociedades fizeram isto de forma mais ou menos equilibrada durante longos períodos de tempo, outras, no entanto, foram altamente prejudiciais ao equilíbrio do sistema em relação ao qual elas eram alienígenas. Foi este o caso dos invasores europeus que chegaram ao Continente Sul Americano no século XV[...].”⁴⁸

Desse modo, no Brasil formou-se por parte dos colonizadores uma prática predatória da exploração dos recursos naturais locais, hábito este que induziu a eles a passarem explorar comercialmente o “Ibirapitanga”. Contudo, para se fazer comércio com esta árvore os lusitanos julgaram que seria melhor renomear essa árvore com um nome comercial mais popular entre os mercadores desse pau-de-tinturaria: pau-brasil.⁴⁹

De acordo com a pesquisadora Malou Von Muralt em “*A árvore que se tornou país*”, a mudança nominal de *Ibirapitanga* para *pau-brasil* ocorreu devido haver uma grande semelhança entre o pau-de-tinta do Brasil com os paus-de-tinta de origem asiática (*Caesalpinia sappan*), devido essas árvores possuírem uma madeira de onde se extrai tinta vermelha, que é apreciada nos mercados de tinturaria da Europa desde o século XI.⁵⁰

“[...]Em diversas tarifas aduaneiras, figura entre as incontáveis drogas e especiarias importadas do Oriente. Os venezianos chamavam-na verçí, verzi e verzino (do árabe wars)¹⁰, vocábulo que se transformou progressivamente em berzil, berzi, brezilh, bresil, bresilium, brexilium, braxilis, brazil para se tornar Bresilien-, Pressilgen-, ou Prissiligholz em alemão e brazilwood em inglês. Assim, e tendo Marco Polo batizado a árvore a partir do nome do corante por ela fornecido, o termo brasil aplica-se, conforme o contexto, ora à árvore ora à matéria tintorial.[...].”⁵¹

Ao longo dos séculos XI ao XIX, os europeus tinham o hábito de chamar de “pau-brasil” a maioria dos paus-de-tinta que conheciam. Esse costume gerava uma grande confusão entre mercadores, botânicos e qualquer pessoa envolvida com essas madeiras. Isso acontecia porque no mercado de tinturaria mundial circulavam

⁴⁸ SOUZA, Luiz Alberto. **DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996].** Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Aedos - ISSN 1984- 5634. Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 264-268, jun. 2011. p. 167.

⁴⁹ DOMINGUES, Joelza Ester. **A lucrativa exploração do pau-brasil na América portuguesa.** Blog Ensinar História. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/exploracao-do-pau-brasil/>>. Acesso em: 15 julho. 2023.

⁵⁰ MURALT, 2006, p. 174.

⁵¹ Ibidem, p. 174.

diversas espécies e subespécies de paus-de-tinta vermelhos, cada um com características tintoriais distintas. Muitas vezes, tornava-se quase impossível determinar apenas pelo nome da árvore a que espécie ou subespécie se estava se referindo, além de complicar a identificação da origem desse vegetal.⁵²

Para solucionar esse problema, os mercadores de tinturaria passaram a incluir nas denominações dessas plantas o local de sua extração. Isso resultou em diversas outras denominações comuns e comerciais, como Pau-Pernambuco, Pau-de-Sapan, Pau-rosado, Brasilete das Antilhas, Brasilete das Bahamas, Brasilete da Jamaica, Brasileto, Pau de Santa Marta, Pau da Califórnia, entre outras. Com tantos nomes referindo-se a diferentes espécies e subespécies de paus-de-tinta, tornou-se cada vez mais complexa a tarefa de se referir a essas madeiras.⁵³

Portanto, ficou evidente a necessidade de os naturalistas e botânicos desenvolverem novos métodos científicos de classificação para esses paus, proporcionando uma abordagem mais precisa e clara diante da diversidade desses recursos naturais.

Umas das primeiras tentativas em se classificar de forma científica o pau-brasil remonta ao século XVII, quando o naturalista/botânico Jorge Marcgrave e o médico Guilherme Piso foram designados para participar de uma missão científica e artística organizada pelo príncipe João Maurício de Nassau na região nordeste do Brasil em 1637. Esses estudiosos publicaram suas pesquisas botânicas no livro "História Natural do Brasil" (1648).

No entanto, somente no final do século XVIII, a planta pau-brasil recebeu seu primeiro nome científico, graças aos estudos de Jean-Baptiste de Lamarck. Em "Encyclopédie Méthodique" (1785), Lamarck classificou essa planta de acordo com as normas da ciência botânica da época, considerando características como tronco, folhas, flores, frutos e sementes. Ele inseriu o pau-brasil no grupo das plantas leguminosas e deu-lhe o nome científico de *Caesalpinia echinata*. "*Caesalpinia*" por ser um vegetal pertencente ao grupo das leguminosas e "*echinata*" devido ao fruto em forma de vagem apresentar espinhos (*leguminibus echinatis*). Essa designação

⁵² Ibidem, p. 172.

⁵³ MURALT, 2006, p. 172.

se justificava, pois o pau-brasil era a única espécie com essa característica, diferenciando-se das outras Caesalpinias cujas vagens eram lisas.⁵⁴

No século XIX, o renomado naturalista e botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius desembarcou no Brasil em 1817 como parte da distinta comitiva da arquiduquesa austríaca Leopoldina, que visitava o país para seu casamento com o príncipe Dom Pedro I. Essa visita, além de marcar um episódio significativo na história do Brasil imperial, trouxe consigo a presença de um cientista que desempenharia um papel crucial no estudo da biodiversidade brasileira.

Ao realizar suas pesquisas no Império brasileiro, Martius notou uma persistente confusão entre diferentes espécies/subespécies de paus-de-tinturaria na Mata Atlântica brasileira. Essa confusão, decorrente do uso genérico do termo "pau-brasil" pelos habitantes locais, desencadeou a necessidade latente de uma reclassificação mais precisa dessas plantas. Segundo Muralto há um grande obstáculo, a saber, que nas diversas províncias deste extenso reino, ora as diversas espécies de árvores estão assinaladas com o mesmo nome, ora diversos nomes são atribuídos a uma única.⁵⁵

O botânico defendia a tese de que, para superar essa confusão, era imperativo catalogar e classificar cada espécie/subespécie desses paus-de-tinturaria presentes nas matas brasileiras. Contudo, mesmo após a independência do Brasil, quando o governo assumiu total autonomia na exploração e administração dos recursos naturais da Mata Atlântica, não houve interesse estatal em apoiar uma pesquisa científica desse tipo. Essa falta de apoio governamental representou um obstáculo significativo para a implementação de medidas efetivas de catalogação e classificação das espécies de paus-de-tinturaria, perpetuando a confusão na nomenclatura dessas plantas valiosas e impedindo um avanço mais sistemático no conhecimento botânico do país.

No século XXI, um marco significativo foi alcançado por meio de uma pesquisa conduzida por um grupo de renomados cientistas geneticistas, cujos resultados foram publicados na revista "phytokeys" em 12 de outubro de 2016. Este estudo inovador concentrou-se na análise genética da planta *Caesalpinia echinata*, com a utilização de sequenciamento do DNA. A abordagem genética permitiu estabelecer relações intrincadas entre essa espécie e outras duzentas plantas

⁵⁴ Ibidem, p. 187.

⁵⁵ MURALTO, 2006, p. 172.

tropicais que compartilham códigos genéticos semelhantes. Os resultados revelaram que o pau-brasil pertence a uma linhagem única e distinta, destacando sua singularidade no reino vegetal. Diante dessas descobertas, uma reclassificação científica foi proposta, conferindo ao pau-brasil um novo nome: *Paubrasilia echinata*.⁵⁶

Essa atualização não apenas encerrou um longo dilema botânico nominal que persistia por mais de cinco séculos, mas também ressaltou a importância de abordagens genéticas avançadas na compreensão da diversidade biológica. A pesquisa não só contribuiu para a precisão taxonômica, mas também enfatizou a necessidade contínua de estudos genéticos para a preservação e gestão eficaz da biodiversidade brasileira.

A árvore *Paubrasilia echinata* é enriquecida por registros históricos legados por notáveis exploradores como André Thevet, Jean de Léry, Nicolas Barré, e outros, além de ter sido objeto de diversas pesquisas científicas, conforme mencionado anteriormente. A compilação desses dados permite uma descrição mais abrangente dessa leguminosa.

Este notável exemplar, conhecido como pau-brasil, floresce abundantemente nas regiões litorâneas do leste do Brasil antes da chegada dos colonizadores em 1500. Sua distribuição abrange desde o atual estado do Rio Grande do Norte (RN) até o sul, estendendo-se até o estado do Rio de Janeiro (RJ). No início do século XVI, estima-se que a densidade populacional dessa espécie arbórea fosse extraordinária, com aproximadamente setenta milhões de exemplares adornando as vastas matas brasileiras. Essa descrição destaca não apenas a sua abundância, mas também a importância histórica brasileira do pau-brasil, não apenas como uma espécie emblemática, mas como parte intrínseca do ecossistema que caracterizava as paisagens costeiras do Brasil. A compreensão desses detalhes históricos e botânicos contribui para uma visão mais abrangente e completa da história ambiental e cultural dessa árvore singular.⁵⁷

⁵⁶ GIRARDI, Giovana. **Pau-brasil ganha um novo nome científico**. Estadão, 13 de out. de 2016. Disponível em:

<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/pau-brasil-ganha-um-novo-nome-cientifico/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

⁵⁷ S. D'Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo Econômico do pau-brasil - *Caesalpinia Echinata* Lam., 1785**. Páginas do Inst. Biol., São Paulo, v.9, n.1, p.15-30, jan./jun., 2013. p. 15.

Figura 2- Área de abrangência do Pau-Brasil



Fonte: IBF- Instituto Brasileiro de Florestas.⁵⁸

O pau-brasil é uma planta tropical de grande porte, que prefere crescer em ambientes de clima quente e moderadamente úmido, especialmente nas regiões costeiras próximas às margens de rios. Seu crescimento é marcado pela lentidão, atingindo 2,5 metros aos dois anos, mas alcançando sua fase adulta após aproximadamente trinta anos, podendo atingir notáveis metros de altura.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/lista-de-especies-nativas/pau-brasil>. Acesso em: 15/04/2023.

Figura 3 – Pau-brasil adulto com média 12 metros de altura, presente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na cidade de Mamanguape.



Figura 4 – outro exemplar de pau-brasil jovem medindo em média 4 metros de altura.



O frade francês Nicolas Barré, em 1555, registrou a observação de exemplares de pau-brasil no Brasil, destacando árvores com cem pés de altura e seis pés de diâmetro, equivalentes a trinta e três metros de altura por dois metros de diâmetro. Esses registros não apenas enfatizam a imponência da espécie, mas também revelam a capacidade impressionante de algumas dessas árvores

alcançarem idades centenárias. Essas características sublinham a singularidade e a importância do pau-brasil na rica paisagem tropical brasileira.⁵⁹

Figura 5 – pau-brasil com sete metros de circunferência e idade aproximada de 600 anos foi encontrada no sul da Bahia, no dia 22/11/2020.



Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/09/pau-brasil-com-7-metros-de-circunferencia-e-mais-de-500-anos-e-descoberto-no-sul-da-bahia-maior-do-pais-diz-botanico.ghml>

⁵⁹ MURALT, 2006, p. 180.

Na fase adulta, o pau-brasil exhibe características distintivas que contribuem para sua robustez e vitalidade. Suas raízes amplas e profundas não apenas garantem uma sólida ancoragem no solo, mas também facilitam a eficiente absorção de água e nutrientes essenciais. A copa da árvore é adornada por galhos longos e vigorosos, cada um revestido por centenas de folhas bipinadas, destacando-se pela intensa coloração verde brilhante, com dimensões que variam entre 10 e 20 centímetros. Contudo, é durante um espetáculo anual, entre o final de setembro e outubro, que a árvore revela sua beleza mais marcante.

Nesse período, a copa verde brilhante transforma-se em um cenário de exuberância, graças à deslumbrante floração amarelada. As flores, de tonalidade amarela vibrante, são enriquecidas por uma mancha vermelha-púrpura nas pétalas. O desabrochar das flores resulta em cachos floridos amarelos, não apenas embelezando a árvore na paisagem, mas também exalando um suave perfume que envolve a área circundante. Esse aroma atrativo desempenha um papel fundamental ao atrair diversos insetos lambedores, fundamentais para a polinização.⁶⁰

Ao término do período de floração, que se estende de novembro a janeiro, a árvore dá lugar ao desenvolvimento de frutos espinhosos em forma de vagem. Cada fruto abriga uma ou duas sementes em seu interior. À medida que amadurecem, os frutos passam por uma transição de cor, do verde ao marrom, culminando em um intrigante processo de abertura em espiral com um estalo audível. Esse mecanismo arremessa as sementes para o solo, onde são posteriormente dispersas pela ação dos ventos, chuvas e animais na floresta.

Essa notável estratégia reprodutiva ao longo do tempo resultou na presença de milhares de exemplares de pau-brasil ao longo do litoral brasileiro, destacando não apenas sua beleza estética, mas também sua engenhosidade adaptativa na perpetuação da espécie.

⁶⁰**Árvore pau-brasil: História e Curiosidades.** IBF, Instituto Brasileiro de Florestas. 2006. p. 1. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Figura 6 – pau-brasil / *paubrasilia echinata*



Fonte: RHIND, William. **History Of The Vegetable Kingdom**. Illustrated Colour 1º Ed. 1855.

Ao alcançar a maturidade, o pau-brasil apresenta um imponente tronco com uma circunferência que varia de 40 cm a 70 cm de diâmetro. Sua casca externa, em tonalidade acastanhada, é adornada com curtos espinhos agudos. Internamente, o tronco revela um cerne escuro e avermelhado, envolto por uma espessa camada de alburno, caracterizada pela suavidade da madeira branca.⁶¹

Segundo as observações do naturalista Lamarck, a madeira proveniente dessa árvore é notavelmente densa, seca e emite um crepitar distintivo quando exposta ao fogo. Surpreendentemente, ela produz mínima fumaça devido à sua natureza dessecada. Essas propriedades fazem da madeira do pau-brasil um material altamente valorizado, especialmente para trabalhos de torno, onde sua

⁶¹ MURALT, 2006, p. 187.

imputrescibilidade e a excelente textura após o polimento a tornam uma escolha excepcional.⁶²

Entretanto, a aplicação principal dessa madeira está vinculada ao tingimento em tons avermelhados, destacando-se como um valioso item comercial. A substância extraída do pau-brasil desempenha um papel crucial na indústria de tinturaria, sendo procurada por suas propriedades singulares que conferem cor e durabilidade aos tecidos. Essa dualidade de usos, tanto na construção quanto na indústria têxtil, destaca o pau-brasil como uma espécie verdadeiramente versátil e inestimável, desempenhando um papel vital tanto na exploração econômica quanto na preservação cultural.

Figura 7 – pau-brasil, corte transversal do tronco da árvore.



Disponível em: <http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com/2015/01/pau-brasil.html>

O brasilianista americano Warren Dean cita que a característica tintorial do pau-brasil se deve a presença da substância *Brazilina* no seu “cerne”, de onde se é extraída uma valiosa tinturaria avermelhada, “No primeiro corte, o cerne do tronco exibe um brilho dourado e depois se torna vermelho alaranjado brilhante. Quando mergulhado em água imediatamente torna-se violeta avermelhado.”⁶³ Para os europeus as características tintoriais do pau-brasil lhe tornavam uma planta especial dentre as demais árvores do Brasil, pois entre os séculos XVI ao XIX existia no mercado europeu uma grande demanda pelos corantes naturais, que eram usados em suma para se tingir tecidos finos. Em vista disso, os fornecedores de

⁶² MURALT, 2006, p. 187.

⁶³ DEAN, 2004, p. 63.

pau-de-tinturaria obtinham lucros vultosos, já que os corantes sintéticos só seriam descobertos na segunda metade do século XIX.

Dessa forma, após a descoberta do pau-brasil no Brasil, essa planta, por ser um pau-de-tintura, passou a ser muito cobiçada e popular nos mercados de tinturaria europeus, mesmo que fosse considerada pelos mestres de tinturaria europeus como sendo uma madeira de “tintura menor” ou falsa (*petit teint*), pois essa tintura é muito solúvel em contato com a água, sendo necessária a adição de alguns outros ácidos para tornar-se uma cor mais sólida. Segundo Dean, apesar das ressalvas da tinturaria do pau-brasil, “o potencial para o comércio moderado dessa espécie única era, portanto, promissor.”⁶⁴

No início do século XVI, com a chegada dos portugueses ao Brasil e a “descoberta” do pau-brasil, a notícia da abundância dessa árvore no “Novo Mundo” chegou a Portugal. As primeiras toras foram recebidas com entusiasmo, principalmente devido aos custos relativamente baixos de extração, facilitados pela exploração da mão de obra indígena local. Na cadeia de produção, o frete representava a maior parte das despesas, tornando o empreendimento altamente lucrativo para os lusitanos. Isso era de grande importância para um reino com recursos limitados no início do século XVI.⁶⁵

Diante desse cenário, o rei Felipe II estabeleceu, a partir de 1501, o seu monopólio real sobre o pau-brasil nas terras sob domínio português. A extração dessa planta passou a ser permitida mediante a autorização real, documentada e concedida pela coroa portuguesa. Assim, iniciava-se assim um período do estanco do pau-brasil que perduraria até a segunda metade do século XIX. Esse controle rigoroso visava maximizar os benefícios financeiros de Portugal, consolidando um forte domínio sobre essa valiosa matéria-prima.

“Foi em 1503 que a terra foi chamada, pela primeira vez, Brasil; nove anos depois quase não se usava mais outro nome. O tipo de madeira de que vinha esse nome – amarelo-laranja ou amarelo-avermelhada assim que cortada, mas que rapidamente adquire a tonalidade “encarnada” pela qual se tornara famosa – já era bem conhecido dos portugueses e europeus em geral.”⁶⁶

A exploração do pau-brasil marcou o início das atividades coloniais no Brasil. Nesse cenário, a divisão e arrendamento do novo território eram conduzidos pela

⁶⁴ DEAN, 2004, p. 63.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 64.

⁶⁶ CABRAL, 2019. p. 32.

Coroa portuguesa, através de consórcios com os cristãos-novos liderados pelo mercador Fernando de Noronha. Em 1504, Noronha foi agraciado com uma capitania no arquipélago que hoje leva seu nome.

O contrato de arrendamento para a extração do pau-brasil concedido a Noronha foi renovado até 1511. Posteriormente, a capitania passou para as mãos de Jorge Lopes Bixorda, e a partir de 1513, a exploração livre dessa planta era permitida mediante o pagamento de um quinto (20%) ao rei de Portugal.

Entretanto, a vasta extensão da costa na nova colônia tornava difícil para as poucas feitorias lusas realizarem eficientemente o policiamento e a defesa do "monopólio real do pau-brasil". Isso fragilizou a soberania portuguesa sobre o novo território, destacando os desafios enfrentados na tentativa de controlar de forma efetiva a exploração desse valioso recurso natural.⁶⁷

Depois da “descoberta” do Brasil tornou-se nos portos de Lisboa, o retorno de várias embarcações lusas vindas do Brasil carregadas com pau-brasil no seu lastro, que ao serem descarregadas se era pago imediatamente o quinto, e toda essa carga era rapidamente revendida para os diversos mercados de tinturaria da Europa, já que a comercialização do pau-brasil na Europa movimentava grandes somas, e de acordo Muralt cada “quintal”⁶⁸ de pau-brasil custava aos concessionários entre 1/2 ducados, e era revendido para Flandres, Castela ou Itália por dois ou três Ducados”.⁶⁹ Warren Dean estima que nos primeiros anos de exploração do pau-brasil os portugueses coletaram 1.200 toneladas anuais dessa madeira, e já em 1588 se registrava a marca de 4.700 toneladas de pau-brasil passando pela aduana lusitana. Esse crescimento segundo Dean evidencia que “O comércio era maravilhosamente lucrativo, já que o rei havia providencialmente fechado o mercado a madeira de corante”.

Durante o período de colonização do Brasil, em paralelo à exploração do pau-brasil, as deslumbrantes praias da América portuguesa exerciam uma irresistível atração. Contudo, a enorme dificuldade em policiar e ocupar um território tão extenso representou um desafio considerável para Portugal. Diante das

⁶⁷ DOMINGUES. 2017, não paginado.

⁶⁸ DIAS, Thiago Alves. **O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes:** escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII. [Revista USP, [S. l.], n. 177, p. 1-39, 2018. p. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.133277>>. acesso em: 25 abr. 2023

⁶⁹ MURALT, 2006, p. 178

ameaças constantes de invasões estrangeiras em suas terras ultramarinas, a Coroa portuguesa tomou uma decisão estratégica em 1534: estabelecer o regime de capitanias hereditárias.

Nesse sistema, cada donatário tinha o direito de explorar os recursos naturais de sua respectiva capitania, mas estava encarregado de povoá-la, protegê-la contra invasores externos e estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar. Entretanto, o historiador pernambucano Thiago Alves Dias, em sua obra "O Negócio do Pau-brasil, A Sociedade Mercantil Purry", destaca que na carta de doação da Capitania de Pernambuco em 1534, D. João III deixou claro para o donatário Duarte Coelho e demais capitães que o pau-brasil de Pernambuco, assim como qualquer especiaria ou drogaria, pertencia exclusivamente à Coroa portuguesa.⁷⁰

O rei buscava manter o seu monopólio da comercialização do pau-brasil, assegurando uma modesta receita para os cofres da coroa, mesmo diante dos desafios impostos pela vastidão e complexidade do território brasileiro.

A colonização do Brasil avançou em um ritmo gradual sob a administração dos capitães-donatários. Nas capitanias onde existiam feitorias, inicialmente, surgiam algumas vilas e engenhos nas proximidades dessas fortalezas rústicas. Essas localidades tiravam proveito dos excelentes portos naturais, nos quais as bases militares estavam estrategicamente edificadas, para escoar seus produtos e, ao mesmo tempo, obter suporte militar em caso de necessidade, especialmente diante das ameaças de piratas ou indígenas.

Conforme apontado pela pesquisadora Malou Von Muralt, a ocupação territorial do Brasil se fundamentava em três elementos indissociáveis: o índio, a floresta e o pau-brasil. Esses elementos desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento e na estruturação do território brasileiro ao longo do período colonial.

"[...]A floresta era vista, antes de mais nada, como um obstáculo ao projeto colonizador e era preciso, portanto, derrubá-la com o objetivo de abrir espaço e ocupar o território. O índio, cuja nudez a um só tempo fascinava e atemorizava, era tido como um ser inferior que se devia sujeitar, catequizar e, sobretudo, escravizar; era um inimigo a ser combatido e exterminado, caso não se submetesse. O pau-brasil, enfim, principal riqueza disponível, matéria-prima gratuita e (aparentemente) infinita, assegurava lucros consideráveis[...]"⁷¹

⁷⁰ DIAS.2018, p. 5.

⁷¹ MURALT. 2006, p. 179

Na primeira metade do século XVI, os portugueses estabeleceram diversos engenhos no Brasil, alguns dos quais prosperaram apesar dos desafios enfrentados. Um fator crucial para o sucesso desse empreendimento colonial foi a habilidade dos proprietários em identificar e explorar as áreas mais férteis do solo da floresta, onde cultivavam a cana-de-açúcar, uma planta asiática. A partir da moagem dessa planta, extrai-se um líquido doce que, após fervura, resultava nos cristais de sacarose, conhecido como açúcar, considerado o "ouro branco" devido à sua elevada valorização na Europa no século XVI.

Nas regiões de mata onde existiam árvores de pau-brasil, a prática de desmatamento por meio de queimadas era expressamente proibida para preservar a "planta da coroa". Assim, para liberar uma área de floresta virgem para desmatamento, os representantes da Coroa (concessionários) eram obrigados a extrair todas as árvores de pau-brasil no entorno e enviá-las à feitoria mais próxima. Somente após esse procedimento é que a mata podia ser consumida pelas chamas, permitindo a exploração do solo pelos proprietários de terra. Quando uma região já estava livre da presença do "pau da Coroa", o trabalho para preparar o solo para o cultivo, principalmente de cana-de-açúcar, tornava-se mais acessível.

Sob a perspectiva dos senhores de engenho, o pau-brasil era inicialmente considerado um "empecilho" para o avanço da plantation sobre a floresta, pois tê-lo em suas propriedades representava, perante a lei portuguesa, um "entrave" ao desenvolvimento da lavoura monocultora. Contudo, como será discutido mais adiante, a falta de fiscalização por parte das autoridades portuguesas e, posteriormente, brasileiras, criou brechas para o desrespeito dessas regras. Dessa forma, muitas árvores de pau-brasil continuaram a ser desviadas e destruídas no interior do Brasil, sendo clandestinamente utilizadas na construção de casas coloniais, contrabandeadas para o exterior para a fabricação de tinturas ou, em alguns casos, queimadas para dar espaço à itinerante plantation açucareira, especialmente em áreas distantes da costa.

No decorrer da primeira metade do século XVI a multiplicação dos engenhos aliada com a intensa exploração dos concessionários portugueses sobre o pau-brasil, e o seu inevitável tráfico por estrangeiros, causou uma grande devastação nas matas do litoral brasileiro. A desenfreada extração dessa planta transcorreu em um ritmo tão avassalador que em 1558 as melhores árvores de

pau-brasil só eram achadas a mais de 20 km da costa. De acordo com a historiadora Joelza Domingues, “só no primeiro século de exploração, cerca de 2 milhões de árvores foram derrubadas – uma espantosa média de 20 mil por ano ou quase 50 por dia.”⁷²

Esse progressivo aniquilamento do pau-brasil nas matas do Brasil forçou o rei de Portugal a elaborar uma carta-régia em 1542, determinando regras para o corte e punições severas para o desperdício de pau-brasil, tentava-se por parte da Coroa de algum modo preservar este monopólio, mas devido ao pensamento da época acreditava-se que esse vegetal brotaria espontaneamente caso fosse deixado inexplorado durante algum tempo. Contudo do ponto de vista ambiental os danos causados já se demonstravam consideráveis, era uma questão de tempo até que boa parte das árvores de pau-brasil fossem aniquiladas.⁷³

Paralelamente ao monopólio do pau-brasil, havia também a insatisfação de alguns membros da Igreja Católica ao verem um “mero vegetal” se tornar mais importante e famoso que o nome dado pelos clérigos à nova colônia lusitana nos trópicos, no início do século XVI.

“Porque, na verdade, mais é de estimar e melhor soa aos ouvidos da gente cristã o nome de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que o de outro que não serve mais que para tingir panos ou coisas semelhantes”. Essa revolta seria manifestada diversas vezes, ainda por muito tempo; quase um século depois da exortação de Gândavo, o padre jesuíta Simão de Vasconcellos ainda gastava tinta para condenar os que substituíram “aquele madeiro vermelho com o sangue de Cristo, e preço de nossa redenção, por outro madeiro, que só tem de sangue a cor e de precioso o aparente da cobiça dos homens”.⁷⁴

Devido às práticas comerciais e aos hábitos populares, o nome advindo do pau-brasil se difundiu entre os colonos. Para o terror dos religiosos, essa planta, que desafiava a autoridade da Igreja Católica, tornou-se um símbolo poderoso. Assim, a colônia passou a ser conhecida, por força do hábito popular, como Brasil. Apesar da resistência dos religiosos, que viam na exploração desenfreada da natureza uma ameaça à moralidade e à ordem religiosa, o comércio do pau-brasil prosperou. A madeira era tão central para a economia colonial que o nome da planta acabou se impondo como o nome da própria colônia.

⁷² DOMINGUES, 2017, não paginado.

⁷³ S. D'Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo Econômico do pau...**, 2013. p. 17.

⁷⁴ CABRAL, 2019. p. 34.

Inicialmente, o território era referido como Ilha de Vera Cruz e depois Terra de Santa Cruz, em alusão às expectativas religiosas e aos símbolos cristãos. No entanto, a prática comercial e o uso cotidiano do pau-brasil pelos colonos e comerciantes foram mais influentes na formação da identidade do território. Com o tempo, o nome Brasil tornou-se comum e oficial, refletindo a importância econômica e cultural dessa árvore para a colônia.

“Obstado o comércio das espécies asiáticas, o nosso pau-brasil rapidamente conquistou os mercados do Velho Mundo, embora com a ajuda de franceses e outros “intrusos” – para desespero dos portugueses. De qualquer forma, como a grande riqueza da nova conquista, tinha o merecimento de rebatizar a terra. Para os cristãos mais fervorosos, contudo, essa substituição representava uma heresia.”⁷⁵

Assim, o nome Brasil não apenas reflete um aspecto da flora local, mas também a complexa relação entre economia, cultura e poder durante os primeiros anos da colonização portuguesa na América do Sul.

“Ao evocarmos a importância de presenças e agências não humanas na construção do Brasil, seguimos a orientação teórica da chamada “história ambiental”. Trata-se de um campo de estudos relativamente recente e eminentemente transdisciplinar, construído na interface da história, da geografia, da antropologia e da ecologia, principalmente.”⁷⁶

A história ambiental se destaca por sua abordagem inovadora que reconhece a interação dinâmica entre seres humanos e o meio ambiente ao longo do tempo. Ela busca compreender como elementos naturais, como florestas, rios, animais e clima, influenciaram e foram influenciados pelas atividades humanas. Ao fazer isso, revela a profunda interconexão entre processos ecológicos e sociais, oferecendo uma visão mais holística e integrada do passado.

Essa perspectiva amplia nossa compreensão histórica, permitindo-nos ver além das ações humanas diretas e considerar como fatores ambientais moldaram sociedades, culturas e economias. Assim, a história ambiental não apenas reconstrói eventos passados, mas também nos ajuda a refletir sobre questões contemporâneas de sustentabilidade e conservação, enfatizando a importância de um relacionamento equilibrado e respeitoso com a natureza.

Quanto ao sistema de capitanias-hereditárias revelou-se inadequado para impulsionar a incipiente indústria açucareira no Brasil, pois apenas duas capitanias

⁷⁵ CABRAL, 2019. p. 33.

⁷⁶ Ibidem. p. 48.

(Pernambuco e São Vicente) conseguiram êxito. Nesse contexto, em 1548, o rei Dom João III optou por instaurar no Brasil um Governo-Geral. O propósito era tornar a colônia mais segura e lucrativa, consolidando um controle mais eficaz sobre os assuntos coloniais.⁷⁷

Para a eficaz administração da nova estrutura colonial, criou-se o cargo de Governador-Geral, equiparado a um vice-rei na colônia. Para apoiar o Governador-Geral, foram instituídos cargos cruciais. O Provedor-mor assumia a gestão financeira. O ouvidor-mor, por sua vez, era responsável pela administração da justiça na colônia. Completando o conjunto, o capitão-mor desempenhava um papel central na defesa territorial.⁷⁸

Essa estrutura administrativa buscava promover uma gestão abrangente da colônia, abordando desde questões sociais e defesa militar até o estímulo de atividades econômicas, como o desenvolvimento de engenhos. A criação desses cargos refletia a preocupação da Coroa em consolidar o controle sobre o Brasil e maximizar os benefícios provenientes dessa possessão colonial.

Com a instauração das provedorias na colônia, as feitorias perderam sua importância, sendo progressivamente desativadas. Essa reconfiguração na estrutura alfandegária alterou significativamente a forma de fiscalização do monopólio real do pau-brasil na colônia. A partir desse momento, os principais portos naturais da Terra de Santa Cruz viram suas antigas feitorias serem substituídas por alfândegas, sob a administração das provedorias. Dentro dessas instituições, os agentes previamente considerados "indesejáveis da Coroa" foram substituídos por funcionários devidamente remunerados, supervisionados não mais por feitores, mas sim por oficiais treinados com cargos vitalícios. Esses oficiais tinham a responsabilidade de cobrar, registrar e prestar contas dos tributos devidos ao rei de Portugal.

Ao dotar os portos coloniais com órgãos da burocracia portuguesa e fortificá-los com sólidas construções de tijolos e pedras talhadas, a Coroa buscava não apenas dificultar o contrabando de pau-brasil por parte dos piratas franceses, mas também consolidar o controle sobre as operações comerciais na colônia.

⁷⁷ SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 84.

⁷⁸ ARQUIVO Nacional, Mapa memória da administração pública brasileira. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>>. Acesso em: 10 agost. 2023.

Gradualmente, os lusitanos estreitam o cerco para expulsar definitivamente os "infames" estrangeiros de suas possessões ultramarinas. Essa iniciativa não só visava proteger interesses econômicos, mas também afirmar a autoridade portuguesa sobre o território colonial brasileiro.⁷⁹

À medida que a ocupação da costa brasileira avançava durante o período colonial brasileiro, os portugueses consolidaram cada vez mais os seus costumes e estruturas militares. Somente em 1649, com a expulsão dos holandeses, o território do país foi finalmente assegurado.⁸⁰ A multiplicação e expansão dos engenhos no norte do Brasil acelerou ainda mais a exploração das matas, pois cada vez mais novas terras eram requisitadas para serem desmatadas para se ampliar a próspera *plantation*, sendo assim, durante todo o período colonial e posteriormente imperial brasileiro, a um ritmo frenético o pau-brasil foi explorado, para que a área fosse presente fosse imediatamente liberada para ser consumida pelo fogo e os colonos apropriarem da terra.

Essa exploração predatória gerou uma grande devastação nas matas do litoral norte, onde a Coroa no início do século XVII constatou que se nada fosse feito poderia haver um esgotamento total do pau-brasil na colônia, ou seja, a maneira como se explorava o pau-brasil poderia levá-lo à extinção. Como toda atividade predatória, devido à escassez dessa árvore, a extração do pau-brasil foi se tornando cada vez mais custosa, que passou a ser encontrado entre dez avinte léguas da costa. Já em 1530, em alguns locais do litoral brasileiro, o pau-brasil já se tornara escasso, embora Portugal e Brasil tenham continuado a exportar a madeira até o século XIX.⁸¹

O resultado foi que em 1605, a Coroa portuguesa, alarmada com os relatórios sobre a exploração de pau-brasil de que o corte indiscriminado, a má estocagem, e o desmatamento e os descaminhos iriam destruir esse ramo, força o rei a controlar essa exploração e criar a função dos guardas florestais, além de instituir a pena de morte para quem ousasse fazer a extração ilegal dessa madeira. Por fim, em 1607 o pau-brasil voltou a ser um monopólio exclusivo da coroa portuguesa, cujo

⁷⁹ ARQUIVO Nacional, **Mapa memória da administração pública brasileira**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>>. Acesso em: 10 agosto. 2023.

⁸⁰ MURALT., 2006, p. 178

⁸¹ S. D'Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças, 2013. p. 17.

concessionários eram autorizados a exportar apenas 600 toneladas por ano, um convite à continuidade do contrabando.⁸²

Esse sistema manteve-se inalterado do ponto de vista do Regimento régio do pau-brasil de 1607 até o ano 1822, quando o Brasil se declarou independente de Portugal e o governo brasileiro passou a gerenciar ele mesmo o Estanco do pau-brasil. Contudo, veremos a seguir que as algumas normas foram alteradas para atender os interesses desse novo Império luso-brasileiro firmado nos trópicos.

1.1 A independência do Brasil e o Estanco do pau-brasil

Após os eventos políticos que culminaram na independência do Brasil em 1822, o recém-formado governo monárquico enfrentou o desafio de administrar um país de dimensões continentais. Além de herdar um território vasto e rico em recursos naturais, o novo governo se viu confrontado com significativas dívidas em relação às potências econômicas europeias da época. Além disso, a coroa brasileira, com a coroação de um príncipe português como imperador, trouxe consigo uma classe dominante determinada a manter a estabilidade de um país que ainda se apoiava fortemente em um sistema de produção escravista, especialmente na economia baseada nas plantações (*plantation*).⁸³

No entanto, o sistema escravista representava uma questão complexa. Embora fosse fundamental para a economia do país, havia pressões internas e externas para abolir essa prática desumana. A pressão internacional contra o tráfico de escravos também influenciava a situação, com a Inglaterra já tendo proibido o comércio de escravos em 1807. Contudo, com a preservação da monarquia no Brasil, a escravidão ganhará algumas décadas de sobrevida, graças a uma série de acordos políticos e comerciais com a Inglaterra, mas era um fato que mais tarde a escravidão iria acabar.

Desse modo, o desafio político e econômico do governo brasileiro era muito multifacetado. Administrar um país recém-independente exigia-se não apenas consolidar o poder central, mas também estabelecer políticas econômicas sólidas. O Brasil buscava diversificar a sua economia, reduzir a dependência das exportações agrícolas e enfrentar as dívidas pendentes com as nações europeias, em particular com a Inglaterra, que exercia uma influência considerável no comércio brasileiro.

⁸² DEAN, 2004, p. 64.

⁸³ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013. p. 55.

Dessa forma, o governo imperial teve que enfrentar desafios consideráveis na tentativa de equilibrar suas questões políticas, econômicas e sociais, moldando assim os primeiros anos do Brasil independente.⁸⁴

A exploração do pau-brasil representou um dos pilares da economia lusitana durante o período colonial brasileiro. Por cerca de 322 anos, os portugueses dominaram essa indústria, obtendo consideráveis riquezas provenientes dessa exploração madeireira extrativista em território brasileiro. No entanto, após a independência do Brasil em 1822, surgiu um impasse significativo em relação ao controle comercial do pau-brasil. O governo brasileiro recém-independente desejava negociar diretamente essa valiosa matéria-prima no mercado europeu, reivindicando para si só o seu direito como país autônomo detentor do pau-brasil.

Por outro lado, Portugal se recusava a reconhecer a independência brasileira e se mantinha firme em não abrir mão dos seus direitos comerciais sobre o pau-brasil. Justificavam-se dizendo que com séculos de administração sobre o Brasil, possuíam uma série de acordos diplomáticos entre as principais nações europeias que conferia a Portugal o monopólio da revenda desse recurso no mercado europeu. Essa disputa não apenas refletia interesses comerciais antagônicos, mas também implicava em questões políticas e diplomáticas entre as duas nações após a independência do Brasil. Em vista disso, a venda de pau-brasil no exterior representou um desafio para o governo brasileiro, que buscava consolidar sua autonomia econômica.

O que se sucedeu foi que entre 1822 e 1825, apesar da constante contestação de Portugal sobre esse direito, o Brasil tentou negociar a venda de alguns lotes de "quintais" de pau-brasil na cidade de Londres, dada a relevância desta cidade como principal centro comercial e financeiro do século XIX. No entanto, essas tentativas geraram disputas intensas entre os representantes diplomáticos do governo brasileiro e os agentes portugueses. A seguir uma amostra desses embates conforme se era noticiado em 1824 pelo periódico baiano "*Grito da Rasão*" (BA):

"Pela secretaria d'Estado dos negócios estrangeiros se ordenou a todos os agentes Diplomaticos Portuguezes nas Cortes Estrangeiras, que fizesse cada hum deles publicar na Corte onde reside, que S. M Fidelissima, jamais reconheceria, nem se julgará obrigado a cumprir qualquer contracto, ou obrigação contrahida pelo actual Governo de facto do *Rio de Janeiro*, para

⁸⁴ GOMES, Laurentino. 1822. São Paulo: Globo, 2010. p. 75.

obter hum empréstimo, e que todo o ajuste de semelhante natureza, seja qual for a garantia, ou hypoteca, que o assegure, será considerado a todo o tempo por S. M. El Rei de Portugal como nullo, e de nenhum valor. Igualmente se lhe ordenou que fizessem publico, que o páo brasil, ouro em pó, ou diamantes do Brasil, são gêneros que pertencem exclusivamente á Coroa, e que poderão ser reclamados por parte de S. M. F. em qualquer ocasião, huma vez que não terão sido vendidos por conta, e ordem do seu Governo; devendo por conseguinte ser considerado como ilegal qualquer contracto de empréstimo sobre a hypoteca de taes gêneros, que por isso que são de comtractos Reaes não podem ser olhados senão como pertencentes a S. M. F.”⁸⁵

As remessas de pau-brasil do Brasil, respaldadas pelo novo governo, provocaram confrontos acalorados entre brasileiros e portugueses, cada um reivindicando o monopólio desse comércio. Portugal se baseava em sua legislação que não reconhecia a independência da antiga colônia, mantendo assim seus direitos sobre o comércio do pau-brasil. Essa tensão evidenciou não apenas uma disputa comercial, mas também uma questão fundamental de soberania. A busca do Brasil por autonomia econômica e a resistência de Portugal em abrir mão de seus privilégios comerciais sobre o pau-brasil destacaram as complexidades e os desafios enfrentados nesse período inicial pós-independência.

Segundo as publicações do Jornal baiano “Grito da Rasão” no período entre 1822 e 1825, o Brasil se viu confrontado com sérias restrições diplomáticas que afetaram significativamente o comércio de pau-brasil nos mercados europeus. Portugal, ao estabelecer no passado uma série de acordos comerciais com potências europeias, compromete a capacidade do Brasil recém-independente de negociar livremente essa valiosa commodity.⁸⁶

O governo brasileiro como reação até tentou realizar alguns leilões de pau-brasil na capital do Império brasileiro, mas não obteve muito sucesso na empreitada, devido às limitações financeiras (baixa demanda) do mercado consumidor local, em comparação a outros grandes centros comerciais mais proeminentes, como o caso de Londres, que era o epicentro financeiro do século XIX. No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, o Brasil detinha vastas reservas florestais de pau-brasil em solo

⁸⁵ Jornal **Grito da Rasão (BA) - 1824 a 1825**, Salvador, edição 26, 14 de maio de 1824. p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749931&pagfis=136>.

⁸⁶ Jornal **Grito da Rasão (BA) - 1824 a 1825**, Salvador, edição 26, 14 de maio de 1824. p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749931&pagfis=136>.

nacional, o que inevitavelmente conferia a ele uma posição de destaque (fornecedor) nesse mercado.⁸⁷

Era apenas uma questão de tempo até que os mercados de tinturaria europeus tivessem que se dirigir ao governo brasileiro para garantir o abastecimento dessa importante matéria-prima, essencial para a indústria têxtil. Embora existisse a opção do pau-sapan como alternativa, contudo, essa opção não seria suficiente para suprir a demanda europeia, especialmente a demanda voraz das indústrias têxteis inglesas, que dependiam do pau-brasil para a pigmentação de seus tecidos. Essa situação evidencia não apenas a importância das commodities naturais na economia global do século XIX, mas também os desafios enfrentados pelo Brasil e outras nações emergentes ao tentar estabelecer sua presença e influência no complexo cenário do comércio internacional.

Sucedeu-se que no ano de 1825, após uma série de embates políticos e diplomáticos, um marco histórico de grande importância consolidou-se nas relações entre Brasil e Portugal: o reconhecimento oficial da independência brasileira por parte da antiga metrópole. Esse acontecimento significativo não apenas selou o fim de séculos de domínio colonial, mas também estabeleceu as bases para uma nova fase nas relações entre essas nações.⁸⁸

Após um longo período de conflitos, negociações e ajustes diplomáticos, os representantes do Brasil e de Portugal finalmente chegaram a um acordo que formalizou o reconhecimento mútuo da independência brasileira. No entanto, uma das questões mais delicadas que foram discutidas e acordadas nesse processo envolveu a assunção da dívida que o Brasil assumiria em relação a Portugal.⁸⁹

O acordo de reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, firmado em 1825, foi baseado no respeito e à soberania e autodeterminação das nações. Portugal reconheceu o Brasil como um país independente e comprometeu-se a estabelecer relações diplomáticas e comerciais. Em troca, o Brasil concordou em assumir parte significativa da dívida externa portuguesa como compensação pela sua independência.

⁸⁷ **Imperio do Brasil: Diario do Governo (CE)**, 1823 a 1833, Rio de Janeiro. 7 abril de 1824, Edição 3, pag. 326. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pesq=&pagfis=1750>

⁸⁸ REZZUTTI, Paulo. *Independência: A História Não Contada*. São Paulo: Leya, 2020. p. 184.

⁸⁹ *Ibidem*.

Essa dívida de independência é um capítulo importante na história do Brasil, destacando os compromissos financeiros necessários para o reconhecimento internacional. A Inglaterra teve um papel central neste processo, moldando a independência brasileira e as subsequentes relações econômicas e políticas. Após a proclamação da independência em 1822, o Brasil buscou o seu reconhecimento entre potências europeias, especialmente da Grã-Bretanha, que viu na independência brasileira uma oportunidade para fortalecer seus laços comerciais e expandir sua influência na América do Sul.⁹⁰

O reconhecimento da independência do Brasil envolveu custos significativos. Em 1825, o "Tratado de Paz e Amizade" com Portugal, também conhecido como Tratado de Independência, estabeleceu que o Brasil pagaria uma indenização de dois milhões de libras esterlinas a Portugal. Esse valor compensava o governo português pelos prejuízos causados pela perda da colônia e pelos empréstimos contraídos durante a estadia da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Para saldar essa dívida, o Brasil obteve empréstimos principalmente do mercado financeiro britânico, o que sobrecarregou suas finanças e consolidou a dependência econômica do país em relação à Grã-Bretanha, influenciando suas políticas econômicas e financeiras nas décadas seguintes.⁹¹

Convém destacar alguns detalhes sobre esse episódio da história do Brasil que frequentemente passam despercebidos pela historiografia brasileira. Primeiro destaco o fato relevante é o papel do financiador desses empréstimos, uma figura conhecida na corte do imperador D. Pedro I: Nathan Mayer Rothschild, um dos banqueiros ingleses mais ricos do século XIX. Rothschild, além de banqueiro, era um hábil homem de negócios que buscava maximizar seus lucros. Ao conceder empréstimos ao Império brasileiro, ele exigiu garantias, como a entrega de algumas commodities brasileiras, para garantir o retorno do dinheiro emprestado.

É importante notar que Rothschild compreendia a situação financeira do Brasil e suas limitações na produção de ouro, diamantes e pau-brasil. No entanto, ele viu uma oportunidade de monopolizar para si boa parte da produção de pau-brasil, e consequentemente controlar parte do mercado de tinturaria natural ocidental, visto

⁹⁰ VIOTTI DA COSTA, Emília. **A Independência do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. p. 210-215

⁹¹ HESSE, Ricardo; SILVA, Carlos Eduardo. *O Brasil e a Grã-Bretanha: uma história de dependência econômica (1825-1900)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. p. 45-60.

que essa madeira tintorial era um recurso estratégico na época. Assim, como garantia para os empréstimos ao governo brasileiro, Rothschild exigiu do novo país que a produção de ouro, diamantes e principalmente pau-brasil fosse enviada à sua casa comercial em Londres.⁹²

Essa estratégia não apenas garantia o retorno do dinheiro emprestado, mas também permitia a Rothschild exercer um controle considerável sobre o comércio internacional de pau-brasil e, por extensão, sobre parte da economia brasileira. Essa relação entre o financiamento externo e o controle sobre recursos naturais foi uma característica significativa das relações econômicas entre potências financeiras internacionais e países em desenvolvimento durante o século XIX. Portanto, ao examinar esse episódio histórico, é essencial compreender não apenas as negociações financeiras em si, mas também as implicações mais amplas para a economia e a soberania do Brasil naquela época.

Portanto, a dívida de independência do Brasil é um exemplo marcante das complexas interações entre interesses políticos, econômicos e diplomáticos que moldaram o processo de independência do país, atrelado aos interesses do mundo comercial do século XIX. Ao garantir o reconhecimento internacional, o Brasil se viu preso em uma teia de compromissos financeiros que tiveram consequências de longo prazo para sua economia e sua soberania nacional.

1.2 O interesse inglês nas exportações brasileiras de pau-brasil.

Para se entender o interesse inglês pelo pau-brasil na Europa, é preciso antes compreender quem é a figura inglesa central dessa pesquisa, e quando nos referenciamos aos banqueiros da Grã Bretanha um nome se destaca entre outros tantos: o Barão Nathan Mayer Rothschild, mas quem são estes eles afinal?

A família Rothschild é amplamente reconhecida como uma das mais influentes e proeminentes famílias bancárias da história moderna. Originária da Alemanha, a ascensão da família Rothschild começou no final do século XVIII, quando Mayer Amschel Rothschild estabeleceu uma bem-sucedida casa bancária em Frankfurt.⁹³

⁹² **Imperio do Brasil: Diário Fluminense (RJ) - 1825 a 183.** Rio de Janeiro, edição 16, 18 de dezembro de 1830. Pag. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706744&pesq=&pagfis=7148>

⁹³ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia_Rothschild> Acesso em: 14 de Fev. de 2024.

“Segundo o portal The Richest, estima-se que atualmente a família toda tenha um patrimônio líquido de cerca de US\$ 400 bilhões, com algumas estimativas chegando a US\$ 1 trilhão. Já o quarto barão, Jacob Rothschild, sozinho, contabilizava um valor estimado em US\$ 5 bilhões.”⁹⁴

Em uma linha temporal a ascensão da influente família Rothschild, cuja trajetória começou com o patriarca Mayer Amschel Rothschild, começa no século XVIII, em um antigo gueto de Frankfurt. Nascido em 1744, Mayer Rothschild transformou o pequeno negócio de câmbio de seu pai em uma das mais prósperas casas financeiras. Com a ajuda de seus cinco filhos — Nathan Mayer, James Mayer, Salomon Mayer, Carl Mayer e Amschel Mayer — ele expandiu os negócios da sua família por toda a Europa, estabelecendo um legado que perdura até os dias de hoje.

Cada um dos seus filhos estabeleceu-se em diferentes cidades pólos industriais e financeiros europeus: Nathan Mayer em Londres, James Mayer em Paris, Salomon Mayer em Viena, Carl Mayer em Nápoles e Amschel Mayer permaneceu em Frankfurt. Nessas localidades, além de ampliar os negócios financeiros, eles diversificaram suas atividades econômicas.

A família Rothschild investiu fortemente em setores cruciais como indústria têxtil, ferrovias e mineração, que se tornaram pilares da economia europeia da época. As ferrovias, em particular, eram essenciais para a segunda revolução industrial em curso, facilitando o transporte de mercadorias e pessoas, enquanto a mineração fornecia os materiais necessários para essa nova era de progresso, e pôr fim a indústria têxtil continuava fornecendo os vestuários para as mais diversas classes sociais da elite e plebe da do século XIX.

Além disso, os Rothschild se envolveram em serviços imobiliários, adquirindo propriedades significativas em várias regiões da Europa. Suas atividades agrícolas também foram notáveis, com investimentos em grandes extensões de terra e em técnicas agrícolas inovadoras que melhoram a produtividade.

Um aspecto interessante sobre a dinastia é seu envolvimento na indústria vinícola. Eles adquiriram vinhedos renomados em regiões prestigiadas, como Château Lafite em Bordeaux, França, em 1868. Este envolvimento se expandiu para

⁹⁴ Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/colunas/claudia-meireles/rothschild-conheca-a-historia-da-familia-milionaria-desde-o-seculo-18>> Acesso em 26/01/2024

vinhedos na América do Norte e do Sul, na África do Sul e na Austrália, refletindo a diversidade e o alcance global dos investimentos da família.⁹⁵

“Os Rothschild não estavam sujeitos a nenhum governo individual; como família, encarnavam o princípio abstrato do internacionalismo; sua lealdade era dada a uma firma, cujo crédito se transformara no único supranacional entre o governo político e o esforço industrial, numa economia mundial em rápido crescimento.”⁹⁶

Além das suas atividades econômicas, os membros da família se aventuraram na direção e/ou associação com bancos de investimento ao redor do mundo. A influência dos Rothschild na alta finança internacional foi imensa, com participação em importantes transações financeiras e em empréstimos a governos, ajudando a moldar a economia global.

“Especialmente durante o século XIX, quando emprestaram dinheiro para financiar as forças europeias que lutavam contra Napoleão e a compra milionária de ações no Canal de Suez pelo governo britânico liderado pelo primeiro-ministro Benjamin Disraeli.”⁹⁷

Através dessas diversas iniciativas, a família Rothschild não só acumulou uma vasta fortuna, mas também deixou uma marca indelével na história econômica e cultural da Europa e do mundo. Seu legado é um testemunho de inovação.

“Não estar sujeito a nenhum governo individual não significava, é claro, uma completa liberdade de ação. O limite mais importante à autonomia dos Rothschild era o limite implícito no intercâmbio político que os vinculava à Grã-Bretanha Imperial, através do Banco da Inglaterra e do Tesouro.”⁹⁸

No entanto, foi seu filho, Nathan Mayer Rothschild, que se destacou como uma figura-chave na expansão e consolidação do império financeiro da família. Nathan Mayer Rothschild nasceu em 1777 e, ao longo de sua vida, demonstrou habilidades notáveis nos negócios e na gestão financeira.⁹⁹

Nathan Mayer Rothschild foi fundamental no estabelecimento de filiais bancárias da família em várias capitais financeiras europeias, incluindo Londres, Paris, Viena e Nápoles. No entanto, foi em Londres que ele alcançou seu maior

⁹⁵ Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/colunas/claudia-meireles/rothschild-conheca-a-historia-da-familia-milionaria-desde-o-seculo-18>> Acesso em 26/01/2024.

⁹⁶ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XIX**. Editora Boitempo, 2019. p. 171.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cnek21273ydo> Acesso em: 25/02/2024

⁹⁸ ARRIGHI, 2019. p. 171.

⁹⁹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Nathan_Mayer_Rothschild Acesso em: 14 de Fev. de 2024.

sucesso e influência. Em 1809, Nathan Mayer Rothschild se estabeleceu na capital britânica e fundou a casa bancária N. M. Rothschild & Sons, que rapidamente se tornou uma das instituições financeiras mais importantes da Europa.

Segundo Giovanni Arrighi os Rothschild fizeram parte de um círculo fechado e mais amplo de banqueiros mercantis germano-judaicos, que pegaram o barco da expansão industrial britânica, para emergir, meio século depois, como os “banqueiros centrais” da Grã-Bretanha Imperial.¹⁰⁰

Nathan ficou famoso por suas habilidades como negociador e estrategista financeiro. Ele foi um dos primeiros a perceber a importância das notícias e informações privilegiadas nos mercados financeiros, e construiu uma vasta rede de contatos e fontes de informação em toda a Europa. Isso permitiu que ele tomasse decisões rápidas e precisas nos negócios, muitas vezes capitalizando em momentos de incerteza e volatilidade.

Nathan Mayer Rothschild, além de ser um magnata financeiro e banqueiro renomado em Londres, desempenhou um papel fundamental nos bastidores da política e economia europeias do século XIX. A sua relação próxima com a família real portuguesa remonta aos tempos em que os Rothschilds ainda eram uma das principais instituições financeiras da Europa, envolvidas em empréstimos concedidos à monarquia portuguesa desde o final do século XVIII até o início do século XIX.

Em 1822, quando o Brasil declarou sua independência, o imperador Dom Pedro I viu-se diante da necessidade premente de obter financiamento para estabilizar as finanças do novo império. Nathan Mayer Rothschild, com sua vasta riqueza e influência, emergiu como um dos poucos banqueiros capazes de atender às demandas do imperador. Como resultado, os Rothschilds desempenharam um papel significativo na viabilização dos empréstimos necessários para a consolidação do governo brasileiro independente.

Além de suas atividades bancárias, Nathan Mayer Rothschild era conhecido por sua visão empresarial e sua disposição para investir em setores lucrativos. Dada a ascensão da indústria têxtil e da moda na Inglaterra do século XIX, ele reconheceu o potencial de lucro nesse mercado em expansão. Assim, ele diversificou os

¹⁰⁰ ARRIGHI, 2019. P. 172.

investimentos da família Rothschild para incluir o setor têxtil e de moda, aproveitando a expertise e a especialização inglesas nessa área.

Ao investir na indústria da moda e produção têxtil, Nathan Mayer Rothschild não apenas ampliou a sua fortuna de sua família, mas também contribuiu para o crescimento e desenvolvimento desse setor-chave da economia britânica. A sua habilidade em identificar oportunidades lucrativas e sua disposição para assumir mais riscos calculados foram aspectos essenciais de sua estratégia de investimento bem-sucedida.

“Devemos observar que, durante a expansão comercial precedente, a Inglaterra havia-se tornado a maior e mais importante fonte de lãs finas para os centros manufatureiros...”¹⁰¹

Assim, ao negociar o empréstimo tão necessário para o Brasil, Nathan Rothschild, um dos principais investidores nas indústrias têxteis londrinas e europeias, habilmente conseguiu um acordo que lhe conferiu o monopólio sobre as exportações de pau-brasil do Brasil para o mercado exterior. Esse monopólio garantia às suas indústrias uma quantidade garantida de matéria-prima tintorial, atendendo a toda a demanda de suas fábricas, quanto o excedente de pau-brasil era comercializado sob sua supervisão.

“Combinadas com o processo de mecanização na indústria têxtil, essas inovações transformaram a indústria britânica de bens de capital numa máquina poderosa e autônoma de expansão capitalista. Mas, à medida que a mecanização aumentou o número, o alcance e a variedade dos bens de produção em uso, as empresas especializadas em sua fabricação buscaram ativamente novos mercados para seus produtos entre os concorrentes, efetivos ou potenciais, de sua clientela já estabelecida.”¹⁰²

Essa estratégia de Nathan Rothschild foi um golpe mestre, pois ele compreendeu que, naquela época, o mercado tintorial europeu era limitado e que era essencial para os industriais têxteis manterem seus estoques de insumos abastecidos para garantir a operação contínua de suas máquinas de produção de tecidos. Portanto, ao controlar o fornecimento de pau-brasil, Nathan Rothschild garantiu uma posição de influência significativa sobre o mercado tintorial europeu, consolidando ainda mais seu poder e influência no cenário financeiro e industrial da época.

¹⁰¹ Arrighi, 2019. P. 100.

¹⁰² Ibidem. p. 164

Essa jogada estratégica não apenas beneficiou as indústrias têxteis de Rothschild, mas também contribuiu para a consolidação de sua posição como um dos principais líderes do setor industrial na Europa do século XIX. Sua astúcia nos negócios e sua capacidade de identificar e aproveitar oportunidades lucrativas foram características distintivas que o tornaram uma figura lendária no mundo das finanças e dos negócios.

Logo, no contexto da indústria têxtil do século XIX, o pau-brasil desempenhou um papel crucial e inegável, principalmente devido à sua importância na produção dos caros e finitos corantes naturais. Em uma época em que a moda e o vestuário eram formas importantes de expressão pessoal e status social, as cores desempenham um papel fundamental na criação de peças de vestuário vibrantes e desejáveis pelas elites sociais.

“A economia, à primeira vista, consiste em duas enormes zonas: a produção, o consumo, Aqui tudo acaba e se destrói, ali tudo começa e recomeça. Uma sociedade escreveu Marx: não pode parar de produzir, tal como não pode parar de consumir”¹⁰³

O pau-brasil, com seu pigmento avermelhado intenso, era uma fonte valiosa de corante vermelho para os tecidos. Essa cor era altamente valorizada na moda do século XIX, tanto pela sua beleza quanto pelo seu simbolismo associado à realeza, à paixão e à riqueza. Os tecidos tingidos com corante de pau-brasil eram frequentemente reservados para peças de vestuário luxuosas e de alta qualidade, destinadas a serem exibidas por nobres, aristocratas e membros da alta sociedade.

Além do vermelho intenso proporcionado pelo pau-brasil, outros corantes naturais também eram extraídos de diferentes plantas e materiais. No entanto, a disponibilidade e a durabilidade desses corantes variam consideravelmente. O pau-brasil destacou-se como uma fonte confiável e duradoura de cor vermelha, o que o tornava especialmente valorizado pelos fabricantes de tecidos e estilistas.

A demanda por corantes naturais, como o obtido do pau-brasil, era tão alta que impulsionou a exploração e o comércio dessas matérias-primas em todo o mundo. A exemplo disso temos o comércio da Cochonilha, outra fonte tintorial advindo de uma espécie de inseto das américas que era explorado e exportado pelas companhias espanholas. A exploração desses produtos naturais teve um impacto significativo no

¹⁰³ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. Volume II: Os Jogos das Trocas.** Martins Fontes, 1996. P. 11.

comércio internacional e nas relações entre as nações, além de contribuir para a colonização e exploração de novas regiões.¹⁰⁴

Em suma, o pau-brasil desempenhou um papel vital na indústria têxtil do século XIX, fornecendo corantes naturais que permitiram a criação de tecidos coloridos e exuberantes. Sua importância vai além do aspecto estético, influenciando também as tendências da moda e a expressão cultural da época.

1.3 Roupas, Moda e corantes naturais.

A história das roupas é profundamente entrelaçada com a história dos corantes naturais, que foram essenciais para a criação de tecidos vibrantes e variados até a descoberta dos corantes sintéticos no final do século XIX. Entre esses corantes, a cor vermelha sempre teve um lugar de destaque, simbolizando poder, paixão e prestígio em diversas culturas ao longo da história.

“A história das roupas é menos anedótica do que parece. Levanta todos os problemas, os das matérias-primas, dos processos de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais. Variado, o traje por toda parte se obstina em denunciar as posições sociais.”¹⁰⁵

No contexto dos corantes naturais, o pau-brasil desempenha um papel crucial. Originário da Mata Atlântica, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) é uma árvore que, além de dar nome ao Brasil, foi uma das principais fontes de um corante vermelho intenso e duradouro, conhecido como brasilina. Durante o período colonial, a extração e exportação do pau-brasil foram atividades econômicas de grande importância para a colônia portuguesa, marcando o início da exploração comercial do território brasileiro. A madeira do pau-brasil era ralada e fervida para extrair o corante, que depois era utilizado para tingir tecidos de forma resistente e duradoura.

O impacto do pau-brasil no comércio europeu foi significativo. No século XVI, a demanda por tecidos vermelhos era muito alta, e o corante extraído do pau-brasil oferecia uma alternativa viável e economicamente vantajosa aos tradicionais corantes europeus. A partir do século XVIII e ao longo do século XIX, com a expansão do comércio global, associado com um mercado da moda europeia em

¹⁰⁴ Reis, Alexander Lima. **Ciência e técnica na produção do corante do anil e da cochonilha no Rio de Janeiro colonial (1772-1789)**. MERIDIONAL, Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos Número 3, Outubro 2014, 37-59. Disponível em:

<<https://revistas.uchile.cl/index.php/MRD/article/download/33384/35177/113998>>

¹⁰⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano**. Martins Fontes, 1995. P. 281

alta e muito dinamizado e constantemente em mudança, o uso do pau-brasil na tinturaria continuou a crescer, sendo amplamente utilizado na Europa e em outras partes do mundo. Segundo Braudel a revolução industrial permitiu aos ingleses no século XIX fabricar tecidos tão bem, que chegou a arruinar seus concorrentes comerciais, que eram os gigantes mercados tecelões da Índia.¹⁰⁶

“Mas as sociedades do passado valorizaram o tecido, a roupa, o vestuário de gala. Também o interior das casas requer tecidos, cortinas, revestimento de paredes, tapeçarias, armários cheios de lençóis e tecidos finos. A vaidade social intervém plenamente aqui e a moda é soberana.”¹⁰⁷

Tamanha era a capacidade da Europa da primeira revolução industrial em se produzir comparado aos outros mercados mundiais, que segundo Braudel Quanto a produção industrial europeia, ele diria, segundo considerações discutíveis que visam apenas uma ordem de grandeza, que o volume de sua produção foi multiplicado, na Europa, pelo menos por cinco, entre 1600 e 1800.¹⁰⁸

No século XIX, a cor vermelha obtida do pau-brasil continuou a ser valorizada, especialmente na moda europeia. Durante esse período, a Revolução Industrial trouxe grandes mudanças na produção têxtil, mas os corantes naturais ainda eram amplamente utilizados até a invenção dos corantes sintéticos. O vermelho extraído do pau-brasil era especialmente apreciado pela sua intensidade e durabilidade, sendo utilizado em roupas de alta costura e acessórios de luxo. A moda do século XIX era marcada por roupas elaboradas e detalhadas, e o vermelho brilhante e profundo obtido do pau-brasil era ideal para criar peças de vestuário que se destacavam.

“Sabemos também que esta loucura da mudança, ano após ano, tardou a instalar-se verdadeiramente. “Um homem [...] não é tido por rico se não tiver vinte e cinco ou trinta roupas diferentes e tem de mudar todos os dias.” Mas a moda não é apenas abundância, quantidade, profusão. Consiste em mudar tudo a qualquer momento.”¹⁰⁹

A cor vermelha em si carrega uma série de significados culturais e sociais. Na moda do século XIX, o vermelho era frequentemente associado à riqueza e ao poder. Roupas tingidas de vermelho eram usadas pela nobreza europeia e pela alta

¹⁰⁶ BRAUDEL, 1995, p. 296.

¹⁰⁷ BRAUDEL, 1996. p. 272.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 153.

¹⁰⁹ BRAUDEL, 1995. p. 286.

burguesia para demonstrar seu status social elevado. Além disso, a cor vermelha era usada em uniformes militares, bandeiras e outros símbolos nacionais, destacando seu papel em representar bravura e patriotismo dos militares. Por exemplo, o uniforme vermelho dos famosos "casacas vermelhas" do exército britânico se tornou um símbolo de poder e disciplina militar.¹¹⁰

Figura 8 – a direita temos o retrato do rei Dom. João VI em sua vestimenta de gala, e a esquerda uma foto do seu manto real, onde ambos os trajes apresentam a cor vermelho em destaque.



Fonte:

<https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-retrato-do-rei-dom-joao-vi-e-a-nova-exposicao-do-mhn/>. Acesso em: 26 Julho de 2024.

Figura 9 – Casacas-vermelhas (em inglês: Red coats) eram os soldados ingleses até ao século XIX, devido ao seu uniforme, tanto cerimonial como de batalha, ser caracterizado por ter um casaco de cor vermelha o vermelho se tornou a cor padrão da maioria dos uniformes do exército britânico

¹¹⁰ DAVIS, Fred. Fashion, Culture, and Identity. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 75-90.



Disponível

https://pt.wikipedia.org/wiki/Casacas-vermelhas#/media/Ficheiro:Piechur_brytyjski_z_1742_r._22_regiment_piechoty.jpg Acesso em 26 Julh. De 2024

em:

Adicionalmente, a cor vermelha tinha associações culturais e religiosas significativas. No cristianismo, o vermelho simboliza o sangue de Cristo e o martírio, sendo uma cor frequentemente usada em vestimentas e arte litúrgica. Em muitas culturas ao redor do mundo, o vermelho é visto como uma cor auspiciosa, associada à sorte e à proteção contra o mal.¹¹¹

¹¹¹ Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2023/01/06/por-que-vermelho-e-a-cor-do-luto-papal>. Acesso em: 26 jun. de 2024.

Figura 10 – Cardeal: O nome técnico da cor utilizada pelos cardeais é “escarlata”. Esta cor os diferencia como membros do colégio cardinalício e como “príncipes” da Igreja.



Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2023/01/06/por-que-vermelho-e-a-cor-do-luto-papal>. Acesso em: 12 de julho de 2024

No século XIX, a cor vermelha tornou-se um símbolo culturalmente carregado, especialmente quando associada às prostitutas. Durante este período, a prostituição era uma realidade social presente nas grandes cidades europeias e americanas, e as prostitutas muitas vezes se utilizavam de códigos visuais para se destacarem e atrair clientes. A cor vermelha, com seu brilho intenso e conotações de paixão e desejo, tornou-se uma das cores mais emblemáticas para essa profissão.

O vermelho tinha múltiplos significados: era uma cor de atração e visibilidade, destacando-se nas vestimentas das mulheres que desejavam chamar a atenção em ambientes como bordeis e ruas movimentadas. Além disso, o vermelho estava associado ao perigo e à transgressão, refletindo a marginalização social das prostitutas e o fascínio que elas exerciam sobre a sociedade da época. Essa cor também carregava uma carga de sensualidade e erotismo feminino, atributos que estavam intimamente ligados ao trabalho das prostitutas nos bordeis do século XIX e XX.¹¹²

A cor vermelha não era apenas um sinal de profissão, mas também uma declaração de ousadia e independência em um período em que as mulheres, em geral, tinham poucos direitos e liberdades em uma estrutura de poder machista. As

¹¹² Horsley, William. *Prostitutes and Brothels in Victorian Society*. Routledge, 2011. p. 45-60.

prostitutas do século XIX, ao adotarem o vermelho, estavam, de certa forma, subvertendo as normas sociais e reivindicando para si uma forma de poder e agência sobre seus próprios corpos e vidas. Judith R. Walkowitz, em sua obra *City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in Late-Victorian London*, discute a simbologia das cores e a visibilidade das prostitutas na Londres vitoriana, destacando a importância da cor vermelha na construção da identidade dessas mulheres ousadas e transgressoras.¹¹³

A associação entre a cor vermelha e a prostituição também foi reforçada pela literatura e arte da época. Escritores e artistas frequentemente retratavam as prostitutas vestidas de vermelho, utilizando essa imagem para explorar temas de desejo, decadência e moralidade. Essas representações ajudaram a solidificar o vermelho como um dos símbolos de sexualidade transgressiva e de rebeldia contra as convenções sociais.

Figura 11 – *In the Salon at Rue des Moulins* (1894) – Henri de Toulouse-Lautrec (Retratos de prostitutas)



Disponível em: <https://arteref.com/arte-no-mundo/11-retratos-de-prostitutas-feitos-pelos-grandes-mestres-da-pintura/>. Acesso em: 26 de Jun. de 2024

Em suma, a cor vermelha desempenhou um papel significativo na vida e na representação das prostitutas do século XIX. Era uma cor de visibilidade e atração

¹¹³ WALKOWITZ, Judith R. **City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in Late-Victorian London**. University of Chicago Press, 1992, p. 21.

social, carregada de simbolismo social e cultural, que refletia tanto a marginalização quanto a ousadia dessas mulheres em uma época dominada pelo machismo.

O pau-brasil, portanto, não apenas contribuiu para a economia colonial brasileira, mas também teve um impacto duradouro na moda e nas práticas culturais europeias. A extração do pau-brasil e a produção de tecidos vermelhos simbolizam uma era de intercâmbio cultural e econômico entre o Brasil e a Europa, deixando um legado que perdurou mesmo após a transição para corantes sintéticos no final do século XIX. As técnicas de tingimento evoluíram, mas o apelo da cor vermelha permaneceu constante, refletindo seu poder simbólico e estético.¹¹⁴

A transição para corantes sintéticos, iniciada em 1856 com a descoberta da mauveína por William Henry Perkin, eventualmente diminuiu a dependência de corantes naturais como o extraído do pau-brasil. No entanto, a importância histórica e cultural do pau-brasil e do corante vermelho que ele produzia não pode ser subestimada. A história do pau-brasil é um lembrete da complexa rede de comércio e troca cultural que moldou o mundo moderno, e da maneira como os recursos naturais podem ter impactos profundos e duradouros na sociedade e na cultura.

Em suma, a cor vermelha e o pau-brasil são elementos significativos na história das roupas e dos corantes naturais. A valorização da cor vermelha, em especial aquela derivada do pau-brasil, ressalta a importância desta árvore não apenas como um recurso econômico, mas também como um símbolo de intercâmbio cultural e de prestígio social durante o século XIX. A história do pau-brasil e do corante vermelho é uma história de exploração, comércio, e cultura, que continua a ressoar na memória coletiva e na moda contemporânea.

¹¹⁴ KLEIN, Herbert S. *A Economia Colonial Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 25-30.

2- “A planta da Coroa”: Legislação e normas gerais sobre a extração do pau-brasil no Império

. Nos capítulos anteriores, discutimos como o Brasil, mediante o pagamento de uma pesada multa indenizatória, arrendou a exportação e comercialização de pau-brasil aos interesses ingleses sediados em Londres. Segundo o historiador Arrighi o Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX.¹¹⁵

Em vista disso, no século XIX Londres era a capital mundial financeira e comercial, além de ser um grande polo industrial em plena Segunda Revolução Industrial, que se desenvolvia ao longo do século XIX.

“Ao mesmo tempo, o regime britânico unilateral de livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha. Esta se tornou o “mercado” mais conveniente e eficiente para obter meios de pagamento e de produção e para colocar produtos primários.”¹¹⁶

Segundo Bernardino de Sousa, o estanco do pau-brasil, era em suma um sistema de monopólio estatal, O regime do pau-brasil não se modificou bruscamente no século XIX, mas continuou a ser monopólio real e assim vingaria todo o período colonial até 1822. Depois disso, permaneceu ativo agora sob a tutela da coroa brasileira de 1822 até 1875. Portanto, durante cinquenta e três anos, o Brasil manteve o controle sobre a extração e comercialização do pau-brasil. Somando-se esse período aos séculos anteriores de exploração, temos mais de três séculos e meio de exploração intensa dessa árvore.

É importante notar que a historiografia brasileira superou uma perspectiva limitada sobre a história econômica do Brasil. Anteriormente, essa história era frequentemente interpretada como uma sequência de ciclos de produtos, como o açúcar e o café, vistos em trajetórias circulares de nascimento, auge e declínio. Segundo Carvalho, essa maneira de enxergar as coisas resultou em reducionismos problemáticos, pois ignorava a existência de “complexos econômicos” além da mera exportação de alguns produtos. Por exemplo, a economia nordestina, mesmo durante o auge da exportação de açúcar, nunca foi exclusivamente açucareira.¹¹⁷

¹¹⁵ ARRIGHI, 2019. p. 52.

¹¹⁶ ARRIGHI, 2019. p. 169.

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **História do Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015. p. 183.

“Durante algum tempo, a economia nordestina foi definida pela tríade latifúndio, trabalho escravo e monocultura. Essa imagem está, porém, longe de representar até mesmo a economia açucareira. Um quadro mais sucinto, e por isso mesmo mais exato dessa realidade, deverá levar em conta a vasta complexidade típica do engenho açucareiro quanto a diversidade nas atividades auxiliares, complementares e de apoio, conformadoras de complexa divisão de trabalho.”¹¹⁸

O pau-brasil, sendo uma espécie nativa da Mata Atlântica, foi uma das primeiras riquezas naturais exploradas pelos colonizadores portugueses a partir do século XVI. Sua madeira vermelha era altamente valorizada na Europa, especialmente para a produção de corantes e na fabricação de móveis e instrumentos musicais. Durante os séculos XVI e XVIII, a extração do pau-brasil foi extremamente lucrativa e relativamente abundante, gerando considerável riqueza para a Coroa Portuguesa.

Entretanto, no século XIX, a situação mudou se comparado aos primeiros séculos de exploração, tendo em vista que essa atividade se inseria agora na divisão do trabalho como uma atividade auxiliar nos rendimentos do grande empreendimento açucareiro no Brasil. O estanco do pau-brasil passou a enfrentar sérios desafios devido à sobre-exploração e à consequente escassez da árvore. A devastação das florestas e a falta de políticas sustentáveis de manejo florestal levaram à redução significativa das populações de pau-brasil.

Segundo Jason W. Moore A industrialização nas áreas de fronteira, caracterizada por práticas extrativas e agrícolas sob a constante acumulação de capital, resultava não só em uma degradação ecológica contínua nessas regiões, mas também impulsionava a expansão capitalista e suas recorrentes oscilações.¹¹⁹

Em vista disso, a crescente industrialização e a busca por novos materiais e corantes sintéticos diminuíram a dependência do pau-brasil, reduzindo assim a sua importância econômica no mercado mundial de corantes.

A decisão do Brasil de arrendar a exportação do pau-brasil aos interesses ingleses refletia uma tentativa de manter alguma forma de controle e lucratividade em um mercado cada vez mais competitivo e em transformação. No entanto, a

¹¹⁸ Ibidem. p. 187.

¹¹⁹ História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX) [recurso eletrônico] / organização Leonardo Marques, Alexsander Gebara. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 46. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/historiadasmmercadorias/index.html> . Acesso em: 20/06/2024

exaustão dos recursos naturais e a concorrência com novos produtos acabaram por enfraquecer ainda mais o comércio do pau-brasil.

Assim, o estanco do pau-brasil, que outrora foi um dos pilares da economia colonial brasileira, já mostrava sinais claros de declínio e desgaste no século XIX. Este período final do monopólio marcou o encerramento de uma era de exploração intensa e, em muitos aspectos, predatória dos recursos naturais do Brasil.

Quanto a essa exploração o historiador Bernardino de Sousa destaca que:

Esta importância do pau-brasil, da sua exploração e comércio assim revelada no primeiro século, não diminui nos dois séculos seguintes, apesar de já estarmos em pleno período de colonização agrícola, já na era dos engenhos e da exploração do açúcar. Esta nova exploração não produziu o abandono da exploração do durante toda nossa história colonial, não obstante desenvolveu-se ambos quase dentro da mesma área geográfica – a extensa região de costas, que vai do litoral de Cabo Frio ao do Rio Grande do Norte, tendo como centro Pernambuco.¹²⁰

Após 1822, mesmo durante o meio século de administração brasileira, o pau-brasil ainda manteve um espaço relativamente significativo entre as principais praças comerciais de corantes naturais no mercado europeu, pois os corantes artificiais ainda não haviam sido descobertos. Para tingir os diversos produtos consumidos no mercado mundial, era necessária uma grande quantidade de madeiratintorial, sendo o pau-brasil uma das principais fontes para suprir esse mercado.

Como discutido anteriormente, existia a ideia de que havia diferentes tipos de pau-brasil nas matas brasileiras, cada um produzindo um corante de qualidade e coloração diferentes, e, portanto, com preços distintos. As matas litorâneas da atual região Nordeste do Brasil eram conhecidas por abrigar o melhor pau-brasil para fins de extração e comercialização. Bernardino de Sousa descreve que na província da Bahia existia o pau-brasil-douradinho, o mais precioso, caracterizado por folhas muito miúdas e presença de espinhos.¹²¹

Além da Bahia, segundo uma edição do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 1843, o pau-brasil douradinho também era encontrado nas províncias de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dessa forma, essa região

¹²⁰ SOUZA, Bernardino José de. **O pau-brasil na história nacional**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939. p. 4.

¹²¹ Ibidem. p. 21.

nordestina, ao longo de toda sua costa leste, acabou possuindo o melhor pau-brasil existente para exportação comercial após a independência do Brasil.

“O pau-brasil pernambucano, de tão vermelho, parece que dava para duas tinturas, ao invés de uma só. No final do período colonial, o único porto a ainda exportar pau-brasil era o de Recife.”¹²²

Contudo retomo mais uma vez a atenção do leitor para o fato de que o nome “pau-brasil” no século XIX se destinava a nomear vários outros tipos de paus-de-tinta existentes no Brasil, ideia essa que já foi debatida anteriormente nesta pesquisa. Afim de demonstrar esse fato exponho logo abaixo uma manchete curiosa publicada em 1829 no jornal pernambucano “O Amigo do Povo”.

“Dizem, que a tempos foi descoberto na Paraíba huma segunda espécie de pau Brasil, que tem a casca branca, e em Olinda huma terceira espécie, que tem a casca negra, porem ambos dão tinta roxa. Quão admirável he Deus nas suas obras!”¹²³

Com a Proclamação da Independência, o governo central, ciente dessa riqueza, declarou o pau-brasil como patrimônio nacional, estabelecendo seu comércio e exploração como monopólio do Estado. Essa atividade extrativista permaneceu monopolizada até 1859, quando a Lei nº 1040, de 14 de setembro, aboliu o estanco. Sousa constatou que o pau-brasil figurou em destaque nos Orçamentos da Monarquia e nos balanços do Tesouro até 1875, depois desaparecendo entre outras madeiras de exportação.¹²⁴

De 1822 a 1859, o período em que o pau-brasil foi monopólio nacional passou por três fases:

- 1º Fase - O corte por particulares, que entregavam a madeira ao governo mediante indenização pelo serviço realizado.
- 2º Fase - O corte por contratadores, que arrematavam a exploração em hasta pública.
- 3º Fase - O corte pelos proprietários dos terrenos onde o pau-brasil era produzido (Lei nº 243, de 30 de novembro de 1841).

¹²² CABRAL, 2019. p. 269.

¹²³ O Amigo do Povo (PE), Recife, Edição 14, 29 de agosto de 1829. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=815861&pagfis=59>. Acesso em: 30/06/2024

¹²⁴ SOUZA, 1939. p. 126.

A primeira fase teve início com a provisão de 18 de fevereiro de 1825. Contudo, esse sistema colonial não produziu os resultados esperados, gerando assim abusos que o Ministro da Fazenda, Bernardo de Pereira de Vasconcelos, reclamou em 1832.

“E se a nação pode ter nele também uma fonte permanente de rendimento, porque desprezá-la? Porque deixar em abandono, e até mesmo concorrer para a extinção de suas matas? Deverá a Natureza lutar sempre contra os nossos prejuízos? Senhores prestai vossas atenções a este objeto, que delas me parece digno.”¹²⁵

A terceira fase começou em 1841, com o objetivo de coibir os abusos relativos ao contrabando que persistem mesmo após tentativas de regulamentação do pau-brasil pelos decretos do governo central. Esta regulamentação se aliava ao "Regimento Régio do pau-brasil", herdado do período colonial brasileiro, que permaneceu parcialmente em vigor após a independência do Brasil.

“O corte do pau-brasil será unicamente feito pelos proprietários dos terrenos que o produzem. O governo fica autorizado a pagá-lo até a quantidade de 8\$000 o quintal.”¹²⁶

Em 1842 Para regulamentar melhor essa exploração extrativista na questão de avaliação do tipo e qualidade do pau-brasil, criou-se o “Regulamento sobre corte de pau-brasil” nele foram impostas as seguintes regras, são elas:

“Art. 1º - O corte de pau-brasil nas províncias em que for permitido pelo governo, será unicamente feito pelos proprietários dos terrenos que o produzem, conforme as exigências das Tesourarias.

Art. 2º - No caso, porém que o proprietário recuse encarregar-se do corte, sendo pela Tesouraria a que se faça, esta depois de receber dele reposta negativa, ou nenhuma, dentro de um prazo razoável, que lhe será marcado, poderá encarregar o mesmo corte a quem se propuser a fazê-lo com mais vantagem em favor da Fazenda Nacional.

Art. 3º - Nos terrenos devolutos é permitido o corte a quaisquer pessoas, que forem para isso devidamente autorizadas pelas Tesourarias respectivas.

Art. 4º - O Tribunal do Tesouro, sobre propostas e informações das Tesourarias, poderá elevar o preço atual do corte de pau-brasil até ao máximo marcado na lei.

Art. 5º - As pessoas que se propuserem ao corte, assinarão termo por si, ou seu procurador, em que se deverá declarar o preço de cada quintal, e a quantidade que se obrigarão a cortar, sujeitando-se expressamente a não trazerem para o depósito senão pau-brasil de superior qualidade, pena de lhe ser rejeitada e queimada a porção que for qualificada como inferior. E prestarão além disto fiança idônea, salvo se forem proprietários dos terrenos.

Art. 6º - um dos feitores da Mesa do Consulado, nomeado pelo inspetor da Tesouraria, será incumbido de examinar a qualidade do pau-brasil trazido

¹²⁵ Ibidem. p. 130.

¹²⁶ SOUZA, 1939, p. 130.

pelos carregadores do corte, e rejeitará todo que não for de superior de qualidade. Vencerá por este trabalho uma gratificação marcada pelo Tribunal do Tesouro sobre proposta do inspector da Tesouraria: e quando se verifique de má qualidade o pau-brasil recebido pelas Tesourarias, e remetido para a Europa, o referido feitor será por isso responsabilizado.

Art. 7º - No fim de cada trimestre o inspetor da Tesouraria remeterá ao Tesouro Público um mapa assinado pelo feitor nomeado, declarando os nomes dos proprietários, ou outros encarregados do corte do pau-brasil, o preço e quantidade a que se obrigarão, as porções que tiverem trazido ao depósito, as rejeitadas e queimadas, as embarcadas para a Europa, o nome do navio, o seu destino, e finalmente o estado do depósito.¹²⁷

O extenso e minucioso regulamento referente ao estanco do pau-brasil proporciona um controle preciso sobre essa atividade. Seus registros detalhados tinham objetivos bem definidos para as autoridades governamentais: fornece recursos ao governo central por meio das Tesourarias, identificar as regiões onde ocorria o corte de pau-brasil no império, conhecer os responsáveis por essa atividade extrativista e calcular as quantidades de pau-brasil enviadas aos depósitos das Tesourarias. Dessa forma, é seguro afirmar que, em caso de desvios nessa atividade, o governo brasileiro teria conhecimento dos indivíduos provavelmente envolvidos, graças à compilação desses dados pelos órgãos governamentais do império. Esse rigoroso controle era essencial para garantir a ordem e a gestão adequada dos recursos naturais explorados.

Contudo, apesar de tanto controle e normatização no estanco do pau-brasil, José Murilo de Carvalho nos chama atenção para se observar um aspecto importante na administração imperial do governo brasileiro, que o poder nem sempre se exerce apenas pelas decisões tomadas, mas também pelas não-decisões. De modo que um possível “corpo mole” por parte das autoridades locais em se fazer um controle mais rígido no estanco do pau-brasil seria devido ao envolvimento de figuras políticas locais importante para com o governo, onde o seu apoio político seria crucial para se manter estável politicamente na região.¹²⁸

Sobre essa tolerância do governo central a possíveis práticas transgressoras no estanco do pau-brasil o historiador Tiago Gil descreve que:

“No Estado do Brasil, a dificuldade era ainda maior. Havia uma necessidade contínua de negociar a autoridade com os poderes locais para manter a unidade do império. Deste modo, a Coroa dependia, significativamente, da atuação das elites locais na defesa territorial, com seus recursos humanos e

¹²⁷ SOUZA, 1939, p. 131.

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51

bélicos. Por outro lado, essa circunstância forçava o centro a conceder regalias às elites locais, como certa autonomia e a tolerância a determinadas práticas.”¹²⁹

Ainda segundo Tiago Gil, esse tipo de relação entre a elite local e a Coroa, é uma característica da formação do Estado moderno, tanto no caso português quanto na formação de outros impérios. Essas variações tendiam a se nortear entre as elites locais se capitalizarem nas suas relações com os poderes centrais, e desta simbiose se garantir o apoio mútuo.

Para se ter uma ideia do cuidado e atenção que o governo central tinha para com as suas reservas florestais de pau-brasil nas províncias do norte, trago como referência uma manchete de 1838 do jornal carioca “*Correio Official: In Medio Posita Virtus (RJ)*”, onde se institui uma espécie de fiscal para se vigiar as ricas matas de pau-brasil da cidade de Mamanguape na costa da província da Paraíba do Norte.

“Aprovando a resolução tomada pela Thesouraria, para que seja nomeado hum individuo, mediante a gratificação de 400\$ réis annuaes, a fim de, no Município de Mamanguape, vigiar, e por todos os meios a seu alcance evitar a destruição que sofrem as matas de páo Brasil, e o contrabando que delle se faz; promovendo por todos os meios legítimos a punição dos que, a despeito dos interesses nacionais, por semelhante modo transgridem as leis, e ordens em virgor.”¹³⁰

Mas retomando ao assunto do estanco do pau-brasil, outro ponto curioso era a forma como eram escolhidos os feitores e como era avaliado os toros de pau-brasil.

Art. 1º – O exame do pau-brasil, que pelo art. 6º do Regulamento de 11 de janeiro de 1842 é feito por um feitor, nomeado pelo inspetor da tesouraria, será feito d’ora em diante por dois feitores, da mesma maneira nomeados.

Art. 2º - Estes feitores poderão, se assim julgarem necessário, convocar a pessoas práticas no conhecimento daquele gênero, para consultarem, e firmarem sua opinião.

Art. 3º - Se não obstante todos estes esclarecimentos, não houver acordo entre os dois feitores sobre a qualidade do gênero, desempatará os votos o administrador do Consulado.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.”¹³¹

Após a análise sobre o tipo e a qualidade do pau-brasil, deu-se início aos trabalhos intrincados de corte, condução e armazenagem dessa madeira de valor

¹²⁹ GIL, Tiago. **Infiéis e Transgressores**. Editora UFMG, 2020. p. 40.

¹³⁰ Correio Official : In Medio Posita Virtus (RJ) - 1833 a 1841, Rio de Janeiro, edição 4, 5 de janeiro de 1838. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749443&pagfis=5347>. Acesso em: 30/06/2024

¹³¹ SOUZA, 1939, p. 132.

tintorial incomparável. A operação de corte do pau-brasil abrangia uma série de atividades que demandam a expertise de diferentes trabalhadores. Os "derrubadores" eram encarregados de derrubar as árvores, enquanto os "desbastadores" ou "falquejadores" cuidavam do preparo inicial dos troncos. Os "serradores" assumiram a tarefa de transformar os troncos em toras utilizáveis. E havia ainda aqueles que, frequentemente, carregavam os toros nos ombros até os pontos de acesso dos carros de transporte.

Uma vez cortado o pau-brasil nas densas matas, os trabalhadores o preparavam em toros no próprio local. Esses toros eram então transportados, geralmente em carros de bois, até os pontos de embarque nos portos. Esse método de transporte, conforme descrito por Bernardino de Sousa, perdurou desde os tempos coloniais, destacando a tradição e a eficiência desse processo ao longo do tempo.

Os "Diálogos das Grandezas do Brasil" (1618), compilados na obra de Bernardino de Sousa, oferecem uma visão detalhada e didática sobre como se deu a exploração meticulosa do pau-brasil durante o período colonial, revelando não apenas a técnica e o trabalho árduo envolvidos, mas também a importância econômica e histórica dessa madeira para o Brasil e o mundo à época.

"O modo é este: vão-no buscar doze, quinze, e ainda vinte léguas distantes da capitania de Pernambuco, aonde há o maior concurso dele; por que se não se pode achar mais perto pelo muito que é buscado, e ali, entre grandes matas, o acham, o qual tem uma folha miúda e alguns espinhos pelo tronco; e estes homens ocupados neste exercício, levam consigo para a feitura do pau muitos escravos de Guiné e da terra, que, a golpes de machado, derribam a árvore á qual, depois de estar no chão, lhe tiram todo o branco; porque no âmago dele está o brasil, e por este modo uma árvore de muita grossura vem a dar pau, que não tem maior de uma perna; o qual, depois de limpo se ajunta em rumas, donde o vão acarretando em carros por pousas até o porem nos passos, para que os batéis possam vir a tomar."

¹³²

Durante o período colonial brasileiro, a exploração do pau-brasil foi uma atividade crucial para a economia. Essa árvore, de grande porte e tronco robusto, continha um valioso segredo em seu interior: a brasilina, substância responsável por sua cor avermelhada, muito apreciada na Europa para tinturaria.

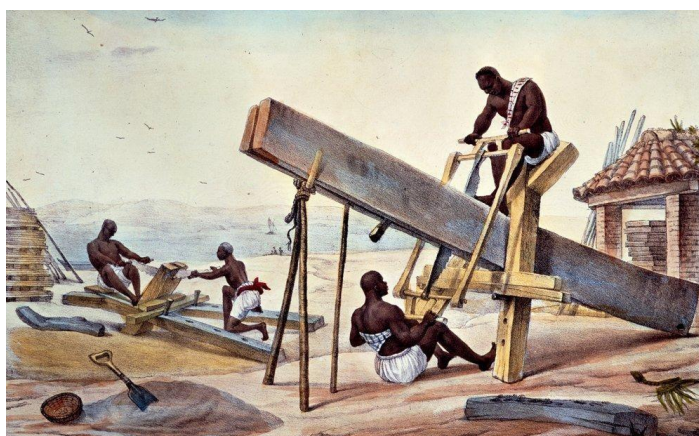
O processo de extração da brasilina não era simples. Primeiramente, era necessário derrubar a árvore. Em seguida, o tronco era desbastado e rachado

¹³² SOUZA, 1939. p. 38.

meticulosamente para alcançar o "miolo", a parte onde a brasilina estava concentrada. Esse miolo, muitas vezes com a espessura comparável à de uma perna humana, era o que interessava aos comerciantes e tintureiros.

Um aspecto crucial desse processo era o uso da mão de obra cativa. Os cativos eram empregados em diversas atividades nas propriedades, e a exploração do pau-brasil exigia trabalhos árduos e pesados. É interessante notar que a disponibilidade dessa mão de obra poderia variar de acordo com a época do ano. Por exemplo, durante a entressafra da cana-de-açúcar, período em que os engenhos de açúcar estavam menos ativos, os proprietários de terras buscavam diversificar suas atividades econômicas, incluindo a exploração do pau-brasil para aumentar seus ganhos.¹³³

Figura 12 – Lenhadores Escravos, de 'Voyage Pittoresque et Historique au Bresil' Jean Baptiste Debret.



Disponível

em:

<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Jean-Baptiste-Debret/90640/Lenhadores-Escravos,-de-%27Voyage-Pittoresque-et-Historique-au-Bresil%27,-gravada-por-Thierry-Freres,-1835.html>

Um ponto notável a ser observado é o registro feito pelo pintor Debret em uma de suas numerosas pinturas iconográficas: a habilidade dos cativos na carpintaria. Eles demonstram um talento notável no manejo da madeira naval na baía do Rio de Janeiro. Essa habilidade chamou a atenção de um dos mais renomados pintores da época, levando-o a reproduzir esse momento em uma de suas obras privadas. Assim, baseando-se nesse exemplo, não seria surpreendente encontrar cativos com grandes habilidades no corte e desbaste das árvores de pau-brasil nas matas brasileiras. No século XIX, a instituição escravista permeia uma

¹³³ SCHWARCZ, Lilia Moritz; Starling, Heloisa M. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 61-65.

variedade de ofícios remunerados, explorando amplamente a mão de obra africana negra em diferentes áreas de atuação.

A exploração intensiva do pau-brasil foi um dos primeiros capítulos da história de exploração econômica do Brasil colonial, destacando assim a importância dos recursos naturais e do trabalho escravo na formação da economia portuguesa da época.

“Alviano: Não deve de dar pequeno trabalho o fazer esse pau por esse modo; e se o proveito não é muito ficará sendo cara a mercadoria.

Brandonio: Sim, dá grande proveito; porque há muitos homens destes que fazem brasil, que colhem em cada um ano a mil e a dois mil quintais dele, que todos acarretam com seus bois; e depois postos no passo o vendem por preço de sete e oito tostões o quintal, e as vezes mais, no que vêm a granjear grande cópia de dinheiro, e por este modo se tem feito muitos homens ricos.”¹³⁴

Na era colonial brasileira, a extração do pau-brasil foi uma atividade central que moldou a economia e as relações sociais da época. Embora a maioria dos relatos históricos se concentre na utilização da mão de obra escravizada para essa atividade, é plausível considerar que trabalhadores livres também desempenharam um papel significativo na extração dessa valiosa madeira. A falta de fontes diretas que abordam o emprego de trabalhadores livres no corte do pau-brasil não significa necessariamente sua ausência nessa atividade. A existência de contrabando de pau-brasil em áreas remotas e não vigiadas pelo governo local sugere uma operação mais ampla e complexa, possivelmente envolvendo diferentes tipos de trabalhadores.¹³⁵

A região nordeste do Brasil era particularmente rica em pau-brasil de alta qualidade. Testemunhos históricos, como os de Fr. Vicente do Salvador, destacam a abundância dessa madeira nas matas do rio Real, hoje linha divisória entre Bahia e Sergipe, e nas do rio Sergipe. Alagoas também era conhecida por sua concentração de pau-brasil, sendo chamada de "pau-de-pernambuco", indicando a importância dessa região no contexto do ciclo econômico do pau-brasil. As matas de Pernambuco desempenharam um papel crucial nesse estanco, fornecendo os maiores carregamentos de pau-de-tinta durante o período colonial, graças à sua abundância e qualidade superior em comparação com outras áreas da colônia.¹³⁶

¹³⁴ SOUZA, 1939. p. 39.

¹³⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. A Economia Colonial do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 45-67

¹³⁶ Ibidem.

Além disso, as matas da Paraíba e do Rio Grande do Norte até o cabo de São Roque também eram extremamente ricas em pau-brasil. Fr. Vicente relata a presença de mais de vinte navios franceses anualmente no rio Paraíba, conhecido também como São Domingos, para carregar pau-brasil, evidenciando o interesse estrangeiro nesse recurso. O porto de Búzios, no Rio Grande do Norte, também ficou marcado na história devido ao contrabando francês dessa valiosa madeira.¹³⁷

Esses relatos históricos nos mostram a importância do pau-brasil na economia colonial brasileira, seu impacto nas relações comerciais com outras nações e a complexidade das operações de extração, que envolviam não apenas a mão de obra escravizada, mas também possivelmente trabalhadores livres e redes de contrabando.

Discutindo ainda sobre o corte do pau-brasil, outros cuidados se fazem necessários para evitar certos “desperdícios” nessa atividade extrativista. Um desses cuidados era realizar o corte das árvores em estações do ano em que a planta estivesse com uma quantidade abundante de suco colorante, visando preservar sua capacidade de regeneração. O corte do tronco era feito entre quatro a cinco palmos da raiz, na esperança de que a planta pudesse voltar a crescer, refletindo a crença da época na renovação dos recursos naturais. Outro ponto importante era cortar apenas o pau-brasil de medidas e bitolas autorizadas pelos feitores, assegurando a qualidade do produto final. Além disso, era fundamental selecionar apenas o que fosse de boa qualidade e bem preparado, evitando que o lote perdesse valor nos mercados de leilões, especialmente os da Europa.¹³⁸

Esses cuidados revelam não apenas uma preocupação meramente econômica, mas também uma consciência ambiental muito incipiente, buscando assim equilibrar a exploração econômica com a preservação dos importantes recursos naturais.

2.1 Condução, armazenagem, embarque e destino.

No interior das densas matas, o pau-brasil era cortado seguindo regras rigorosas, respeitando medidas precisas e outras nuances importantes. Uma vez preparados os toros, o método mais comum de transporte era o uso de carros de bois. Em situações onde esse meio de transporte não estava disponível, os toros

¹³⁷ SOUZA, 1939. p. 48.

¹³⁸ SOUZA, 1939. p. 129.

eram carregados manualmente, ombro a ombro. Ao chegarem aos portos, eram depositados nos armazéns. Documentos da época fazem menção a esses armazéns, como o registro da Fazenda Pública de Pernambuco em 16 de maio de 1825, que concedeu aumento de ordenado ao fiel do armazém do pau-brasil. Esses armazéns eram considerados nacionais, administrados diretamente pela Fazenda, conforme estabelecido pelo artigo 60 do decreto de 30 de maio de 1836, conhecido como Regulamento das Mesas de Renda.

“Nas províncias em que se comprar pau-brasil por conta da fazenda Nacional, o seu recebimento, guarda e embarque fica a cargo das Mesas de consulado e de Rendas debaixo da inspeção das Tesourarias, havendo para esse fim os armazéns necessários, junto á Mesa, e próprios da Fazenda Nacional, se for possível, servindo-lhe de Fiéis os guardas das Mesa, os quais terão a respeito deles os mesmos encargos que os Trapiches e Armazéns de Ponte.”¹³⁹

Nos armazéns de estocagem de pau-brasil, conforme relatado por Bernardino de Souza, o pau-brasil passava antes por um processo de beneficiamento e qualificação pelos Feitores do Consulado. Os feitores separavam o material imprestável, seguindo ordens das autoridades competentes deste ramo. Além disso, era feita a marcação dos toros com as letras G.B. (Governo Brasileiro) nas suas cabeças, conforme determinado pela ordem de 6 de novembro de 1844, enviada por Manoel Alves Branco, então presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, em um ofício ao presidente da província da Bahia.

Contudo ao longo da história do estanco no pau-brasil que era administrado pelo governo brasileiro, houve casos excêntricos em que o “armazém do pau-brasil” da província se resumiu a um simples porão de uma casa.

[...]Faço a saber a junta da Fazenda da Província da Paraíba, que sendo presente a regência provisória o officio do seu presidente de 29 de Março do corrente ano, em que da parte do embarque de páo brazil determinado por provisão deste tesouro, é bem assim o ter destinado para depósito deste gênero, o armazém por baixo da каза do comandante da fortaleza do cabedello, que he da nação; manda a dita regência, em nome do imperador, aprovar a medida de haver removido o depósito do páo brasil, e que quanto ao que achou por acréscimo, o embarque por conta da fazenda, como fosse comprado.[...]¹⁴⁰

Neste caso em específico até 1831 o depósito de pau-brasil da província da Paraíba do Norte ficava embaixo da casa do comandante da fortaleza de Cabedelo,

¹³⁹ SOUZA, p. 133.

¹⁴⁰ Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ) - 1825 a 1831, Rio de Janeiro, edição 17, 11 de maio de 1831. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706744&pagfis=7608>. Acesso em: 30/06/2024.

e é no mínimo questionável o porquê de se estocar tão valioso gênero nacional em um local no mínimo “incomum” para a época, tendo em vista que esse monopólio deveria ser tratado segundo a lei pela provedoria local em um armazém oficial no porto, com todo rigor e controle contábil.

Mas dando continuidade ao assunto sobre administração do pau-brasil, logo após a qualificação e marcação nos armazéns, o pau-brasil era embarcado para a Europa, principalmente para Londres, onde ficava sob os cuidados da Casa de Negócios de Nathan Mayer Rothschild. Ângelo Moniz da Silva Ferraz também menciona em seu relatório de 1860 a existência de um depósito de pau-brasil em Londres, sob responsabilidade da Fazenda Nacional brasileira. Esse relato detalha a complexidade e a logística envolvida no comércio de pau-brasil na época, destacando também as relações comerciais internacionais e a importância de centros financeiros globais como Londres.¹⁴¹

Quanto aos cuidados que o governo brasileiro tem com esse gênero de exportação, temos aqui o testemunho da provisão de 18 de abril de 1828, assinada pelo então ministro da Fazenda Miguel Calmon Du Pin e Almeida.

“[sendo presente a S. M. o l. o estado de depreciação em que se acha o pau-brasil nos mercados da Europa, não só pelo uso que se vai fazendo de outras madeiras colorantes, mas principalmente pelas irregularidades e desleixos que se tem havido nas remessas feitas por essa Província, cujo pau-brasil, sendo alias de muito boa qualidade, chega a Europa em toros rachados e imperfeitos e até avariados pela água do porão dos navios...]¹⁴²

Foi evidente o descuido em alguns embarques de toras de pau-brasil enviadas à Europa. A falta de cuidado dos trabalhadores das Juntas prejudicava a qualidade do produto no mercado externo, já que essa madeira, altamente solúvel e usada como corante, perdia valor ao chegar avariada ou, em alguns casos, completamente sem valor comercial.

Diante disso, o governo brasileiro, buscando proteger um setor importante de sua economia, tomou medidas enérgicas. Foi elaborado um manual de regras de embarque, o qual foi enviado à Junta do Rio Grande do Norte como parte das ações para evitar a ruína desse ramo das rendas públicas.

1º - Que todo o pau-brasil que houver ainda de se meter para a Inglaterra na conformidade da provisão de 24 de dezembro do ano próximo passado, que

¹⁴¹ Ibidem, p. 133.

¹⁴² Ibidem. p. 133.

fica em todo o seu vigor com a aeração abaixo declarada, seja da melhor qualidade, em toros grossos, sem fendas ou rachas.

2º - Que cada um toro de pau-brasil seja devidamente marcado, não se devendo omitir de modo algum este importante solenidade, que muito contribui para o credito do gênero.

3º - Que não se remetam toros de árvores novas e delgadas, ou que não tenham chegado ao grau de maturidade que é mister.

4º - que todo o pau-brasil seja cuidadosamente embarcado e bem acondicionado a bordo dos navios, preferindo-se a antiga prática de arrumar os toros nas cobertas e entre sacas de algodão, e deixando-se absolutamente o uso de metê-los no porão dos navios em contato com a água salgada.

5º - Que todas as remessas de pau-brasil sejam feitas, de hoje em diante, ao ministro plenipotenciário e enviado extraordinário de S. M. I.; na corte de Londres, ou à sua ordem, ficando de nenhum efeito a prática até aqui observada de se remeter aos agentes do Banco do Brasil.¹⁴³

As novas regras de orientação para o embarque do pau-brasil foram não apenas adotadas pela Junta do Rio Grande do Norte, mas também foram enviadas e implementadas em outras juntas que possuíam armazéns nacionais para receber os toros preciosos provenientes das províncias do Norte. Essas medidas visam garantir um manejo sustentável do pau-brasil, uma vez que essa espécie foi historicamente explorada de maneira intensiva e, por vezes, predatória. É louvável observar o esforço das juntas em assegurar que essa madeira seja tratada de forma responsável e legal em todo o país.

Com base nos dados apresentados, podemos afirmar com segurança que o destino de exportação do pau-brasil, especialmente durante o período do Império brasileiro, estava fortemente vinculado à praça de Londres. Essa conexão direta se estabeleceu devido aos primeiros empréstimos externos que o Brasil fez naquela época, principalmente com os banqueiros ingleses, notadamente a família Rothschild.

“[A sua exportação fazia-se por conta do Estado e a sua venda estava a cargo da Fazenda Nacional nos países da Europa, principalmente na Inglaterra, aplicando-se durante alguns anos o seu produto ao pagamento da nossa dívida externa e depois a constituição dos fundos necessários para ocorrer às despesas dos agentes diplomáticos do Império nas diversas cortes da Europa...]”¹⁴⁴

¹⁴³ SOUZA, 1939. p. 134.

¹⁴⁴ SOUZA, p. 146.

Londres construiu e orientou a Inglaterra de A a Z. Seu peso, e sua desmesura fez com que as outras cidades europeias mau existam como referências econômicas de metrópoles regionais na Europa.¹⁴⁵

Ao analisarmos a lei de 15 de novembro de 1831, fica evidente que o governo imperial brasileiro consignou todo o produto de venda do pau-brasil para garantir o pagamento da dívida externa. O artigo 51 desta lei estabelecia que o corte do pau-brasil deveria continuar, com uma quantidade específica (24.000 quintais anuais) sendo destinada à exportação para a Inglaterra, onde era leiloadada para arrecadar receitas que seriam revertidas para o pagamento da dívida.¹⁴⁶

“Não é só: para um governo que, na frase exemplar de Miguel Calmon du Pin e Almeida, precisava “assegurar na Europa o nosso crédito e conservar ilibada a reputação de quem deve respeitar a justiça e guardar a fé dos contratos” (relatório de 1828), não bastava declarar a renda do pau-brasil destinada ao pagamento da dívida externa. Daí as suas preocupações na produção, no beneficiamento, qualificação de tão preciosa essência florestal.”¹⁴⁷

Essa prática de exportação do pau-brasil para Londres como forma de pagamento de empréstimos externos representa um capítulo significativo na história econômica do Brasil. Ela evidencia a dependência financeira do país em relação aos mercados internacionais, especialmente os britânicos, durante o período imperial.

No início do governo brasileiro pós-independência, houve esforços para negociar a venda de pau-brasil em Londres por meio dos agentes do Banco do Brasil. Isso é evidenciado pela provisão de 24 de dezembro de 1827. No entanto, com a falência dessa instituição em 1829, as tentativas de negociação direta se mostraram infrutíferas. Além disso, quando essas tentativas foram feitas, os valores obtidos estavam aquém das expectativas e não correspondiam aos preços de mercado.

Assim, diante do cenário desastroso, a iniciativa de negociar o pau-brasil sem o intermédio da casa de negócios dos Rothschilds, revelou-se insustentável. Para evitar danos ainda maiores, o governo brasileiro optou por delegar completamente essa empreitada aos negociantes ingleses, que possuíam maior expertise e conexões no mercado internacional.

¹⁴⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. Volume III: Os Tempos do Mundo.** Martins Fontes, 1997. P. 337

¹⁴⁶ SOUZA, 1939, p. 134.

¹⁴⁷ ibidem, p. 134.

Essa mudança estratégica reflete não apenas as dificuldades enfrentadas pelo governo brasileiro no início de sua independência, mas também a importância das relações comerciais com a Inglaterra e o papel dos intermediários na facilitação de transações internacionais complexas.

A partir de 1828, o comércio do pau-brasil assumiu uma nova dinâmica, com a consignação da madeira a um representante diplomático junto ao governo do Reino Unido. Essa mudança refletiu a evolução das relações comerciais do Brasil após a independência de Portugal em 1822. O pau-brasil, uma das primeiras e mais valiosas matérias-primas extraídas pelos colonizadores portugueses, continuou a desempenhar um papel significativo na economia brasileira do século XIX.

A decisão de consignar o pau-brasil a um representante diplomático em Londres tinha como objetivo otimizar as vendas e ampliar o alcance do comércio brasileiro no mercado internacional, em especial no ramo dos corantes naturais. Londres era um centro crucial para o comércio global na época, e a escolha dessa cidade como local de consignação refletia a importância estratégica comercial que o comércio externo tinha para o Brasil independente.¹⁴⁸

Esse sistema de venda adotado em Londres envolvia, em alguns períodos, o uso de leilões públicos. Os leilões eram uma prática comum no comércio internacional da época, permitindo que mercadorias valiosas, como o pau-brasil, fossem negociadas de maneira transparente e competitiva.

Além disso, a consignação do pau-brasil a um representante diplomático demonstra a importância das relações internacionais e da diplomacia na promoção dos interesses econômicos do Brasil no cenário global do século XIX. Essa estratégia não apenas facilitou as vendas do pau-brasil, mas também contribuiu para a inserção do Brasil no contexto econômico internacional da época.

Essa mudança no sistema de comércio do pau-brasil após os anos 1828 reflete a busca do Brasil por novas formas de impulsionar sua economia que era baseada na venda de seus recursos naturais, em um contexto pós-independência, marcado pela busca de autonomia e desenvolvimento econômico regional.

¹⁴⁸ SOUZA, 1939. p. 134.

3- “Um monopólio endiabrado”: contrabandistas em busca de pau-brasil no Império

Nos capítulos anteriores, observamos que o Brasil, por meio da mediação da Inglaterra, conseguiu negociar com Portugal o reconhecimento de sua independência mediante o pagamento de uma multa indenizatória significativa. A partir de 1825, os brasileiros puderam retomar suas negociações comerciais de commodities no mercado externo.

No entanto, é importante ressaltar que esse processo deixou o governo brasileiro em uma situação de extremo endividamento. Para financiar as despesas relacionadas à independência e às negociações com Portugal, o Brasil contraiu empréstimos substanciais com banqueiros ingleses. Essa dívida pesada colocou o país em uma posição financeira precária, com importantes consequências para sua economia e política interna. O pagamento dos juros e a amortização desses empréstimos tornaram-se um fardo considerável para o governo brasileiro, limitando sua capacidade de investir em desenvolvimento econômico e social.

Após a conquista da independência, o Brasil enfrentou desafios financeiros significativos, cujas repercussões foram de longa duração. A dependência de empréstimos estrangeiros colocou o país em uma posição de vulnerabilidade econômica, sujeitando-o às condições e interesses dos credores internacionais. Essa experiência ressalta a importância de uma gestão cautelosa das finanças públicas e da busca por formas mais sustentáveis de financiamento do desenvolvimento nacional.¹⁴⁹

Diante desse cenário desafiador, o jovem país independente se viu obrigado a administrar e otimizar suas riquezas nacionais para gerar receitas capazes de honrar os compromissos de pagamento das dívidas e juros dos empréstimos firmados, principalmente com a Inglaterra. Nesse contexto, o pau-brasil, enquanto estanco nacional exclusivo do Governo Central, desempenhou um papel crucial. Embora alienado em 1825 como parte do contrato de pagamento dos juros da dívida externa do Brasil para a Inglaterra, sua exploração continuou sendo regulada até 1859.

¹⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 89-102.

Essa regulamentação, herdeira do antigo regimento régio absolutista de 1605 do rei Felipe II, refletia um período de transição e contraste entre as práticas econômicas coloniais e o pensamento liberal emergente no Brasil do século XIX. Esse contexto histórico evidencia não apenas os desafios enfrentados pelo país após sua independência, mas também a necessidade de adaptação e modernização de suas políticas econômicas em meio a um ambiente de mudanças políticas e ideológicas.¹⁵⁰

O regimento de 1697, complementando as disposições anteriores, proibia qualquer proprietário de terras de cortar ou comercializar árvores de pau-brasil sem autorização expressa da coroa. No entanto, conforme revelado nesta pesquisa, após 1822, o governo brasileiro concedeu autorizações por meio de contratos públicos a grupos de empresários para o corte de pau-brasil. Esses empresários comprometem-se a entregar a madeira à junta da fazenda mais próxima, uma vez que a comercialização dessa matéria-prima era monopólio da Coroa.¹⁵¹

Em troca, o governo pagaria aos empresários uma quantia fixa por peso de quintal de pau-brasil cortado e transportado, com o preço inicial estipulado em 1822 em 3.000 reis por quintal. Esses valores variam conforme a qualidade e as dimensões especificadas nos contratos estabelecidos entre as partes. Esse arranjo refletia a tentativa do governo de explorar os recursos naturais do país de forma controlada e lucrativa, enquanto mantinha seu monopólio sobre a comercialização do pau-brasil.¹⁵²

Segundo o senador Manuel José de Sousa França (1780-1856), em seu discurso na assembleia constituinte de 1823, onde os senadores debateram sobre o corte do pau-brasil, ele descreveu uma prática que se tornou comum após 1822: grupos de cortadores/lenhadores de pau-brasil, compostos por vinte ou mais homens armados com machados, serrotes, equipamentos de arrasto e animais de tração, adentravam as terras de matas virgens, sejam elas públicas ou particulares, com o objetivo de cortar árvores de pau-brasil para o governo central. Estes grupos estavam respaldados por licenças de corte expedidas pelo Estado.

¹⁵⁰ SOUZA, 1939. p. 126.

¹⁵¹ SOUZA, 1939. p. 84.

¹⁵² **O Universal (MG)**. Ouro Preto-MG: ed 84, 25 de janeiro de 1828. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706930&pesq=&pagfis=1610>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

No entanto, quando o corte ocorria em terrenos de propriedade particular, tal ação causava indignação e revolta aos donos dos terrenos. Eles viam suas propriedades sendo "invadidas" e exploradas por pessoas "estranhas", o que gerava um sentimento de injustiça e intrusão por parte dos proprietários".¹⁵³

"Se V. S. tivera uma fazenda de lavoura onde por ventura houvesse esse vegetal e visse ali entrar vinte ou mais homens armados de machados a decerpar-lhe os matos della a título de o cortar, e extrair, dar-se-hia por contente? Não se indignaria contra a sorte que em suas terras fizera apparecer este principio do seo incomodo? Não se apressaria a desfazer-se delle, reduzindoá carvão todo quanto Páo Brasil ahi houvesse, para mais não ser inquietado na sua Fazenda? certamente que sim".¹⁵⁴

Do ponto de vista dos proprietários dos lotes particulares, tudo que estivesse presente em suas terras era considerado de sua propriedade e não do governo central. Apesar de o pau-brasil ser legalmente reconhecido como um dos gêneros privativos da Coroa desde o século XVI, na prática, os latifundiários não respeitavam a exclusividade de exploração dessa planta determinada pela coroa. Como forma de resistência ao governo, muitos deles optaram por eliminar completamente o pau-brasil de suas terras, seja através de queimadas ou recorrendo ao contrabando dessa madeira, livrando-se assim de um "grande estorvo".

Segundo Thiago Alves Dias, as perseguições e punições para aqueles que desrespeitam os termos de exclusividade do pau-brasil eram frequentes e rigorosas. No entanto, mesmo diante do risco de punição, alguns proprietários arriscavam-se na empreitada de contrabandear essa madeira, evidenciando a persistência de interesses individuais sobre as leis e regulamentos estatais.¹⁵⁵

A notícia veiculada pelo periódico fluminense *Shylpho* em 1823 sobre a enorme apreensão de pau-brasil no engenho Capanema, próximo à Baía de Todos os Santos, na província da Bahia, em seis de maio daquele ano, representa um significativo registro histórico desse período. Essa apreensão destaca a intensa atividade de exploração ilegal do pau-brasil na época, ilustrando os esforços das autoridades para combater o contrabando e assegurar o monopólio estatal sobre esse importante recurso natural.

¹⁵³ **Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 63, 28 de agosto de 1823. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=161195&pagfis=656>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ DIAS, 2018. p. 3.

“O Meirinho da Provedoria comigo Escrivão do Meirinho do Juiz de Orfãos, nos dirigimos desta Villa ao Ingenho denominado Capanema por nos contar os herdeiros do capitão Mór Jeronimo da Costa e Almeida, e sendo ahi em prezença do Sargento Mór Joaquim Iguacio da Costa, e das mais testemunhas abaixo assignadas, procedemos a examinar no sobredito Ingenho se achávamos alguma madeira de pão Brasil; e passando nós Officiais a examinar achávamos duas senzalas occupadas com tóros do dito pão, aonde em huma se julga ter quatrocentos todos, poucos mais ou menos que nos foi dito ser este pão do capitão Mór Manoel da Silva Carahy e em outra senzala se julgou ter seiscentos todos, pouco ou mais ou menos, pertencentes ao falecido Capitão Mór Jeronimo da Costa e Almeida, cuja dita madeira deixávamos em seu ser no mesmo lugar, e o dito Meirinho intimou aos ditos herdeiros do falecido, que no dito pão não se destruíssem em couza alguma sem ordem de justiça”.¹⁵⁶

O ocorrido no engenho Capanema provavelmente refletia uma realidade comum em outras partes do império, onde a presença abundante de pau-brasil de qualidade, aliada à escassa fiscalização estatal, propiciava ocorrências similares de contrabando. Um aspecto relevante desse evento é a estratégia deliberada de ocultar todo o contrabando dentro das senzalas. É plausível que, por ordem dos senhores, os escravizados tenham sido responsáveis pela extração e armazenamento do contrabando, visto que, perante a lei, estavam proibidos de testemunhar contra seus senhores, o que inviabilizaria qualquer denúncia por parte deles.

Além disso, é interessante observar o possível envolvimento de importantes figuras políticas das elites locais nesse esquema de contrabando de pau-brasil. O fato de dois capitães-mores estarem envolvidos nesse caso sugere que parte da elite brasileira, seja da oposição ou do governo local, estava disposta a participar de negócios fraudulentos quando havia lucro envolvido.

A apreensão em Capanema é um dos exemplos clássicos da falta de controle do governo brasileiro em situações que envolviam figuras políticas locais importantes, seja essa falta de rigor intencional ou não. A ausência de fiscalização nesse ramo era tão alarmante que os proprietários de terras brasileiros eram frequentemente abordados pelos estrangeiros que estavam envolvidos no contrabando do pau-brasil, oferecendo propostas tentadoras para permitir o corte ilegal e o desvio dessa árvore pelos mais engenhosos meios.

“Mas o contrabando não teria prosperado, evidentemente, sem a cumplicidade dos mercadores locais e a corrupção das autoridades de

¹⁵⁶ **O Sylpho (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: Várias Edições, 1823, ed. 26, 1 nov. de 1823. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700436&pesq=&pagfis=99>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

vigilância. Se ele se desenvolveu a uma escala imensa foi, como diz J. Acarrias de Sérionne, porque “o imenso lucro desse comercio dá-lhe condições de suportar ao mesmo tempo grandes riscos e os custos da corrupção”.¹⁵⁷

Segundo o relatório do ministro da fazenda Martim Francisco Ribeiro de Andrada, publicado no Diário do Rio de Janeiro (RJ) em 1840, um dos motivos que contribuem para a prosperidade do contrabando de pau-brasil no império era o baixo valor pago pelo governo pelo "corte e condução" dessa árvore. Enquanto isso, os contrabandistas pagavam de duas a três vezes mais do que o valor médio aplicado pelo governo brasileiro. Portanto, do ponto de vista econômico, o contrabando de pau-brasil oferecia lucros generosos para os latifundiários, além de livrá-los de uma planta que só trazia problemas para quem a possuía em suas propriedades.¹⁵⁸

Com relação ao corte das árvores de pau-brasil, é importante considerar o contexto histórico do Brasil como uma nação que se desenvolveu sobre uma economia baseada na mão de obra africana negra e cativa. No século XIX, essa tarefa era majoritariamente realizada por escravizados, sob a supervisão de capatazes de confiança dos proprietários dos terrenos. Esses escravos, muitas vezes submetidos a condições de trabalho extremamente árduas, adentravam as densas matas em busca das árvores de pau-brasil para iniciar os trabalhos de corte e condução.

Em "O pau-brasil na história nacional", Bernardino José de Souza oferece um relato do século XVIII de Ambrósio Fernandes Brandão, que descreve vividamente o uso de escravos nessa atividade. Brandão detalha como os escravizados eram incumbidos de manejar ferramentas rudimentares, como machados e serrotes, para derrubar as árvores de pau-brasil, além de transportar o material extraído para locais de armazenamento ou para pontos de acesso onde seria embarcado para exportação. Esse relato destaca a brutalidade do sistema escravagista e a exploração desumana dos trabalhadores africanos, evidenciando a face sombria da história econômica do Brasil durante esse período.

“O modo é este: vão-no buscar doze, quinze, e ainda vinte léguas distante da capitania de Pernambuco, aonde há o maior concurso dele; porque se não se pode achar mais perto pelo muito que é buscado, e ali, entre grandes matas, o acham, o qual tem uma folha miúda e alguns espinhos

¹⁵⁷ BRAUDEL, 1997. p. 385.

¹⁵⁸ **Diário do Rio de Janeiro (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed. 125, 3 de junho de 1840. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=22939> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

pelo tronco; e estes homens ocupados neste exercício, levam consigo para a feitura do pau muitos escravos de Guiné e da terra, que, a golpes de machado, derribam a árvore á qual, depois de estar no chão, lhe tiram todo o branco; porque o âmago dele está o brasil, e por este modo uma árvore de muita grossura vem a dar o pau, que a não tem maior de uma perna; o qual, depois de limpo e se ajunta em rumas, donde o vão acarretando em carros por pousas até o porem nos passos, para que os batéis possam vir a tomar.”¹⁵⁹

O serviço de corte e condução de pau-brasil, que se estendia por vários dias, era não apenas árduo, mas também extremamente perigoso. Derrubar árvores de grande porte exigia não apenas força física, mas também extrema precaução, pois um movimento errado poderia resultar em acidentes fatais para os trabalhadores próximos. Cada árvore caída representava não apenas um desafio físico, mas também um risco iminente à segurança de todos os envolvidos.

Com machados afiados e serrotes, os lenhadores empreendiam o árduo trabalho de cortar cada árvore de pau-brasil, um processo meticuloso que demandava concentração e habilidade. Após o corte, os galhos eram separados do tronco e as folhagens removidas, deixando apenas o tronco pronto para o próximo estágio de processamento.¹⁶⁰

Uma atenção especial era dedicada ao tronco da árvore, cuja casca era cuidadosamente retirada para expor o núcleo, conhecido como "miolo", de onde seria extraída a valiosa brasilina. Esse processo exigia precisão para garantir a qualidade e a quantidade do material extraído.

Além do tronco, até mesmo as raízes das árvores eram alvo de exploração. Uma escavação ao redor da base da árvore expunha as raízes, que eram arrancadas e processadas para comercialização. Nada era desperdiçado nesse processo intensivo, com cada parte da árvore sendo aproveitada para obter o máximo lucro possível. Um registro do uso da raiz de pau-brasil se encontra no folhetim pernambucano “Sentinella da Liberdade na guarita de Pernambuco” edição 22 de 1823.

[...] Não há muitos dias passando por mim trez cavalos carregados com páo brazil, observei que todo era delgado e tortuoso, e perguntando por isso ao Matuto respondeo que era da raiz que dava melhor tinta. [...] ¹⁶¹

¹⁵⁹ SOUZA, 1939. p. 38.

¹⁶⁰ SOUZA, 1939. p. 45.

¹⁶¹ Sentinella da Liberdade na guarita de Pernambuco (PE) - 1823 a 1835. Pernambuco, edição 22, 18 de junho de 1823. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=759961&pagfis=68> Acesso em: 30/06/2024

No entanto, o descarte do material não aproveitável representava um desafio adicional. Para evitar evidências incriminatórias e possíveis investigações das autoridades, o restante da árvore, que não tinha valor comercial, muitas vezes era simplesmente abandonado no local ou queimado.

Por fim, toda a madeira extraída era transportada para depósitos clandestinos precários, onde aguardava o momento oportuno para ser contrabandeada e comercializada ilegalmente. Esse ciclo de exploração intensiva do pau-brasil não apenas causava danos irreparáveis ao meio ambiente, mas também revelava a brutalidade e a ganância por trás do lucrativo comércio ilegal dessa valiosa matéria-prima. O resultado final era um rastro de destruição em nome do lucro, de acordo com Freyre:

“[...]o colonizador foi um grande predador; destruiu impiedosamente a natureza, derrubando florestas à procura de ganho fácil[...]”.¹⁶²

3.1 Estratégias no Contrabando de Pau-brasil

As estratégias empregadas no contrabando de pau-brasil revelavam uma complexidade logística e um jogo de dissimulação para evitar a detecção pelas autoridades. A segunda parte do processo, que envolvia o transporte do material contrabandeado para o navio, era particularmente desafiadora, uma vez que levantar suspeitas poderia comprometer toda a operação.

Dependendo da distância entre os depósitos clandestinos de pau-brasil e o local de embarque do contrabando, os contrabandistas precisavam adaptar seus planos para se obter sucesso. Os portos oficiais do governo eram evitados devido à rigorosa vigilância das autoridades, o que levava os contrabandistas a buscar alternativas mais discretas em se fazer o descaminho.¹⁶³

Uma estratégia comum era marcar uma data específica para que uma embarcação estrangeira de longo curso ancorasse em uma praia remota. Nesse momento, iniciava-se o processo de retirada do pau-brasil dos depósitos clandestinos, com dezenas de toras, raízes e galhos sendo carregados em jangadas

¹⁶² FREYRE, 1989. p. 22

¹⁶³ Exposição do Estado da **Fazenda Pública** do anno de 1821 a 1823, pelo exm. Manoel Jacinto Nogueira da Gama. p.53. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000390/rmfazenda18211823/rmfazenda18211823.pdf>>.

estacionadas em um rio próximo. O transporte pelo rio oferecia uma rota mais discreta e menos monitorada pelas autoridades.

O carregamento das jangadas ocorria de preferência durante as "altas horas da noite", aproveitando o mar calmo e longe dos olhares curiosos. Ao chegar ao litoral, um navio do tipo Bergantim, com capacidade de lastro de até trezentas toneladas, aguardava para receber a carga contrabandeada.¹⁶⁴ A operação de transbordo envolvia uma equipe numerosa de oitenta a noventa homens armados, vulgarmente conhecidos como "espoletas", que forneciam todo o apoio logístico necessário.¹⁶⁵

Em algumas ocasiões, quando as jangadas chegavam cedo demais ou havia risco de exposição, o pau-brasil era enterrado na areia da praia para ocultá-lo até que um carregamento completo pudesse ser formado. Esse detalhe demonstra a meticulosidade e o planejamento por trás das operações de contrabando, ressaltando a criatividade dos envolvidos em contornar a vigilância das autoridades.¹⁶⁶

A notícia deste evento, apesar de seus esforços para se manter em sigilo, invariavelmente vazava, agitando cidades portuárias como Recife com a possibilidade de negociar pau-brasil com estrangeiros, dispostos a pagar preços muito mais elevados do que os estipulados pelo governo. Os mercadores locais viam nisso uma oportunidade imperdível e, sob o manto da noite, adquiriam clandestinamente a preciosa madeira, enquanto os lenhadores desafiavam as autoridades cortando árvores sem autorização, alimentando um mercado ilegal pulsante.

As ruas, normalmente serenas durante a noite, transformavam-se em cenários de atividade frenética e segredos sussurrados. Os contrabandistas compravam as cargas de pau-brasil dos comerciantes, porém com cautela extrema para evitar despertar suspeitas. Em meio à escuridão das vielas, negociações

¹⁶⁴ Bergatim era uma embarcação de bordo alto com propulsão a vela de 2 ou três mastros, com capacidade de lastro que variava de 150 a 300 toneladas. Disponível em: <<https://www.naufragiosdobrasil.com.br/guiaembarcacoes.htm>>.

¹⁶⁵ Exposição do Estado da **Fazenda Pública** do anno de 1821 a 1823, pelo exm. Manoel Jacinto Nogueira da Gama. p.53. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000390/rmfazenda18211823/rmfazenda18211823.pdf>>.

¹⁶⁶ **Jornal do Commercio (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 168, 26 de jun de 1843. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&hf=memoria.bn.br&pagfis=4957> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

secretas e transações ilícitas se desenrolaram, impulsionando uma economia subterrânea que desafiava as normas estabelecidas pelo governo.

Nesse ambiente carregado de segredos e urgência, cada transação era permeada por um risco palpável, criando um clima de suspense e intriga nas cidades portuárias. Ali, o desejo por lucro muitas vezes é eclipsado pelo temor das consequências legais, evidenciando a determinação dos envolvidos em explorar ao máximo as oportunidades oferecidas pelo contrabando de pau-brasil.¹⁶⁷

O pagamento pelo contrabando de pau-brasil raramente envolvia o uso de moeda circulante, devido à escassez de dinheiro na época. Em vez disso, os contrabandistas frequentemente recorriam à troca de outras mercadorias, especialmente o barril de pólvora e o chá inglês, itens amplamente procurados nos portos brasileiros. No entanto, essa prática acabou gerando problemas em algumas províncias, como Alagoas. Lá, o chá e os barris de pólvora se tornaram mais acessíveis do que nos grandes mercados portuários de Recife, em Pernambuco. Isso se deveu à abundância desses produtos, resultante do intenso contrabando de pau-brasil na região.

Essa dinâmica desequilibrada causou perturbações econômicas locais, com os preços das mercadorias sendo influenciados pela oferta abundante no mercado. Como resultado, mesmo em áreas afastadas dos centros comerciais mais movimentados, como Recife, os produtos contrabandeados eram facilmente adquiridos a preços significativamente mais baixos.

Esse fenômeno ilustra o profundo impacto do comércio ilegal de pau-brasil não apenas na economia regional, mas também nas práticas comerciais locais, revelando assim uma interconexão complexa entre o contrabando e o funcionamento do mercado em diferentes partes do país.¹⁶⁸

“O contrabando não he só feito pelas embarcações que sahem do Brazil tendo disso despachadas nas alfandegas, mas também por aquellas que vem da Europa, e não dão entrada nas alfandegas, despachando os seus gêneros por

¹⁶⁷ **Jornal do Commercio (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 191, 21 de julho de 1843. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pagfis=5073> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁶⁸ **Jornal do Commercio (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 168, 26 de jun de 1843. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&hf=memoria.bn.br&pagfis=4957> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

contrabando, e recebendo da mesma forma o páo-brazil".¹⁶⁹

A segunda opção dos contrabandistas, embora mais arriscada, envolvia a utilização dos grandes portos do império, que eram estritamente vigiados pela alfândega brasileira. Nesse cenário, o risco de detecção era ampliado devido às inspeções rigorosas nas embarcações que entravam e saíam dos portos, com fiscais atentos em busca de qualquer indício de contrabando ou sonegação de direitos.

Para contornar essas inspeções, os contrabandistas elaboravam planos meticulosos e engenhosos. Uma das estratégias mais comuns consistia em embutir o pau-brasil dentro dos barris de madeira de aguada vazios, falsamente declarados como contendo qualquer tipo de líquido, quando na verdade estavam repletos do precioso pau-de-tinta.¹⁷⁰ Outra artimanha incluía ocultar o pau-de-pernambuco nas pesadas caixas de madeira de açúcar de 300kg, estrategicamente posicionado o pau-brasil no fundo do caixote e cobrindo-o com uma camada de açúcar, iludindo os olhos desatentos dos fiscais.¹⁷¹

Além dessas táticas elaboradas, o suborno também desempenhava um papel significativo para facilitar o despacho dos navios com mercadoria contrabandeada. Alguns inspetores das alfândegas brasileiras, possivelmente coniventes com o contrabando, relaxavam em suas vistorias em troca de propinas pagas pelos contrabandistas. Essa colaboração corrupta entre funcionários públicos e contrabandistas não apenas compromete a integridade das instituições alfandegárias do império, mas também contribui para a perpetuação das atividades ilegais, alimentando um ciclo de corrupção e impunidade.¹⁷²

Outra estratégia para se contrabandear pau-brasil era furtar parte da carga dos navios de fretes. Isto acontecia quando o governo fretava uma embarcação para levar a carga das províncias para a Corte no RJ ou para a Inglaterra.

¹⁶⁹ **Jornal do Commercio (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 217, 18 de ago de 1840. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pagfis=5205> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁷⁰ **O Cruzeiro** : Jornal Político, Literário e Mercantil (PE). Recife-PE: ed 170, 03 de dez de 1830. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=778440&pesq=&pagfis=1733>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁷¹ **Imperio do Brasil**: Diário do Governo (CE). Fortaleza-CE: ed 02, N° 1 29 julho de 1823. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pesq=&pagfis=878>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁷² FRAGOSO, João. **Negócios e Poderes: o Comércio de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 158.

"Sobre o requerimento de H. Widerholett, Mestre da Escuna Americana denominada *Atalanta*, em que pedia que se lhe relevasse a falta de 185 arrobas e 8 libras, achada no pezo de 3 mil arrobas de Páo Brasil, que recebeo na *Torre d'Avila*, e transportou para esta Corte a bordo da referida escuna; e não achando o Mesmo Augusto Senhor dignas de atenção as razões produzidas pelo suplicante: Manda, pela secretaria de Estados dos Negocios da Fazenda, participar ao referido Juiz d'Alfandega, que Houve por bem conformase com o seo parecer, e Determinar que o Supplicante responda pela quantia de Páo Brasil recebida, ou prove legalmente os motivos justos da mencionada falta".¹⁷³

Para evitar tais abusos, o governo adotou medidas rigorosas para controlar o comércio de pau-brasil. Antes do carregamento da embarcação no Brasil, toda a carga de pau-brasil era meticulosamente orçada e pesada. No entanto, apesar dessas precauções, ainda ocorreram casos em que, ao chegar ao destino final, foi descoberta a ausência de uma determinada quantidade de pau-de-pernambuco após uma minuciosa conferência durante o desembarque.

Esses eventos revelam uma intrincada teia de conivência e cumplicidade entre latifundiários, contrabandistas e uma rede de apoio composta por funcionários públicos e privados. Essa aliança clandestina não apenas permitia a comercialização clandestina de pau-brasil, mas também representava uma verdadeira subversão dos esforços do governo para manter o controle sobre o comércio e a economia do império.

Apesar das medidas punitivas e das promessas de recompensas para quem denunciasses atividades ilícitas, a tentação do lucro fácil por meio do contrabando de pau-brasil continuava a prevalecer. Essa persistência era alimentada pelo desejo de contornar as restrições governamentais e pelas oportunidades de enriquecimento rápido oferecidas pelo comércio ilegal.

Quanto aos descaminhos existentes não só no estanco do pau-brasil, mas também em diversos outros tantos gêneros nacionais do império brasileiro, Tiago Gil traz uma reflexão sobre o contrabando existente no Brasil.

"O contrabando possuía um significado mais geral, perpassando todos os extratos da sociedade como uma forma de sobrevivência e reprodução da vida social. De todos os sujeitos identificados como contrabandistas, nenhum parecia manter uma dedicação exclusiva a este negócio. Eram lavradores, soldados, criadores de animais, oficiais da Coroa, negociantes, que se valiam do comércio ilícito como uma alternativa a mais para obter ganhos econômicos, relacionamentos ou outras benesses. Essa diversidade

¹⁷³ **Imperio do Brasil:** Diario do Governo (CE). Fortaleza-CE: ed 01, N° 88 21 abril de 1823. Disponível em: < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pesq=&pagfis=411> > Acesso em: 18 de nov. de 2022.

de empregos é uma característica de sociedades pré-industriais, como a que se está analisando.”

Assim, o contrabando de pau-brasil não era apenas uma questão de transgressão individual, mas sim um fenômeno profundamente enraizado em interesses econômicos, sociais e políticos mais amplos, que desafiavam as autoridades e minavam a integridade do sistema governamental.

“Percebe-se, assim, que o comércio ilícito era profundamente marcado pelas características de uma economia de Antigo Regime, baseada em redes de reciprocidade e no controle do mercado a partir de instâncias políticas e sociais, em uma sociedade fortemente hierarquizada e desigual. De sua parte, também o contrabando era responsável pela manutenção desta ordem, ao permitir que determinadas pessoas tivessem acesso a negócios vedados à maioria.”¹⁷⁴

3.2 Autoridades Coniventes com o contrabando de pau-de-pernambuco.

O envolvimento de autoridades e funcionários públicos do governo brasileiro no contrabando de pau-brasil representava uma séria ameaça aos esforços do governo para combater essa prática ilegal. Motivados por grandes quantias de subornos oferecidas pelos contrabandistas, esses indivíduos comprometeram a integridade das instituições governamentais e minaram os esforços para manter o monopólio estatal sobre o comércio da madeira.

“Em dias primeiros de Novembro do anno próximo passado chegarão a aquella Província huns contrabandistas com o fim de conseguir daquelle Excel. Presidente o embarque clandestino de 8000 quintaes de páo Brasil, e animando-se a propor-lhe este negócio, lhe offerecerão a quantia de 40 contos de réis, e a proteção de huma casa Ingleza em Londres no caso de se saber deste monopólio, como igualmente se por conta da mesma casa todas as despesas que se fizessem até se conseguir a abolição do crime. Aquelle Excel. Presidente indignado de huma tal proposição, e preferindo a conservação da sua honra a quantos interesses lhe sobreviessem, os mandou incontinentemente retirar daquela Província, e passou as mais terminantes ordens ao Tenente Coronel encarregado da policia, para que não perdesse de vista aquelles indivíduos até seu embarque; tomando igualmente outras enérgicas providências a fim de evitar similhante contrabando visto que aquelles contrabandistas tiverão a ousadia de lhe dizer que, como S. Ex. não annua, para o futuro sempre havião de encontrar cem quem celebrar o contrato, pois 40 contos de réis merecião a pena”.¹⁷⁵

O presidente da província, em particular, era frequentemente alvo das tentativas de suborno devido ao seu poder político considerável e às suas

¹⁷⁴ GIL, 2020. p. 56.

¹⁷⁵ **Imperio do Brasil: Diario Fluminense (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 08, N° 74, 28 set de 1826.

Disponível em: <

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706744&pesq=&pagfis=2054>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.>

responsabilidades na concessão de autorizações para o corte e fiscalização do pau-brasil nas matas da região. Além disso, o presidente tinha autoridade sobre as tropas de polícia, o que o tornava uma figura-chave no controle do contrabando.¹⁷⁶

Embora o suborno fosse uma estratégia comum usada para se garantir o apoio dos presidentes, nem todos estavam dispostos a se corromper. Um exemplo notável foi a recusa do presidente da província do Rio Grande do Norte, Manoel do Nascimento Castro e Silva, em novembro de 1825, diante de uma proposta tentadora. Apesar da grande quantia oferecida, Manoel do Nascimento rejeitou a oferta, demonstrando sua integridade e compromisso com o cumprimento da lei.¹⁷⁷

No entanto, houve casos em que presidentes de província não apenas aceitavam subornos, mas também se envolviam diretamente no contrabando de pau-brasil para satisfazer seus próprios interesses econômicos. Um exemplo emblemático foi o caso de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente de Pernambuco em 1824, considerado pelo governo brasileiro como o maior contrabandista pernambucano envolvido no contrabando de pau-brasil na região. Esse tipo de conduta comprometia gravemente a integridade das instituições governamentais e minava a autoridade do governo imperial.

“A estes interessantes detalhes, comunicados por huma pessoa eminentemente digna de fé, estabelecida no Recife há muitos anos, e em posição de conhecer, e apreciar os acontecimentos políticos, podemos acrescentar que sabe igualmente, e de boa parte que desde o principio de sua rebelião ate hoje, expedio para Europa, o prudente e avisadíssimo Carvalho, cinco navios carregados com bello páo Brasil á ser vendido por sua conta; de modo que com o produto d’estes carregamentos, ser-lhe-há fácil passar boa vida na França ou Inglaterra, admitindo todavia lhe seja possível salvar-se á tempo, o que certamente apresenta agora alguma dificuldade”.¹⁷⁸

Conforme o que consta nessa notícia deste periódico, foi durante a efervescência da Confederação do Equador, que a província de Pernambuco se tornou o epicentro de uma rebelião fervorosa contra o poder monárquico estabelecido. Com as leis do Império deixando de serem respeitadas, a região

¹⁷⁶ Mattos, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 123.

¹⁷⁷ **Imperio do Brasil: Diario Fluminense (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 08, Nº 74, 28 set de 1826. Disponível em: <

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706744&pesq=&pagfis=2054>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.>

¹⁷⁸ **Abelha do Itaculumy (MG)**. Rio de Janeiro-RJ: ed. 111, Nº 111, 24 de set de 1824. Disponível em: < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=778931&pesq=&pagfis=448>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

mergulhou em um estado de anarquia jurídica e social, onde o caos prevalecia e as autoridades imperiais lutavam para manter o controle.

Nesse cenário de instabilidade, o presidente da província, Carvalho, viu uma oportunidade de lucro pessoal ao explorar a fraqueza momentânea do Governo Central em fiscalizar o comércio do pau-brasil, uma das principais fontes de riqueza da região. Aproveitando-se da situação, Carvalho emitiu uma série de autorizações apressadas para o corte indiscriminado do pau-de-pernambuco, tanto em terras públicas quanto privadas da província.¹⁷⁹

Essa exploração desenfreada dos recursos naturais resultou em uma quantidade significativa de pau-brasil sendo ilegalmente remetida para o exterior, principalmente para Londres, onde havia uma demanda crescente por essa valiosa matéria-prima. Apesar de não termos números exatos, podemos estimar que, com base na capacidade de carga dos navios disponíveis na época, algo em torno de 1.500 toneladas de pau-brasil foram contrabandeadas sob o comando de Carvalho.

Essa quantidade volumosa de madeira exportada de foma ilegal equivaleria a toda a produção anual de pau-brasil do Império brasileiro no período de um ano. Se considerarmos o preço médio de mercado em Londres na época, aproximadamente 75 libras esterlinas por tonelada, Carvalho teria lucrado uma quantia substancial, estimada em cerca de 112.500 libras esterlinas.¹⁸⁰

No entanto, é importante ressaltar que esses números são apenas especulações, pois a falta de documentação precisa dificulta uma avaliação exata do volume e do valor do contrabando. Apesar disso, não há dúvidas de que Carvalho obteve uma fortuna considerável por meio desse esquema ilegal de exportação de pau-brasil de Pernambuco. Esse episódio sombrio da história ilustra não apenas a ganância individual de alguns líderes locais, mas também a fragilidade das estruturas de controle do Império diante de períodos de instabilidade política e social.

“Sendo presente a S.M. o Imperador o Officio Nº2. Que dirigio em data de 28 do mês passado, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, comandante em chefe do Exercito restaurador da Boa Ordem, na Província de Pernambuco, remetendo hum documento, que indica as diversas remessas de páo Brasil que, por ordem de Manoel de Carvalho Paes de Andrade,

¹⁷⁹ **Imperio do Brasil: Diario Fluminense (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: vol 07, Nº 100, 26 out de 1824.

Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/pdf/706752/per706752_1824_00004.pdf>

¹⁸⁰ SOUZA, 1939. p. 146-149.

intruso ex-Presidente de Pernambuco, se havião feito para diversos Portos estrangeiros”.¹⁸¹

Durante a tumultuada época da Confederação do Equador, o porto de Recife viu-se liberto das amarras que garantiam o monopólio do pau-de-pernambuco. Sob essa nova condição, é plausível que a província de Pernambuco tenha sido capaz de escoar sozinha todo o volume anual de 24.000 quintais de pau-brasil, uma cota reservada pelo Governo Central para todo o vasto território imperial. Esse aumento significativo nas exportações da valiosa madeira certamente teria atraído a atenção das autoridades locais e, principalmente, de figuras como Carvalho, que viam nesse momento de agitação uma oportunidade de lucro pessoal.

Diante da iminente derrota da revolução em Pernambuco, Carvalho, calculando que não haveria mais vantagens em permanecer na província, optou por fugir para a Inglaterra, levando consigo a fortuna acumulada através do contrabando de pau-brasil enquanto governava durante o tumulto revolucionário. Sua partida não só simbolizou o fracasso do movimento revolucionário na região, mas também marcou o êxito pessoal de Carvalho em enriquecer à custa do comércio ilegal.

Entretanto, os desafios financeiros não acabaram para o governo central após a supressão da revolta. As despesas militares relacionadas à repressão e à subsequente reconquista de Pernambuco foram significativas, exigindo fontes adicionais de financiamento. Nesse contexto, o governo viu-se obrigado a recorrer novamente ao comércio do pau-de-pernambuco, desta vez para angariar fundos que cobrissem não só os custos militares, mas também os gastos necessários para restabelecer a ordem na região e consolidar o controle imperial sobre a província rebelde.

“O Monopolio Nacional de Páo Brasil tem sido de grande auxilio ao Thesouro Publico. O nenhum escrupolo, ou desleixo de algumas Juntas de Fazenda, encarregadas da direção deste monopólio, e o abuso da permissão dada a certas Provincias, para que cortassem, e applicassem o Páo Brasil ao pagamento das dividas, que tivessem contrahido pela Revolução, enfartarão de máo produto o mercado da Europa, e deprimirão o credito, de que gozava este valioso objecto do nosso Commercio”.¹⁸²

¹⁸¹ **Imperio do Brasil**: Diario do Governo (CE). Fortaleza-CE: ed 04, N° 100, 26 out de 1824.

Disponível em: <

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pesq=&pagfis=2427>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁸² **Imperio do Brasil** : Diario da Camara dos Deputados (RJ). Rio de Janeiro-RJ: N° 28, p. 12, 11 jun de 1828. Disponível em: <

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749419&pesq=&pagfis=3164>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

O contrabando liderado por Carvalho, aliado às remessas anuais de pau-de-pernambuco pelo governo brasileiro, inundaram os mercados internacionais com uma quantidade massiva de pau-brasil entre 1824 e 1826. Esse excesso de oferta provocou uma queda acentuada no preço dessa commodity nos câmbios europeus, especialmente em Londres, onde o valor despencou de aproximadamente 75 libras esterlinas por tonelada para menos de 50 libras, representando uma desvalorização de quase um terço em seu valor de mercado.¹⁸³

A rápida e drástica desvalorização do pau-brasil teve profundas implicações para o Império Brasileiro. Com a receita proveniente do comércio do pau-brasil reduzida significativamente, o governo imperial enfrentou desafios financeiros substanciais. Além de cobrir os custos da dívida externa e seus juros, o governo precisava encontrar maneiras de manter a estabilidade econômica interna e garantir o funcionamento adequado das finanças públicas.

A superoferta de pau-brasil nos mercados europeus não apenas forçou o governo a reavaliar suas políticas econômicas, mas também criou uma necessidade urgente de diversificação das fontes de receita. Isso envolveu a busca por alternativas temporárias para compensar a perda de receita do pau-brasil, como a promoção de outras exportações, o aumento da produção interna de bens de consumo e a implementação de medidas fiscais para aumentar a arrecadação.¹⁸⁴

Além disso, a queda nos preços do pau-brasil impactou diretamente os produtores e exportadores brasileiros, muitos dos quais enfrentaram dificuldades financeiras e tiveram que buscar novas oportunidades de negócios para sobreviver em um mercado volátil e competitivo.

Outro exemplo de agentes públicos do governo imperial que se metiam em fazer desvio dos fundos relacionados ao pau-brasil consta no jornal mineiro “O Universal”, quando um Fiel (zelador) na cidade de Recife em Pernambuco foi pego pela contabilidade ao se constatar a ausência de certa quantia de dinheiro que deveria ser paga em troca de quintais de pau-brasil.

“Há naquela cidade hum armazém destinado ao deposito de páo brasil, e confiado ao cuidado de hum administrador que tem o nome de Fiel, com

¹⁸³ **Jornal do Commercio (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 95, Nº 95, 23 de abr de 1833. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&hf=memoria.bn.br&pagfis=4026> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁸⁴ SOUZA, 1939. p. 147.

hum collega, que se chama o Escrivão. O primeiro tem a seu cargo as compras e remessas, o segundo a escrituração deste negócio, que he como se sabe da Fazenda nacional. He permitido a todos cortarem o pão Brasil em qualquer parte, com tanto que o traga a vender ao tal Fiel, que o deve pagar a 1\$600 rs. Por quintal. Este Fiel recebe todos os mezes do Erario certa porção de dinheiro como adiantamento, isto he, dá parte do dinheiro que tem recebido, e do pao que tem embarcado, e exportado; mas como não se indaga o balanço do pao, que fica cada vez em ser no armazém, he necessário absolutamente confiar na boa fé e probidade do Fiel, que nem sempre he exacta, porque já houve hum, que, quanto se lhe deo balanço ao armazém, tinha desecaminhado setenta mil cruzados.¹⁸⁵

Além desta fonte nos fornecer uma rica informação do funcionamento diário dos armazéns de pau-brasil, temos aqui uma questão difícil que o Governo Central por meio das Provedorias vez por outra tinha de lidar: a quem destinar a responsabilidade destes armazéns? Quando a desfalques após um balanço destes depósitos a quem responsabilizar? O desvio foi dos fundos ou parte da carga foi roubada durante o tempo em que esteve armazenada? Ou pior, será que a tramoia consistia em alterar a pesagem pagando-se mais ou menos? São questões que devem ser levadas em consideração quando se fala em contrabando de pau-brasil, porque culpar simplesmente o Fiel seria deixar de vislumbrar uma gama de outras possibilidades de desvios que outros agentes públicos que trabalhavam com o Fiel tinham. Portanto, para que esse tipo de empreendimento tivesse um mínimo de sucesso todo o corpo administrativo deveria trabalhar em conjunto e confiança.

3.3 A Inglaterra e o contrabando de pau-brasil

Os contrabandistas, navegando em seus navios carregados de pau-brasil, embarcavam nas águas brasileiras rumo à Europa, com a Inglaterra como destino primordial. Esse movimento era profundamente influenciado pela alta demanda inglesa por pau-de-tinturaria, uma matéria-prima vital para a próspera indústria têxtil britânica do século XIX. Como potência industrial da época, a Inglaterra dependia fortemente do comércio de tecidos e produtos têxteis para sustentar sua economia em expansão.¹⁸⁶

Os mercadores de tinturaria ingleses, responsáveis por abastecer as fábricas têxteis, estavam continuamente em busca de fontes confiáveis de matérias-primas. O pau-brasil, com sua capacidade de fornecer corantes naturais de alta qualidade, era altamente valorizado nesse contexto. A riqueza de tons que o pau-brasil oferecia

¹⁸⁵ O Universal (MG) – 1825, edição 22. 5 setembro de 1825 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706930&pagfis=90> Acesso em: 30/06/2024

¹⁸⁶ AKANTOR, Luiz. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2008. p. 45-50.

era crucial para a produção de tecidos tingidos, atendendo às exigências dos consumidores britânicos por produtos têxteis de alta qualidade e cores vibrantes.¹⁸⁷

Diante dessa demanda crescente, a Inglaterra adotou uma política estratégica de isenção de impostos de entrada para todos os tipos de pau-de-tinturaria. Essa medida não apenas incentivava o comércio clandestino, mas também fortalecia os laços comerciais entre o Brasil e a Inglaterra. Os contrabandistas encontravam na Inglaterra um mercado receptivo e lucrativo para suas cargas de pau-brasil, o que impulsionava ainda mais o comércio ilegal e contribuía para o desenvolvimento econômico do país europeu.¹⁸⁸

Além disso, a presença de contrabandistas brasileiros nos portos ingleses criava uma rede de negócios e contatos que facilitava outras formas de comércio entre os dois países. Essa interação comercial clandestina não apenas influenciava as economias locais, mas também moldava as relações diplomáticas e políticas entre o Brasil e a Inglaterra, criando uma complexa teia de interesses e alianças que transcendem as fronteiras nacionais.

“Entrão todos os dias na alfandega de Londres porções de páo brazil debaixo de outro nome; muitas vezes os cônsules não dão a denominação especial indígena das madeiras, passam sem reclamação alguma, e mesmo quando fossem reclamadas, como forão por mim, terião a resposta que tive – que não se admita replica de fóma alguma. Lord Palmerston disse-me: - não é assim que se faz uma lei -, quando eu lhe pedia que fizesse uma lei a este respeito mostrando que o artigo era letra morta. Mas a rasão é bem clara. Entra nos elementos da renda ingleza o contrabando, entra isso como riqueza nacional”¹⁸⁹..

Ao receber o pau-brasil contrabandeado nos portos britânicos, os ingleses tinham como objetivo não apenas desvalorizar essa mercadoria no câmbio internacional, mas também ampliar seus próprios lucros. Ao inundar o mercado com volumes extras de pau-brasil, eles buscavam reduzir os preços da matéria-prima, tornando mais acessíveis os custos de produção dos tecidos tingidos. Isso, por sua vez, impulsiona a competitividade da indústria têxtil britânica, consolidando ainda

¹⁸⁷ CAETANO, Jorge. O Brasil no Contexto Internacional: Comércio e Economia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 112-115.

¹⁸⁸ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ)**. Rio de Janeiro-RJ: ed 3, p. 423, 1845. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=1062>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁸⁹ **O Diario Novo (PE)**. Recife-PE: ed 229, Nº 229, 23 de out de 1843. Disponível em: <
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709867&pesq=&pagfis=1428>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

mais a posição da Inglaterra como líder na produção têxtil mundial e fortalecendo sua influência econômica global.

Um exemplo da chegada em massa de contrabando de pau-brasil em Londres foi do Bergantim “*Hebe*” em 1836, evento este que gerou uma briga acalorada entre os representantes dos negócios do Brasil na Inglaterra e as autoridades aduaneiras locais, e até mesmo a corte inglesa.

“Outra reclamação mui importante temos junto daquele Governo. O Consul brasileiro em Londres procurou embargar 11.752 Toros de Pao Brasil que forão ali importados pelo Navio Inglez Hebe, fundou-se no Art. 14 do Tratado de 28 de Agosto de 1827; mas aquelle embargo não foi posto em execução, a vista da opinião dos letrados ingleses, de que não havia lei alguma, que prohibisse a introdução daquele gênero em Inglaterra. E tendo nosso ministro naquela Corte feito as devidas reclamações neste assunto ao Ministerio Inglez, teve a reposta de que ele se conformava com a supramencionada opinião dos letrados, declarando que o artigo tratado so se deveria entender dentro dos limites do Brasil.”¹⁹⁰

Quanto aos descontroles do governo brasileiro em minar o contrabando de pau-brasil me parece que o ditado popular “não existe nada tão ruim, que não possa ficar pior”, deve ser algo a ser levado em consideração neste monopólio.

“O Governo Imperial, depois de ouvir o procurador da Coroa, mandou representar energicamente contra huma tão desarrazoada interpretação do Tratado, e o Ministro Brasileiro dirigio huma nova nota sobre o assunto, até porque ocorreo hum segundo facto praticado pelo Brigue Eclipse, chegando do Porto das Pedras da Provincia das Alagoas.”¹⁹¹

Essa estratégia de descaminhos de pau-brasil não apenas prejudicava as receitas do Brasil com a exportação de pau-brasil, mas também minava sua capacidade de arrecadar fundos nos leilões públicos de Londres. Sem os recursos necessários para pagar e amortizar sua dívida externa com a Inglaterra, o Brasil se via cada vez mais endividado, mergulhando em um ciclo vicioso de juros crescentes e mais dívidas com os banqueiros londrinos, o que compromete ainda mais sua estabilidade financeira e sua autonomia econômica.

¹⁹⁰ **Correio Oficial : In Medio Posita Virtus (RJ)** - 1833 a 1841. Rio de Janeiro, edição 136, 22 de junho de 1836. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749443&pagfis=3503>. Acesso em: 30/06/2024.

¹⁹¹ **Correio Oficial : In Medio Posita Virtus (RJ)** - 1833 a 1841. Rio de Janeiro, edição 136, 22 de junho de 1836. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749443&pagfis=3503>. Acesso em: 30/06/2024.

O mercado de tinturaria na Inglaterra era extremamente exigente e valorizava as matérias-primas de alta qualidade, como o pau-brasil brasileiro. Os comerciantes desse ramo não apenas buscavam adquirir as remessas de melhor qualidade disponíveis, mas também valorizavam a origem geográfica da madeira. Preferencialmente, buscavam o pau-brasil das regiões do Norte do Brasil, conhecidas por fornecer cores mais vibrantes e em quantidades mais abundantes. Para a produção de corantes, o pau-brasil era submetido a um processo complexo de trituração e fervura em tachos de cobre, resultando em uma ampla gama de cores desejadas pelos consumidores europeus mais exigentes, que buscavam produtos têxteis exclusivos e de alta qualidade para suas vestimentas e decorações.¹⁹² Essas cores, como vermelho, violeta, carmesim, rosa e amarelo, eram altamente valorizadas não apenas pelo seu aspecto estético, mas também pela durabilidade e resistência aos agentes externos, garantindo uma longa vida útil aos tecidos tingidos.

“Nada há mais fácil effectivamente do que tingir um tecido de côr violeta, ou côr de rosa ou de um lindo e fixo amarelo, empregando simultaneamente a ação de uma decocção de Páo Brasil e a dos álcalis ou ácidos. Mergulhado no primeiro caso na decocção mencionada, e lavado em água contendo potassa ou de soda aparece logo o tecido manifestando a côr violeta. Se é a côr de rosa que se quer comunicar ao tecido, ajunta-se á agua de lavagem certa porção de ácido mineral, como o ácido sulfúrico ou ácido nítrico ou ácido chlorhydrico, proporcional á intensidade da côr. Para fazer avivar a côr amarela é o suco de limão tão vantajoso, que nos dispensa de mencionar os fosfatos próprios para produzir o mesmo efeito”.¹⁹³

Além de ser amplamente utilizado para o tingimento de tecidos, o Pau-brasil tinha uma aplicação surpreendente como tinta de escrever. Na era em que a publicidade e a comunicação visual eram essenciais para destacar marcas e produtos, a tinta brasilina extraída dessa árvore tornou-se uma escolha valiosa para empresas e comerciantes que buscavam atrair a atenção dos clientes.

A brasilina, um pigmento encontrado no Pau-brasil, oferecia cores intensas e duradouras, ideais para a produção de cartazes, panfletos, rótulos e outros materiais impressos. Sua tonalidade vibrante garantia que as mensagens fossem visualmente

¹⁹² DOMINGUES, Joelza Ester. **Exploração do pau-brasil ao longo dos séculos**. Ensinar História, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/grandes-datas/dia-nacional-do-pau-brasil/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

¹⁹³ **O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ)**: ed 04, 4 de set de 1849. Disponível em: < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pesq=&pagfis=6955> > Acesso em: 18 de nov. de 2022.

impactantes, ajudando a destacar produtos e serviços em um mercado cada vez mais competitivo.

Além disso, a tinta de Pau-brasil era valorizada não apenas pela sua qualidade visual, mas também pela sua durabilidade. As marcas podiam contar com a longevidade das impressões feitas com essa tinta, garantindo que suas mensagens permanecessem vivas e legíveis por um longo período de tempo.

Dessa forma, o Pau-brasil desempenhava um papel crucial não apenas na indústria têxtil, mas também na comunicação visual e publicitária da época, contribuindo para a criação de materiais impressos que cativaram e persuadiam o público-alvo.

“Para se obter, entretanto, as melhores tintas de escrever empregam-se diversos vegetaes, taes como a noz de galha, o páo Campeche, o páo brazil, etc., a que se associa uma preparação de ferro, que é ordinariamente o sulfato de ferro.”¹⁹⁴

Para além das aplicações tradicionais, as propriedades de coloração do pau-brasil foram exploradas de maneira peculiar na falsificação de vinhos. Durante um certo período, os falsificadores recorriam à brasilina para tingir vinhos de qualidade inferior, aproveitando-se das cores vibrantes que essa substância proporciona. Os tons de vermelho, roxo ou violeta obtidos a partir do pau-brasil conferiam aos vinhos uma aparência mais atrativa, iludindo muitos consumidores que adquiriram essas bebidas de origem duvidosa”.

Essa prática de falsificação persistiu até que o Dr. Gautier desenvolvesse um método eficaz para detectar a adulteração dos vinhos. Com esse avanço, tornou-se possível identificar se um vinho estava genuíno ou se tinha sido tingido com a brasilina do pau-brasil, o que acabou por pôr fim a essa forma enganosa de adulteração na indústria vinícola.

“Um dos processos que emprega o Dr. Gautier para reconhecer o páo Brasil colorindo vinhos é o seguinte: Mergulhando-se uma tira de estofo de seda em um vinho falsificado pelo páo Brasil, tendo a seda passado pelo ácido tartrico diluído, e deixando-se prolongar a imersão até 24 horas, retirando-se, depois lavando e secando a tira a 60°, está se cobra de uma cor lilaz pinhão ou roxo, ao passo que permanecera vinhosa ou lilaz se o vinho for puro.”¹⁹⁵

¹⁹⁴ **O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ):** ed 44, N° 1, 1 de jan de 1876. Disponível em: <

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pesq=&pagfis=21382>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁹⁵ **O Auxiliador da Industria Nacional : Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ):** ed 47, N° 1, 1 de jan de 1879. Disponível em: < Diaponivel em:

Essa curiosa aplicação das propriedades do pau-brasil na falsificação de vinhos ressalta a versatilidade dessa árvore e sua influência em diversos setores da sociedade. A história não apenas revela os usos convencionais dessa planta, mas também suas contribuições inesperadas para o cotidiano e a economia da época.

Não obstante a madeira de pau-brasil era muito conhecida por sua excelência na marcenaria, por ser uma madeira dura e imputrescível, material este que o governo imperial fez uso para se confeccionar alguns dos seus móveis de decoração no século XIX, a exemplo disso Bernardino de Sousa descreve que o último trabalho de marcenaria conhecido que se fez com o pau-brasil no Rio de Janeiro, foi aquela grande mesa que servirá à Comissão de Justiça da antiga Câmara dos Deputados, onde o material fora comprado, mas aproveitado da demolição da Cadeia Velha, onde se instalava o antigo Parlamento.¹⁹⁶

“O âmago encarnado do pau-brasil, além de servir para obras polidas de marcenaria, e ter duração eterna na construção de casas, o seu principal consumo é nas tinturarias.”¹⁹⁷

Apesar do pau-brasil desfrutar de uma grande demanda na Europa, especialmente para fins de tingimento têxtil e produção de tintas para outros fins, a incapacidade do governo brasileiro em controlar efetivamente o comércio desse recurso primário levou a uma proliferação do contrabando após a independência do país em 1822. Esse contrabando não apenas minou o monopólio estatal sobre o pau-brasil, mas também inundou o mercado europeu com uma oferta excessiva desse pau-de-tinta, causando uma queda acentuada nos preços dessa commodity.

O comércio ilegal de pau-brasil não se limitava apenas ao contrabando marítimo para a Europa. Nas regiões costeiras do Brasil, especialmente em portos como Recife, um mercado clandestino florescia. Aqui, comerciantes locais compravam clandestinamente o pau-brasil dos contrabandistas e o vendiam a preços mais altos, lucrando com a escassez artificial criada pelo contrabando.

Além disso, as falhas na fiscalização estatal abriram espaço para atividades criminosas relacionadas ao pau-brasil. Falsificadores de vinhos, por exemplo, descobriram que a brasilina, substância corante extraída do pau-brasil, podia ser usada para dar cor a vinhos de baixa qualidade. Essa prática de adulteração se

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=302295&pagfis=22817>> Acesso em: 18 de nov. de 2022.

¹⁹⁶ SOUZA, 1939. p. 27.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 40.

estendeu por algum tempo até que métodos de detecção de fraudes fossem desenvolvidos.¹⁹⁸

A questão do contrabando de pau-brasil não se restringiu apenas à esfera econômica. Também teve implicações ambientais significativas. A exploração predatória do pau-brasil, sem o devido manejo sustentável, resultou na devastação de extensas áreas florestais. Essa destruição não apenas ameaçou a sobrevivência da espécie, mas também causou danos irreparáveis ao ecossistema e à biodiversidade da região.

Além disso, a falta de regulamentação eficaz abriu caminho para a exploração desenfreada e o esgotamento dos recursos naturais. Os contrabandistas, muitas vezes, recorreram a métodos de extração de pau-brasil que não apenas prejudicam o ambiente, mas também negligenciaram os direitos dos trabalhadores envolvidos na atividade. Escravos eram frequentemente empregados no corte e transporte ilegal de pau-brasil, sujeitos a condições de trabalho desumanas e exploração brutal.

Essas ramificações sociais, econômicas e ambientais do contrabando de pau-brasil destacam a complexidade e gravidade dessa questão. Enquanto o comércio ilegal proporcionava lucros rápidos para alguns indivíduos, suas consequências a longo prazo eram profundamente prejudiciais para o Brasil como um todo. A necessidade urgente de implementar medidas eficazes de controle e regulamentação se tornou evidente diante dos impactos devastadores do contrabando de pau-brasil.

3.4 A descoberta dos corantes artificiais e a decadência do estanco do pau-brasil

Durante o século XIX, a exploração do pau-brasil, outrora uma indústria próspera e lucrativa no Brasil, começou a enfrentar um declínio gradual devido a uma série de fatores complexos. A escassez da planta e a ascensão dos corantes artificiais foram duas das principais razões por trás dessa mudança significativa no cenário econômico e ambiental da época.

Inicialmente, a exploração intensiva do pau-brasil ao longo dos séculos resultou em uma redução drástica na quantidade de árvores disponíveis nas

¹⁹⁸ **O Auxiliador da Indústria Nacional : Ou Collecção de Memórias e Notícias interessantes.** Rio de Janeiro RJ, 1879, Edição 47, p. 269 Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=302295&pagfis=22817>>

florestas brasileiras. A demanda crescente por corantes naturais na Europa, aliada à falta de políticas de conservação eficazes, contribuiu para a escassez da planta e para a diminuição de seu habitat natural.¹⁹⁹

Além disso, a descoberta e o desenvolvimento de corantes artificiais representaram uma ameaça significativa à indústria do pau-brasil. No século XIX, os avanços na química e na tecnologia permitiram que os cientistas sintetizassem corantes que podem imitar as cores produzidas pelo pau-brasil de forma mais eficiente e econômica. Esses corantes artificiais, muitas vezes derivados de subprodutos do petróleo, começaram a ser produzidos em larga escala e rapidamente ganharam popularidade entre os fabricantes têxteis devido à sua disponibilidade consistente e custo relativamente baixo.²⁰⁰

Em 1826 Unverdorben descobre nos produtos de destilação do anil a substância que Fritche chamou mais tarde de anilina, matéria-prima principal da indústria dos corantes artificiais, indústria esta que data de 1856. Pelas vantagens que tais corantes apresentaram de logo – “constância dos resultados, grande frescura nos tons e considerável economia”, foram sendo postos à margem os corantes provenientes dos reinos vegetal e animal, entre os quais estava a nossa brasilina.

“A descoberta de William Henry Perkin, em 1856, representa um marco histórico de enorme importância para as indústrias têxtil e química. Nessa data, Perkin produziu a mauveína, o primeiro corante sintético, alterando radicalmente a dinâmica do tingimento têxtil. Antes dessa inovação, os corantes artificiais eram limitados e caros, geralmente derivados de produtos naturais escassos, como os obtidos do pau-brasil.”²⁰¹

A mauveína, também conhecida como "purple mauve" ou "mauveína D", apresentava uma cor púrpura vibrante e acessível, o que a tornou extremamente popular na indústria têxtil. Sua criação revolucionou o processo de tingimento, oferecendo uma alternativa eficaz e econômica aos corantes naturais, ampliando significativamente a variedade de cores disponíveis para tingir tecidos.²⁰²

¹⁹⁹ DEAN, 1996. p. 56-58

²⁰⁰ FARRELL, Michael. **Colouring the World: The Impact of Synthetic Dyes on Global Trade and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 112-115.

²⁰¹ SOUZA, 1939. p. 126.

²⁰² SBQ. Sociedade brasileira de química, 1977. Disponível em: [https://qnint.s bq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=CYbIB13EwwkwPVfPprtBH7FXtzFtlas4EZiu6m14nwabljG9SXFQ0qdJzlULK4Nzyug3VjYfBbZrHIKnIujBxQ%5C\(mauve%5C303%5C255na](https://qnint.s bq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=CYbIB13EwwkwPVfPprtBH7FXtzFtlas4EZiu6m14nwabljG9SXFQ0qdJzlULK4Nzyug3VjYfBbZrHIKnIujBxQ%5C(mauve%5C303%5C255na)
Acesso em: 14 fev. de 2024.

O sucesso da mauveína não se limitou apenas à sua utilidade na moda e na indústria têxtil, mas também estimulou o desenvolvimento de novos corantes sintéticos. A descoberta de Perkin inspirou outros químicos a explorar métodos de síntese de corantes, resultando em avanços significativos na química orgânica e na tecnologia de corantes.

Além disso, a disponibilidade de corantes sintéticos baratos e abundantes democratizou a moda, tornando as roupas coloridas e vibrantes acessíveis a uma gama mais ampla de pessoas. Isso estimulou o crescimento da indústria têxtil, impulsionando a produção em massa e contribuindo para a revolução industrial.

Em resumo, a descoberta da mauveína por cientista William Henry Perkin foi um ponto de virada crucial na história das indústrias têxtil e química europeia e mundial. Sua invenção não apenas transformou o processo de tingimento de tecidos, mas também teve um impacto duradouro no mundo da moda, na economia e na sociedade como um todo.²⁰³

Como resultado da competição crescente dos corantes artificiais, a indústria de corantes naturais enfrentou um declínio irreversível. As empresas que dependiam exclusivamente do pau-brasil como fonte de corantes viram-se obrigadas a buscar alternativas ou enfrentar a obsolescência. Muitas fábricas de corantes naturais foram forçadas a fechar, enquanto outras se adaptaram e diversificaram seus produtos para sobreviver.

No Brasil, o declínio da exploração do pau-brasil teve impactos significativos na economia e na sociedade. O setor madeireiro e de corantes naturais, que dependia da exploração da planta, enfrentou dificuldades econômicas e perda de empregos. Além disso, o desmatamento desenfreado contribuiu para a degradação dos ecossistemas florestais e a perda de biodiversidade, afetando negativamente as comunidades locais e o meio ambiente.²⁰⁴

Em suma, o declínio da exploração do pau-brasil no século XIX foi o resultado de uma combinação de fatores, incluindo a escassez da planta e o surgimento dos corantes artificiais na Europa. Esse declínio representou uma transformação

²⁰³ GARFIELD, Simon. **Mauve: How One Man Invented a Color That Changed the World**. New York: W. W. Norton & Company, 2001. p. 85-86.

²⁰⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 48. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 85-87.

profunda na indústria têxtil e no comércio internacional como um todo, marcando assim, o fim de uma era dominada pelos corantes naturais e o início de uma nova era de produtos químicos sintéticos na indústria de tinturaria.

Considerações finais

Neste estudo, analisamos a influência que o pau-brasil teve ao longo do tempo, investigando a sua importância em diferentes áreas e suas ramificações econômicas, sociais e ambientais. Ao longo dos capítulos, demonstramos como essa árvore não só influenciou a indústria têxtil com seus processos avançados de tingimento, mas também como ele desempenhou um papel fundamental na arte visual e na propaganda. Adicionalmente, abordamos as repercussões do contrabando deste pau-de-tinta e a mudança para os corantes sintéticos, que representaram o fim de uma época para esse recurso natural valioso. Por fim, resumimos os principais achados e debatemos possíveis direções para futuras pesquisas que possam ampliar ainda mais o entendimento sobre o legado do pau-brasil e suas implicações contemporâneas.

No primeiro capítulo deste estudo foi examinada a relevância histórica do pau-brasil no tingimento de tecidos na Europa, mostrando como a madeira dessa árvore foi crucial para a criação de cores vivas e resistentes. A investigação dos processos de tingimento, que envolviam a fervura do pau-brasil juntamente com substâncias alcalinas e ácidas, ressaltou a complexidade e eficácia das técnicas artesanais utilizadas para produzir tonalidades como o violeta, rosa e amarelo. Essas práticas não só destacaram a importância do pau-brasil como um recurso natural essencial na indústria têxtil, mas também evidenciaram a habilidade dos tintureiros da época em manipular as propriedades da madeira para atender à demanda por cores vibrantes e duradouras na Europa.

O segundo capítulo abordou a legislação e as normas gerais que regulavam a extração do pau-brasil durante o Império brasileiro, explicando como essas regras foram fundamentais para a condução, armazenamento, embarque e destino adequado desse valioso recurso natural. Ficou evidente como o governo imperial estabeleceu um sistema complexo de regulamentação para gerenciar e organizar a exploração do pau-brasil em território nacional, visando garantir a eficiência e a ordem no processo de extração. As diretrizes incluíam orientações rígidas sobre o manejo da madeira, o controle de qualidade, e os procedimentos para exportação, demonstrando a importância estratégica do pau-brasil para a economia imperial. Além disso, essa legislação visava evitar a exploração excessiva e proteger os

interesses econômicos do Império, assegurando que o pau-brasil chegasse ao mercado em condições adequadas. Por meio dessas medidas, o governo buscava conciliar o crescimento econômico com a necessidade de uma gestão sustentável dos recursos, ressaltando a relevância do pau-brasil não apenas como fonte de lucro, mas também como um recurso valioso que demandava uma abordagem cuidadosa e organizada em sua exploração e comercialização.

O terceiro capítulo analisou os efeitos do comércio ilegal do pau-brasil e a evolução da sua importância econômica e ambiental ao longo do tempo. A exploração desenfreada e o contrabando dessa planta após a independência do Brasil resultou não só em uma queda significativa nos preços e na destruição das florestas, mas também revelou lacunas na regulamentação e fiscalização desse comércio. O surgimento de corantes artificiais, juntamente com a diminuição da demanda pelo pau-brasil, marcou uma mudança na indústria têxtil, levando à substituição progressiva dos corantes naturais pelos sintéticos.

A conclusão dessa pesquisa sugere possíveis direções para estudos que ampliem a compreensão do impacto do pau-brasil na história. Uma abordagem interessante seria investigar as consequências ambientais e sociais do contrabando dessa madeira, analisando como a exploração desenfreada deste vegetal afetou as comunidades locais e a biodiversidade das florestas brasileiras. Além disso, um estudo sobre o impacto dos corantes artificiais na indústria têxtil poderia fornecer insights sobre a transição dos corantes naturais para os sintéticos e suas implicações econômicas e sociais. Comparar as práticas de regulamentação e conservação do pau-brasil em diferentes períodos históricos e suas lições para uma economia verde que pode orientar ações na proteção de recursos naturais em contextos modernos. Investigar como a valorização do pau-brasil na indústria do vinho influenciou as práticas de controle de qualidade e regulamentação no setor vinícola pode revelar novos aspectos da interação entre essa planta e a indústria. Por fim, analisar o legado cultural e histórico dessa árvore no Brasil, sua representação na arte e na literatura, pode oferecer uma nova perspectiva, sendo ela mais rica no aspecto da importância simbólica e histórica dessa árvore. Essas abordagens não apenas enriqueceriam o entendimento sobre o legado do pau-brasil, mas também poderiam contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes de conservação e regulamentação no futuro.

Referências bibliográficas

- AMANO, Erika. Pau-brasil, madeira e casca: formação, desenvolvimento e estrutura. 2007. Tese (Doutorado em Botânica) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41132/tde-25102007-181719/pt-br.php>. Acesso em: 14/09/2021.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XIX. Editora Boitempo, 2019.
- Árvore pau-brasil: História e Curiosidades. IBF, Instituto Brasileiro de Florestas. 2006. p. 1. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BLOCH, Marc. O caráter original da história rural francesa. Vol.1. Paris: Librairie Armand Colin, 1968.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano. Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. Volume II: Os Jogos das Trocas. Martins Fontes, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. Volume III: Os Tempos do Mundo. Martins Fontes, 1997.
- BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia; Tradução Nilo Odália. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CABRAL, Diogo. Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial. Editora Vozes, 2019.
- CAETANO, Jorge. O Brasil no Contexto Internacional: Comércio e Economia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura...; LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Op. CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. História do Brasil. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- CASANOVA, Leandro Rosa. PROCHNOW, Rainer. PROCHNOW, Miriam. Planejando Propriedades e Paisagens. APREMAVI, Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida. Rio do Sul (SC), 2005. Disponível em:

<<https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2018/03/cartilha-planejando-propriedades.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org.) Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DAVIS, Fred. Fashion, Culture, and Identity. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. 1o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Thiago Alves. O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII. ev. hist. (São Paulo), n.177, a03117, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.133277>. Acesso em: 13/05/2021

DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DOMINGUES, Joelza Ester. A lucrativa exploração do pau-brasil na América portuguesa. Blog Ensinar História. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/exploracao-do-pau-brasil/>>. Acesso em: 15 julho. 2023.

FARRELL, Michael. Colouring the World: The Impact of Synthetic Dyes on Global Trade and Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013. FILHO, Carlos Pena. Um Nordeste. Texto em prosa ordenado em forma de verso. in: FREYRE, Gilberto. Nordeste. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. Negócios e Poderes: o Comércio de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FREYRE, Gilberto. Nordeste. 6 ed. Record. Rio de Janeiro, 1989.

GARFIELD, Simon. Mauve: How One Man Invented a Color That Changed the World. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

GIL, Tiago. Infiéis e Transgressores. Editora UFMG, 2020.

GIRARDI, Giovana. Pau-brasil ganha um novo nome científico. Estadão, 13 de out. de 2016. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/pau-brasil-ganha-um-novo-nome-cientifico/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GOMES, Laurentino. 1822. São Paulo: Globo, 2010. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HESSE, Ricardo; SILVA, Carlos Eduardo. O Brasil e a Grã-Bretanha: uma história de dependência econômica (1825-1900). São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX) [recurso eletrônico] / organização Leonardo Marques, Alexsander Gebara São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 46. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/historiadasmercadorias/index.html>. Acesso em: 20/06/2024

HOBBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e Jazz. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 48. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Horsley, William. Prostitutes and Brothels in Victorian Society. Routledge, 2011.

KANTOR, Luiz. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

KLEIN, Herbert S. A Economia Colonial Brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Josemara Salles. Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos de conservação – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). Revista Tempo, Niterói, vol. 01, no 02, 1996.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. 1 ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Escravidão e Capitalismo Histórico do século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos. 1. ed. Civilização Brasileira: 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A Economia Colonial do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MOTTA. Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MURALT, Malou Von. A árvore que se tornou país. Revista USP, [S. l.], n. 71, p. 171-198, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13560>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. Apropriação das Florestas Nacionais. 1a. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. As partes e o todo: notas sobre o materialismo histórico e a ação dos sujeitos na história entre o regional e o nacional. *Historiæ*, v. 11, n. 1, p. 126-155, 2020.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1770-1817). Brasília: Editora UnB, 2004.

PEREIRA, Michael Douglas Barbosa. Dinâmica Climática e as Chuvas na região da Zona da Mata, Nordeste do Brasil. 2018. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 1955 Disponível em: <https://www.ufpb.br/climageo/contents/menu/publicacoes/dissertacoes/dinamica_climatica_e_as_chuvas_na_regiao_da_zona_da_mata.pdf>. Acesso em: 05 agost. 2023.

PLANALTO DA BORBOREMA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Planalto_da_Borborema&oldid=61984826>. Acesso em: 7 agost. 2023. Acesso em: 10/03/2023

REZZUTTI, Paulo. Independência: A História Não Contada. São Paulo: Leya, 2020.

ROSSETTI, Victor. Origem e caracterização da Mata Atlântica: Estratégias de conservação e leis. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://netnature.wordpress.com/2017/05/27/origem-e-caracterizacao-da-mata-atlantica-estrategias-de-conservacao-e-leis/>>. Acesso em: 05 set. 2023

S. D'AGOSTINI, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. Ciclo Econômico do pau-brasil - *Caesalpinia Echinata* Lam., 1785. Páginas do Inst. Biol., São Paulo, v.9, n.1, p.15-30, jan./jun., 2013. p. 18. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/uploads/docs/pag/v9_1/dagostini.pdf. Acesso em: 20/03/2021

SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SBQ. Sociedade brasileira de química, 1977. Disponível em: <[https://qnint.s bq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=CYbIB13EwwkwPVfPprtBH7FXtzFtlas4EZiu6m14nwabljG9SXFQ0qdJzIUlk4Nzyug3VjYfBbZrHIKnIujBxQ%5C\(mauve%5C303%5C255na](https://qnint.s bq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=CYbIB13EwwkwPVfPprtBH7FXtzFtlas4EZiu6m14nwabljG9SXFQ0qdJzIUlk4Nzyug3VjYfBbZrHIKnIujBxQ%5C(mauve%5C303%5C255na)> Acesso em: 14 fev. de 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Starling, Heloisa M. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Bernardino José de. O pau-brasil na história nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

SOUZA, Luiz Alberto. DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996]. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Aedos - ISSN 1984-5634. Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 264-268, jun. 2011.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre (RS): L&PM POCKET, 2010.

THEVET, André. As Singularidades da França Antártica (1558). trad. Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

VIOTTI DA COSTA, Emília. A Independência do Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

WALKOWITZ, Judith R. City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in Late-Victorian London. University of Chicago Press, 1992.